PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Lucas Felipe de Oliveira Santiago

Minha Casa, Minha Vida:
os espaços-tempos de um conjunto habitacional em Japeri

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras/Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Maria das Graças Dias Pereira

Rio de Janeiro
Dezembro 2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Lucas Felipe de Oliveira Santiago

Minha Casa, Minha Vida:
os espaços-tempos de um conjunto habitacional em Japeri

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Maria das Graças Dias Pereira
Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Maria do Carmo Leite de Oliveira
Departamento de Letras – PUC-Rio

Liliana Cabral Bastos
Departamento de Letras – PUC-Rio

Décio Orlando Soares da Rocha
UERJ

Adriana Carvalho Lopes
UFRRJ

Rio de Janeiro, 9 dezembro de 2024

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Lucas Felipe de Oliveira Santiago

Graduado em Licenciatura em Letras – Português/Literaturas pela Universidade Federal Fluminense, em 2018. É especialista em Literaturas Portuguesas e Africanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor e Mestre em Estudos da Linguagem, dedica-se a pesquisas em Linguística Aplicada, Antropologia Linguística, Pragmática, Sociolinguística da Globalização, Estudos Queer e as inter-relações entre linguagem e cidade. Tem apresentados trabalhos em eventos científicos que abordam essas temáticas.

Ficha Catalográfica

Santiago, Lucas Felipe de Oliveira

Minha Casa, Minha Vida: os espaços-tempos de um conjunto habitacional em Japeri / Lucas Felipe de Oliveira Santiago ; orientadora: Maria das Graças Dias Pereira. – 2024.

165 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2024.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Heterotopia. 3. Minha Casa, Minha Vida. 4. Topofilia/Topofobia. 5. Escala. 6. Indexicalidade. I. Pereira, Maria das Graças Dias. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Á minha mãe, aquela que me abraçou e nunca me abandonou.
Minha eterna inspiração de vida. Com você eu aprendi o que era afeto.
Ao meu pai que mesmo sem a “letra” me ensinou a ler o mundo.

AGRADECIMENTOS

> Tomar conta do mundo exige também muita paciência: tenho que esperar pelo dia em que me apareça uma formiga. Paciência: observar as flores imperceptivelmente e lentamente se abrindo. Só não encontrei ainda a quem prestar contas.
>
> (Clarice Lispector, “Aprendendo a viver”)

Iniciamos os agradecimentos desta tese retomando Clarice e sua crônica, que discutimos em uma aula de teatro. Em diálogo com o professor e colegas de turma, refletimos sobre como estamos sempre tomando conta do mundo, ainda que muitas vezes sem percebermos. Afinal, o mundo também toma conta de nós. No fim das contas, somos INmundos, INmundiçados por todas as dinâmicas e relações que nos atravessam. Se teço esta tese, é porque tomo conta do mundo, mas nunca o faço sozinho; faço-o em coletivo, em sociedade, entrelaçado com as diversas vozes específicas de quem “sou” e as infinitas possibilidades do meu ser-ainda.

Agradeço à minha mãe por sua força em tomar conta do mundo e tomar conta de mim. Você é a maior inspiração e certeza de como podemos sonhar em fazer um mundo melhor, mais bonito, porque você é tudo isso, como sempre falamos um para o outro “te amo mais do que ontem”!

Agradeço ao meu pai que sempre se orgulhou de mim e do meu desejo de estudar. Mesmo não estando mais aqui de corpo presente, você vive em cada passo que dou e em todas as minhas conquistas. Se estivesse aqui, talvez não entendesse exatamente o que é um “doutorado”, mas com certeza estaria contando com orgulho para todo o mundo.

Agradeço aos meus irmãos Cristian e Cleber pela parceria que construímos juntos; mesmo na distância, nos encontramos nos afetos.

Agradeço ao Luiz Renato, MARIO JORGE!, por aguentar minhas distrações, meus erros e minhas confusões silenciosas durante o processo desta escrita e em grande parte da minha vida.

Agradeço aos meus amigos Boldrini, Emili, Iza e Ray pelas conversas, trocas e pela escuta em momentos que li e falei sobre este projeto. É um prazer ter vocês comigo nessa jornada de fazer arte.

Agradeço ao Décio por ter aceitado, de forma tão afetuosa, o convite para compor esta banca, refletindo na prática tudo aquilo que li em seus textos. É um

privilégio compartilhar este momento com você, colocando junto mais um tijolo nesta construção chamada “academia”. Sua postura e trabalho são uma inspiração, mostrando que é possível fazer da academia um espaço político vivo, que nos afeta e nos move.

Agradeço à Carmo, a pessoa mais doce e gentil que tive o prazer de encontrar na vida acadêmica. Sua leitura e seus comentários foram fundamentais para que eu pudesse enxergar meus dados sob novas perspectivas. Suas anotações abriram portas para ir além de uma análise puramente “linguística” e mergulhar nos meandros da vida. Obrigado por sempre me incentivar a seguir caminhos em que acredito, mesmo quando fogem do habitual. Muito obrigado por tudo. Como já disse antes: VOCÊ É GIGANTE!

Agradeço à Liliana por aceitar o convite para compor esta banca final. Lembro do meu primeiro contato com você, na banca de ingresso do mestrado. Eu era um jovem cheio de medos e inseguranças, entrando em um espaço que parecia tão distante da minha realidade. Quando apresentei o tema que queria pesquisar, você abraçou a ideia com entusiasmo e me impulsionou a explorar as batalhas de *rap*, tema que defendi no mestrado. Sua receptividade e atenção sincera marcaram profundamente a minha formação. Obrigado, sempre, por esse acolhimento tão significativo!

Agradeço à Adriana por também ter aceitado o convite para integrar a banca. Nos meus primeiros passos como pesquisador, sua tese foi uma das que mais me inspiraram, mostrando que é possível pesquisar aquilo que nos provocaram. Foi uma alegria imensa ver um trabalho sobre o Funk carioca defendido em nossa área com tanta excelência. Você é uma inspiração para mim enquanto pesquisador, e é um privilégio poder trocar ideias com você!

Agradeço também ao Luiz Paulo da Moita Lopes, que me impulsionou a embarcar neste doutorado. Você é uma grande referência, e foi a partir de seu trabalho que descobri as inúmeras possibilidades em nossa área, transformando-a em uma construção heterotópica, capaz de imaginar outra sociedade e outro modo de existir.

Por fim, ao menos por agora, agradeço à Graça por confiar, acreditar e potencializar aquilo que considero minha maneira de fazer pesquisa. A escrita é sempre uma extensão de quem somos e coisas em que acreditamos, ainda que momentaneamente. Ao me permitir explorar isso, sinto que me torno, a cada dia,

mais apto a experimentar a criatividade. Isso não tem preço! Acredito que a melhor orientação é aquela que oferece asas para o aluno voar. Obrigado por acolher meu jeito de ser-estar-fazer pesquisa no LINGCULT.

Agradeço também à Gabriela Viol, minha amiga de dupla jornada! Ter você ao meu lado neste caminho tornou tudo mais leve, mesmo quando parecia tão desafiador. Mas conseguimos (acho)! Obrigado por estar comigo.

Agradeço também à minha grande amiga e parceira Danielle, você é uma das pessoas mais generosas que encontrei durante o meu caminho. Uma pessoa que impulsiona todos que estão a sua volta. Você é uma verdadeira força-potência-luz que encontrei. Das telinhas do zoom para a minha vida. Muito obrigado mesmo, sempre!

À Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro (PUC-Rio) pelas bolsas VRAC. Além disso, destaco que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Por fim, agradeço a todos os funcionários da PUC-Rio por todo apoio desde meu ingresso no curso de mestrado, em especial Wellington por sua paciência e Chiquinha por toda a sua atenção e dedicação.

Resumo

Santiago, Lucas Felipe de Oliveira. Pereira, Maria das Graças Dias (Orientadora). **Minha Casa, Minha Vida**: os espaços-tempos de um conjunto habitacional em Japeri. Rio de Janeiro, 2024. 165p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa investiga como os espaços são projetados e disputados pelas pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo Conjunto Habitacional de São José do Programa Minha Casa, Minha Vida, considerando que os espaços são criados e projetados na e pela linguagem. Com uma abordagem etnográfica qualitativa e interpretativista, são utilizados entrevistas e cadernos de campo para a geração de dados. Os fundamentos teórico-analíticos exploram conceitos como cronotopos, escala, ordens de indexicalidade, heterotopia, topofilia/topofobia e análise da narrativa. Os dados apontam não apenas a subalternização do espaço numa sociedade desigual, mas também os efeitos dessa categorização no processo de construção da subjetividade dos membros de classes desfavorecidas. Desse modo, surgem efeitos de medo, choque e sonho na construção de múltiplos espaços — físicos, simbólicos e sociais. Espaço, nesse sentido, é concebido como um mecanismo de territorialização e desterritorialização que gera dinâmicas de poder e socialidade, estratificação de pessoas e recursos.

Palavras-chave

Heterotopia; Minha Casa, Minha Vida; Topofilia/Topofobia; Escala; Indexicalidade.

Abstract

SANTIAGO, Lucas Felipe de Oliveira. PEREIRA, Maria das Graças Dias (Advisor). **Minha Casa, Minha Vida:** the spaces-time of a housing development in Japeri. Rio de Janeiro, 2024. 165p. Doctoral Thesis - Department of Letters, Pontifícia Universidade Católica of Rio de Janeiro.

This research investigates how spaces are designed and contested by people directly or indirectly affected by the São José Housing Complex of the Minha Casa, Minha Vida Program, considering that spaces are created and projected in and through language. Using a qualitative and interpretive ethnographic approach, interviews and field notebooks are employed for data generation. The theoretical-analytical foundations explore concepts such as chronotopes, scale, orders of indexicality, heterotopia, topophilia/topophobia, and narrative analysis. The data reveal not only the subalternization of space in an unequal society but also the effects of this categorization on the process of subjectivity construction among members of disadvantaged classes. Thus, emotions such as fear, shock, and dreams emerge in the construction of multiple spaces—physical, symbolic, and social. Space, in this sense, is conceived as a mechanism of territorialization and deterritorialization that produces dynamics of power and sociality, stratifying people and resources.

Keywords

Heterotopia; Minha Casa, Minha Vida; Topophilia/Topophobia; Scale; Indexicality.

Sumário

1 CRÔNICAS DE BAIRRO, CRÔNICAS GLOBAIS 16

1.1 Fluxos e enterritorialização da pesquisa 20

1.2 Foco, escolhas de pesquisa objetivos 24

1.3 Organização dos INcômodos 26

2 CHAVES, TRINCAS E JANELAS: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA 28

2.1 A política de habitação brasileira ou a política de geração de emprego e lucro? 28

2.2 Contexto sociopolítico da pesquisa 30

2.3 O que é Política Pública? entre o governo, a governamentalidade e a ideia de cuidado 34

2.4 Do Minha Casa Minha Vida a Minha Casa Verde e Amarela: uma disputa de enterritorialidades semióticas 38

2.5 O Direito à moradia e o Conjunto São José 43

2.6 A neoliberalização da moradia e a reinvenção e criatividade dos moradores do Condomínio São José 48

3 ENTERRITORIALIZAÇÃO DISCURSIVAS 57

3.1 Narrativa e Memória: por uma lente pragmática 57

3.2 Espaço enquanto objeto histórico-discursivo: cronotopos, escala e ordens de indexicalidade 60

3.3 Narrativas do Espaço como heterotopia 64

3.4 Espaço e os ganchos afetivos: Topofilia/Topofobia 67

4 ENTERRITORIALIDADES METODOLÓGICAS 71

4.1 Entrevistas como enterritorialidades de encontros 74

4.2 Enterritorialidades éticas 76

4.3 Encontros de pesquisa, encontros da vida: Contexto, participantes da pesquisa e geração de dados 79

4.4 Riscos e Benefícios 81

4.5 Tratamento dos dados 82

5 ENTERRITORIALIDADE DE VIDA: ENTRADA, SAÍDA E O CHOQUE 83

5.1 Direito à propriedade: casa cedida e casa hospedada versus casa própria 83

5.2 Topofilias e topofobias em choque: o morar na casa própria 86

5.3 O ingresso na capital e a possibilidade de saída: o lugar enquanto aspecto simbólico 90

5.4 O retorno: heterotopia como contraespaço 95

5.5 Encaminhamentos: Do pessoal ao coletivo..... 100

6 VIOLÊNCIA COMO CÓDIGO DE CONDUTA 101

6.1 A vergonha e a violência como código de conduta..... 101

6.2 Termo Casinhas e a vergonha do lugar habitado 104

6.3 Da casa própria à casa vendida 107

6.4 A casa comprada 111

6.5 Encaminhamentos 113

7 ESCALAS DA COLETIVIDADE E DA RESISTÊNCIA.....114

7.1 Manutenção e capital político 115

7.2 O cuidado com o lugar ou necessidade? 116

7.3 O espaço enquanto lugar de sociabilidade 119

7.4 Uma nota etnográfica: a construção de uma praça e o direito de sonhar 120

7.5 Encaminhamentos 124

8 Espaços-tempos da esperança de um bairro 126

8.1 A esperança de um bairro..... 126

8.2 O 50 a 50 da esperança e da violência 130

8.3 As indexicalidades dos moradores daquele espaço 132

8.4 O direito a sonhar e imaginar a infância..... 133

8.5 Encaminhamentos: De volta ao morador – a nova esperança do bairro 135

9 “NO TERRENO DO MEU SONHO”: UMA CASA SEM NOME PRÓPRIO (Inconclusões) 137

9.1 O retorno às perguntas de pesquisa: recapitulando..... 138
9.2 A rematização narrativa de Luiz e José: de índice a ícone nesta pesquisa..... 141
9.3 Ganhos políticos-éticos-sociais e caminhos..... 142
9.4 *Medellin* como laboratório social político possível para o MCMV 143
9.5 Os acasos políticos: um passeio no Shopping Rio Sul e processos artísticos no teatro..... 145

REFERÊNCIAS.....148
ANEXO I.....160
ANEXO II.....161

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Abre-se o tempo-espaço 16
Figura 2 – Vista do pôr do sol do MCMV 16
Figura 3 – Imagem de divulgação do MCMV 31
Figura 4 – O cuidado nas campanhas publicitárias do PMCMV 37
Figura 5 – Matéria sobre a bandeira nunca ser vermelha 39
Figura 6 – Uso do verde e amarelo em parada gay 39
Figura 7 – Casa Verde e Amarela 42
Figura 8 – Mapa do Conjunto São José 45
Figura 9 – Caminho até o Conjunto São José 46
Figura 10 – Modelos de casas 1 50
Figura 11 – Modelos de casas 2 50
Figura 12 – Modelos de casas 3 50
Figura 13 – Modelos de casas 4 50
Figura 14 – Foto do período de construção do Conjunto São José 51
Figura 15 – Foto do período de construção 51
Figura 16 – Adaptações em um conjunto habitacional 52
Figura 17 – Comércios 53
Figura 18 – Mudança na estrutura das casas 54
Figura 19 – Mudança na estrutura das casas 54
Figura 20 – Padaria 55
Figura 21 – Comércios no Conjunto São José 55
Figura 22 – Meandros 71
Figura 23 – Charge sobre meritocracia 93
Figura 24 – Pracinha comunitária 121
Figura 25 – Moradores do recreio fazem protesto 129
Figura 26 – Invasões do crime no PMCMV no Rio 131
Figura 27 – Protesto de um movimento popular no Rio Sul 145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos de habitação digna..... 44
Quadro 2 – Modelos neoliberais de produção de casa 50
Quadro 3 – Divisão dos dados..... 82
Quadro 4 – Imagens da construção da praça..... 122
Quadro 5 – Árvore de Natal da praça Conexão Comunitária..... 124
Quadro 6 – Quadro de possíveis políticas para o MCMV 144

LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e mais.
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e mais.
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
MCVA	Minha Casa Verde Amarela
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PMCVA	Programa Minha Casa Verde Amarela
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

ABRE-SE A PORTA PARA UM TEMPO ESPAÇO EM QUE CONSTRUÍMOS PRESENTES, PASSADOS E FUTUROS? AFINAL, SERIA POSSÍVEL SEPARAR PASSADO, PRESENTE E FUTURO? NO TEMPO-ESPAÇO, TUDO SE DISSOLVE.....

Figura 1 – Abre-se o tempo-espaço

Fonte: Arte Digital Surrealista de Marcel Caram – A Porta, o Tempo e o Espaço

.....SUGIRO QUE COMEÇE ESTA TESE PELO **PRÓLOGO DAS INCONCLUSÕES**, LOCALIZADO NA PRIMEIRA SEÇÃO DO CAPÍTULO “NO TERRENO DO MEU SONHO”: UMA CASA SEM NOME PRÓPRIO (Inconclusões).

1 CRÔNICAS DE BAIRRO, CRÔNICAS GLOBAIS[1]

As primeiras linhas dessa narrativa nascem após uma reunião do grupo de pesquisa Linguagem, Cultura e Trabalho da PUC-Rio, na qual eu mostro o projeto dessa história que eu pretendo contar. Após minha fala, uma companheira de pesquisa disse: “Lucas, essa pesquisa é sua casa e sua vida”[2] fazendo referência ao campo de pesquisa na qual desenvolvo este estudo – o programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal – construído a alguns metros de onde eu moro. Acredito que não exista nenhum trabalho que não seja a moradia ou a casa de um pesquisador. É no lugar da escrita que moram nossas dores, nossas angústias, nossas felicidades, ansiedades, conquistas, ideologias, crenças. Mas essa tese tem contornos misturados com a minha história, porque o contarei atravessa minha vivência de variadas formas. Escrevo o que está escrito nas paisagens textuais do meu bairro, de pessoas as quais compartilham comigo a mesma padaria, academia e dificuldades de acesso de uma cidade conhecida como a de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado do Rio de Janeiro.

Figura 2 – Vista do pôr do sol do MCMV

Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

[1] Faço, neste título, uma intertextualidade com o livro de Walter Mignolo (2003).
[2] Agradeço a Talita pelo impulsionamento dessa tese!

Lembro quando anunciaram a construção do Condomínio São José no ano de 2012 (Baixada [...], 2012). Vários sentimentos me atravessaram. Minha rua, onde antes não passavam carros, passou a ser ocupada por caminhões e maquinários de construção civil. Durante a construção das casas, aquele ambiente foi ocupado por corpos e sons diferentes aos quais não estava habituado no meu dia a dia. Antes havia somente o barulho de trem e, com a construção, o espaço abriu lugar para vozes de trabalhadores e visitantes intrigados com o projeto de casas que não tinham como matéria-prima tijolos – método comumente usados nas construções brasileiras – mas isopor e madeira. Para o bairro, aquela construção foi uma novidade, afinal, era a primeira vez do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na cidade. Muitas questões foram suscitadas com essa construção, posso citar, por exemplo, a esperança de uma possível circulação de ônibus – uma realidade que aconteceu durante alguns meses após a entrega das casas, mas que foi descontinuado pouco tempo depois. O asfalto chegou e, hoje – momento desta escrita – está sendo renovado devido à construção de uma estrada que ligará, de forma mais rápida, Japeri ao distrito de Engenheiro Pedreira e ao Município vizinho, Queimados.

Com a entrega das casas, minha rua onde não circulavam carros, motos e pedestres, visto que havia apenas uma fazenda ao final dela, passou a ter contornos mais urbanos. As escolas, os postos de saúde e o comércio local foram ocupados com novos rostos. Comecei a ver pessoas com caixinhas de sons escutando músicas evangélicas ao mesmo passo de pessoas escutando *Funk*. O bairro era outro, porque as pessoas eram outras. Como bem diz Milton Santos (1979), o espaço é construído pelas pessoas e pelas relações sociais construídas naquele espaço. Antes falávamos, "crianças vão brincar na rua", agora o aviso é "cuidado! aqui passa carro, brinca na calçada". Enfim, o lugar foi transformado, porque éramos outros pelo contato com outras formas de vida na construção sociodiscursiva daquela rua e do bairro.

No meu percurso de vida, desde 2012, escutei várias coisas sobre esse espaço conhecido na cidade como "casinhas". Por morar próximo, vários comentários eram suscitados como "Você mora lá nas casinhas". Esses comentários eram carregados de julgamentos e suposições sobre aquele espaço. O "lá" apontava não só para um espaço-tempo, mas para sentidos que evocam distância geográfica, precariedade e pobreza. O índice "casinhas" diz mais sobre dinâmicas socioculturais, políticas e das pessoas do que propriamente de um lugar físico.

Assim, quando se evoca esse espaço-tempo, evoca-se também uma série de questões sociais locais, mas também compartilhadas por várias outras pessoas sobreviventes de dinâmicas sociais precarizadas pelo estado. Assim, a narrativa criada nesta tese junto à outras vozes são crônicas de bairro, mas também são crônicas globais que entrelaçam tempo-espaço-pessoa-política-desigualdade. É nesse sentido que me alinho a Walter Mignolo (2003) em seu livro *Histórias locais, projetos globais*, em que o autor fala sobre como a produção de desigualdade em lugares subalternizados fazem parte de projetos globais frutos de uma colonialidade persistente em diversas estratégias do nosso tempo.

Ao observar essas questões é que surge a inquietação desta pesquisa. Afinal, que narrativas estão sendo construídas sobre esse espaço tão próximo a mim? O que essas pessoas têm a dizer sobre esse espaço? O que as pessoas ao redor desse espaço contam? Essas perguntas não são irrelevantes, porque elas dizem sobre os entendimentos que nós inscrevemos e escrevemos em uma dinâmica social. Dessa forma, este estudo busca investigar de que forma moradores do Programa Minha Casa Minha Vida criam histórias sobre os espaços que circulam. Além disso, procuro também perceber as perspectivas de moradores ao redor do condomínio como forma de entender as dinâmicas e disputas acerca de quem vive no local, projetando e criando outros espaços por meio de suas histórias, isto é, heterotopias[3].

Narrativas desempenham um papel central nesse processo, pois se entrelaçam com dinâmicas afetivas, perspectivas e na construção de memórias sobre o espaço. Portanto, quando nos referimos ao "espaço", não nos limitamos a um local físico, mas sim à sua construção discursiva. Ao utilizar a linguagem, estamos constantemente moldando nossas vivências por meio da construção de significados. Seguindo a ideia de Austin, falar sobre um espaço é também projetá-lo, fabricá-lo. Assim, recuperamos o conceito de Metapragmática que, conforme Silverstein (1979), refere-se à habilidade da linguagem em gerar reflexões sobre nossas práticas, pois é nesse fluxo que dinamizamos ideias sobre os lugares que ocupamos. Como salientado por Yi-Fu Tuan (1980), um lugar é uma construção que emerge da experiência sensorial e emocional, incorporando sentimentos e entendimentos, em um processo em que o corpo se conecta com cultura, história, relações sociais e paisagem. Portanto, é sempre concebido através de uma ligação

[3] O termo é melhor explicado na seção 3.3.

indexical (Silverstein, 2003), isto é, aponta não só para questões micro localizadas (escolha de signos), mas também para questões mais abrangentes, macrossociais (ideologias). É nesse sentido que os signos que atravessam a construção territorial dos espaços são históricos e intercruzados pelos corpos e discursos que os habitam.

Pensemos, por exemplo, em um bar. À primeira vista, pode ser apenas um local para consumir bebidas e/ou alimentos, porém, dependendo da dinâmica social, pode se transformar em um ambiente de reunião de trabalho. Nesse contexto, compreendemos o lugar não como estático, mas sim como mutável, sujeito às dinâmicas de espaço-tempo-pessoa, ou seja, aos cronotopos, conforme Bakhtin (1988). Nesse sentido, a produção narrativa é sempre uma construção semiótica de significados, uma organização de experiências em que atribuímos sentido aos signos presentes nos eventos que participamos. É nesse ponto que as dinâmicas ideológicas entram em jogo, uma vez que os significados são sempre contextualizados por diferentes escalas (Carr e Lampert, 2016), ou seja, por perspectivas que carregam uma rede de valores, criando hierarquias e estratificações. Essa noção não é trivial, pois envolve dinâmicas de acesso e poder, e como bem ressalta Foucault (1994), "o espaço é o lugar privilegiado de compreensão de como o poder opera".

No que tange a Ideologia é importante ressaltar que ela não é simplesmente uma distorção da realidade, como alguns argumentam, mas sim uma parcialidade interessada daquele que está se expressando. Ela molda a forma como percebemos e interpretamos o mundo, refletindo os interesses, valores e posições de quem a emite. Portanto, a ideologia não é apenas uma questão de erro ou engano, mas sim uma construção carregada de perspectivas (Gal e Irvine, 2019). Dessa forma, quando falamos em ideologias, compreendo não haver uma zona de neutralidade, é possível afirmar que todos agem e constroem ideologias, impossibilitando a separação de linguagem e ideologia. A construção dos espaços, dessa forma, depende de quem fala, ou seja, o "mesmo espaço" pode significar diferentes percepções e diferentes formas de afeto com aqueles participantes daquela dinâmica social.

1.1 Fluxos e enterritorialização da pesquisa

O termo enterritorialização discursiva surge em um momento da pesquisa em que algo me incomodava em utilizar o termo "desterritorialização"/" territorialidade", pois não queria destacar que os espaços sofrem apenas processos de perda, mas de constante mudanças atravessadas pelo discurso em que determinados elementos se mantêm, enquanto outros se modificam. Neste momento refletis sobre o constructo da entextualização (Bauman e Briggs, 1990), que diz respeito ao processo constante de viagens dos textos e o seu fluxo de contextualização, descontextualização e recontextualização, formulando o que os autores chamam de entextualização. Em seus termos, a entextualização dá conta de um processo que torna "um discurso extraível, de fazer de um trecho [*stretch*] de produção linguística uma unidade – um texto – que pode ser levada [*lifted out*] para fora de seu evento interacional" (Bauman; Briggs, 1990, p. 73). Esse movimento nos faz olhar para as dinâmicas de mobilidade dos textos. Na construção desse termo, optei por "pegar emprestado" desse conceito o prefixo "en", afinal atribuía o sentido que desejava elaborar nesta pesquisa: o território é uma invenção discursiva, um texto que se altera nos seus constantes fluxos narrativos, os quais agem sobre a vida. Dessa forma, não busco tecer territórios teóricos estáveis, mas moventes, borrando fronteiras em um eterno devir e isso esbarra tanto teoricamente quanto no próprio tecido sustentado nesta pesquisa.

Esse processo de desterritorialização está intrinsecamente relacionado à maneira como concebemos e definimos o que é território. Nesse sentido, recorro a Deleuze e Rolnik (1996) e Haesbaert e Bruce (2002) ao descreverem a construção da territorialidade como um movimento de des-re-territorialização, produzindo uma ideia análoga à de entextualização, conceito já explicitado. Pensar dessa forma nos conduz diretamente a uma perspectiva pós-estruturalista, que busca dessencializar, desnaturalizar e romper com noções totalizantes, fechadas e lineares. Ou, nos termos de Deleuze e Guattari (2010), trata-se de explorar como "linhas de fuga". Assim, questionamos a ideia de unilateralidade para nos deslocarmos em direção a uma multiplicidade que permeia todo o movimento de construção de territórios, sejam eles afetivos, geográficos, corporais, desejantes ou teóricos.

Os territórios, por meio desse movimento, são espaços de "ser-assim" (Fabrício, 2022) ou de "tornar-se" (Doel, 1999), isto é, um "efeito especial da

fluidez" (Doel, 1999, p. 17), como delineado no âmbito da geografia pós-estruturalista, dos estudos queer (Moita Lopes, 2020) e da Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes *et al.*, 2022). Assim, ao falar de espaço, referimo-nos à espacialização, um movimento que envolve uma ação discursiva. É nesse sentido que o termo, aqui, não é tido no aspecto físico, mas sim por sua força maquínica[4] ao combinar corpos e sentidos em movimento, ou seja, que opera dentro de uma mobilidade própria. Como explicam Guattari e Rolnik (1996, p. 323),

> a noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

Território, dessa forma, é um processo intersubjetivo que produz histórias, espaços, afetos, desejos e formas de vida. Guattarri e Rolnik, (1996), em *Micropolítica: cartografias de desejo*, definem a subjetividade como

> [o]s processos de subjetivação ou de semiotização não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egoicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos[7] são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extraindividual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, ou seja, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem e de valor, modos de memorização e de produção de ideias, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos e assim por diante) (Guattari e Rolnik, 1996, p. 39).

[4] Para Guatarri e Rolnik (1996), a noção maquínica diz respeito a um processo que nunca ocorre de forma isolada, mas por meio de agregações ou agenciamentos. Isto é, para uma máquina funcionar, é necessário uma série de encaixes, desencaixes, conexões e rupturas e agenciamentos na produção do movimento.

As subjetividades são concebidas como construções coletivas, onde cada "eu" que se levanta é, na verdade, uma multiplicidade em si mesma. Ou, como definem Deleuze e Guattari (1972/2010), um "n-1", uma recusa à unidade. Essa perspectiva rejeita a ideia de um sujeito fixo e singular, optando por uma visão que privilegia a fluidez e a constante transformação, desconstruindo o próprio estatuto da identidade, para se reconstruir por meio da diferença. Com isso, é possível pensar as subjetividades como espaços de deslocamento e desterritorialização, onde as fronteiras são constantemente redesenhadas. Assim,

> não basta dizer viva o múltiplo, grito de resto difícil de emitir. Nenhuma habilidade tipográfica, lexical ou mesmo sintática será suficiente para fazê-lo ouvir. É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira mais simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre n-1 (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele). Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída, escrever a n-1. Um tal sistema poderia ser chamado de rizoma. (Deleuze e Guatarri, 2000, p. 14-15)

É por meio dessa subjetividade coletiva que se constroem territórios que se chocam, se dissipam e desterritorializam nesta pesquisa. Por exemplo, 83,6 km separam minha cidade da universidade onde escrevo esta tese. Sempre que me perguntavam onde cursava o mestrado e o doutorado e eu respondia "Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro", olhares surpresos surgiam, seguidos de exclamações como "rico" e "playboy". Minha resposta imediata era: "sou bolsista". Essa breve narrativa busca enfocar os fluxos e processos de desterritorialização apresentados nesta pesquisa, desenvolvida por dinâmicas marcadamente distintas do objeto de estudo. Uma anedota que por si só já nos mostra como os espaços são frutos do discurso, visto que uma pessoa como eu só poderia ocupar aquele lugar por meio de categorizações de "rico" e "playboy" – movimento discursivo que hierarquiza espaços e estratifica pessoas – e ao mesmo passo, em um movimento de fugir dessa categorização, eu me colocava em outra: bolsista.

Tal anedota é um indicativo também das diferenças e fluxos de enterritorialidades[5] que se chocam neste encontro de corpos. De um lado, temos uma universidade reconhecida como a mais cara do estado, situada na Gávea, uma das áreas com o metro quadrado mais valorizado do país. Por outro lado, um campo

[5] Talvez "fluxos enterritorialização" seja uma redundância, aqui, necessária.

de pesquisa que se constrói em uma cidade marcada pela precariedade e por grandes desafios sociais. Nesse sentido, como será evidenciado em algumas narrativas, essa desterritorialização atravessa não apenas a minha experiência como pesquisador — morador de Japeri que desenvolve esta pesquisa nesse contexto —, mas também as vivências das pessoas que constroem este estudo por meio de suas próprias histórias.

Este fluxo e desterritorialização permeiam de forma intrincada o que se busca contar e narrar nesta pesquisa. Afinal, as histórias atravessam as dinâmicas de deslocamento territorial e as mudanças vividas pelos participantes, cujas narrativas compõem esta escrita coletiva e dialogam com as diversas questões aqui exploradas. Nesse sentido, apresento os participantes que coescreveram esta pesquisa comigo, trazendo um pouco de suas trajetórias e das narrativas abordadas ao longo desta tese.

1 – **Luiz** compartilha suas experiências de deslocamento e os desafios de vivenciar outras realidades além de seu território de origem. Jovem, negro, de 22 anos, que ingressou no curso de Letras-Francês na UFRJ, enfrenta a rotina exaustiva de acordar às 4h da manhã diariamente para acessar o que deveria ser básico: o Ensino Superior. Diferentemente dos outros entrevistados, Luiz não reside mais no conjunto São José. Atualmente, mora na Ilha do Governador, na Zona Norte do Rio de Janeiro, e, nesta tese, ele narra as histórias que atravessam os tempos e espaços de sua trajetória, profundamente conectadas ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

2 – **José** é um jovem de 20 anos que, ao sair de uma moradia precária de apenas dois cômodos, passou uma experiência difícil no lugar onde viveu até sua família se mudar para o PMCMV. Também negro, ele é um multiartista (ator, produtor, fotógrafo e músico) e membro de uma companhia artística de destaque na cidade. José compartilha sua perspectiva sobre morar em um território marcado por sentimentos de medo, vergonha e falta de acesso, refletindo as condições de vida que atravessaram sua trajetória.

3 – **Nilce,** moradora de 63 anos do PMCMV, se vê aprisionada naquele espaço, sem perspectivas de mudança para um lugar onde possa viver sua velhice com mais dignidade. Ao contrário dos outros moradores, ela não é beneficiária direta do programa, mas comprou o imóvel de alguém que decidiu não permanecer no conjunto.

4 – **Marcelo,** morador da área próxima ao PMCMV, tem 34 anos e é pai de dois filhos, um casal. Trabalha com entregas de produtos comprados pela internet e vive na região desde que nasceu, acompanhando de perto as transformações do bairro. Sua relação com o Conjunto São José é ambígua, marcada por uma perspectiva dupla. Atualmente, ele estuda para conquistar uma vaga no serviço público.

5 **– Denise,** moradora do entorno do PMCMV, tem duas filhas e vive com seus netos e marido. Ela mantém uma barraca anexa à sua residência, onde trabalha vendendo salgados e bebidas. Sua visão é voltada para a realidade das crianças que habitam aquele espaço, e essa perspectiva se reflete nas narrativas que ela compartilha.

Minha escolha por trazer os participantes logo neste primeiro INcômodo é um movimento confirmando quanto suas vozes foram fundamentais na construção de todos os processos aqui delineados. Eles não são apenas geradores de dados, mas pessoas que escreveram comigo cada uma dessas linhas, de forma direta ou indireta.

1.2 Foco, escolhas de pesquisa objetivos

A posição que tomo nesta pesquisa é que os espaços são criados e projetados na e pela linguagem. Dessa forma, ao escolher como aporte suleador[6] das narrativas, procuro investigar de que forma o espaço é projetado e disputado de pessoas pelas quais são atingidas por esse programa de maneira direta (beneficiários do projeto) ou indiretamente (moradores da redondeza). Assim, meu argumento central é de que as noções do que entendemos sobre espaço, lugar e sobre as dinâmicas de poder são inseparáveis da linguagem (Foucault, 2013; Lemke, 1995). Como destacam De Fina e Tseng (2017), é no trabalho narrativo que disputamos e construímos noções morais, políticas, normas sociais, projetamos nossas identidades, dos outros e as noções de espaço-tempo. No âmbito da narrativa, construímos memórias sobre os espaços que nos cercam colocando em jogo diferentes afetos em nossas práticas sociais.

No presente projeto, seguirei os preceitos da etnografia (Blommaert, 2008, 2011, 2013, 2010), de base qualitativa, interpretativista (Denzin e Lincoln, 2006).

[6] Escolho sulear como uma posição política de voltar nossos olhares ao sul. Obviamente, ou nem tão óbvio assim, esse não é um movimento de apagar ou esquecer autores do norte. Esse seria um movimento, por si só colonial.

Como método de pesquisa, me valerei de entrevistas de pesquisa e cadernos de campo na construção dos dados. Como fundamentos teórico-analíticos, irei operacionalizar de forma interdisciplinar constructos teóricos sedimentados em áreas do conhecimento como Cronotopos (Bakhtin, 1988), Escala (Blommaert, 2015), Ordens de Indexicalidade (Blommaert, 2010), Heterotopia, (Foucault, 1994), Topofilia/Topofobia (Yi-Fu Tuan, 1980) e os aspectos teóricos da análise da narrativa (Bastos, 2008, Biar, Orton e Bastos, 2021, Moita Lopes, 2021). Tomar o espaço como *locus* principal de desenvolvimento deste estudo, é empreender em um caminho traçado por Foucault (1994) e perceber a sua importância para os estudos discursivos como ressaltam Rocha e Deusdará, (2022).

A escolha por focar essas narrativas segue o princípio de "desencriptar" as cidades (Morado, 2019), muitas vezes reduzidas a números e estatísticas, dados processados por programas de computador. Olhar para as narrativas implica fugir das lógicas de poder sustentadas por histórias universais, que ocultam as perspectivas dos beneficiários desses programas. Essas narrativas, muitas vezes, são elaboradas por indivíduos brancos, heterossexuais e pertencentes a classes mais privilegiadas.

Este método – ou melhor, antimétodo – não se preocupa em criar territórios fixos para a construção da pesquisa (Santiago, 2022). Ele se desvia de lógicas deterministas e de escolhas predeterminadas, atravessando as minhas subjetividades como pesquisador-morador, amigo e vizinho dos participantes que, junto a mim, constroem e entrelaçam essas narrativas. Esses escritos e encontros nascem dos incômodos que me provocam e afetam cotidianamente nos discursos e dos textos que circulam nos processos de espacialização dos territórios percorridos por mim.

Dessa forma, os objetivos de estudos são:

Objetivo geral

Observar a produção dos espaços por meio da linguagem e como esses espaços geram dinâmicas de poder no que diz respeito ao acesso à moradia e ao seu entrelaçamento com o programa Minha Casa, Minha Vida.

Objetivos específicos

I. Entender conjunto habitacional e a produção de heterotopias no fazer discursivo sobre o programa.
II. Investigar de que forma ganchos afetivos são construídos sobre os tempo-espaço (cronotopos) dinamizados nas narrativas;
III. Entender os movimentos escalares produzidos sobre o espaço e quais indexicalidades são operacionalizadas.
IV. Perceber as construções dos espaços por meio da linguagem, sejam eles "físicos", sociais ou simbólicos.

1.3 Organização dos INcômodos

No primeiro INcômodo, apresentei minha entrada no campo de pesquisa, abordando questões teóricas e metodológicas implicadas nesta tese e estabeleci como eixo central os movimentos locais como parte de dinâmicas mais amplas de poder. Também destaquei o foco, as escolhas e os objetivos do estudo. Optei por utilizar o termo "INcômodo" em vez de "capítulo", criando uma metáfora que conecta duas dimensões: cômodos, como partes de uma casa – aqui apontando para partes da tese –, e incômodos, sinalizando que cada seção me provoca e me impulsiona na pesquisa, seja em termos linguísticos, metodológicos, teórico-analíticos ou de campo. Creio que INcômodo não me conduz a uma conotação negativa, mas sim como impulsionador, capaz de nos fazer refletir, nos tirar do lugar. Agora, passo a apresentar os demais INcômodos que quero compartilhar nesta tese**.**

No segundo INcômodo, exploramos o que se chama de chaves, trincas e janelas desta pesquisa, conceitos que ajudam a contextualizar o campo e a temática abordada. Assim, questões relacionadas às macro e micropolíticas que envolvem o Conjunto São José são abordadas, conectando a conjuntura político-histórica nacional com as dinâmicas específicas.

No terceiro INcômodo, aprofundando os construtos teóricos que fundamentam esta tese, adoto uma perspectiva pragmático-semiótico-discursiva sobre a linguagem, com ênfase em uma abordagem performativa e externalista.

No quarto INcômodo, apresento a posição metodológica, o processo de produção dos dados e as questões éticas envolvidas na pesquisa. Nesse contexto,

discorro sobre a adoção de uma abordagem qualitativa e interpretativista, bem como sobre o uso do método de entrevista nas ciências humanas e sociais.

No quinto, sexto, sétimo e oitavo INcômodos, desenvolvemos as análises fundamentadas dos dados gerados a partir das entrevistas realizadas com os moradores impactados pelo Conjunto São José. Nesses capítulos, exploramos como as narrativas desses indivíduos revelam dinâmicas de pertencimento e resistência, além de suas percepções sobre as políticas habitacionais, os desafios enfrentados no cotidiano e as expectativas em relação ao futuro. Busco, assim, conectar as histórias de vida e experiências pessoais a uma compreensão mais ampla das implicações sociais, políticas e simbólicas do Programa Minha Casa Minha Vida e de como ele se articula com a produção de espaços urbanos e subjetividades.

Por fim, no nono INcômodo, apresento minhas conclusões, revisito as perguntas de pesquisa e traço os encaminhamentos e contribuições nos âmbitos político, ético e científico deste estudo. Além disso, reflito sobre alguns acontecimentos fortuitos em minha trajetória que se conectam diretamente com esta pesquisa, iluminando as interseções entre minha experiência pessoal e os caminhos percorridos no desenvolvimento deste trabalho.

2 CHAVES, TRINCAS E JANELAS: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

> As cercas foram postas pelas pessoas para pôr limite na terra, escondendo assim que é a terra que quem põe limites nas pessoas.
>
> Constituição: A galinha ou o Ovo, Cecilia Ripoll

Neste capítulo, apresento algumas questões que são "chaves", "trincas" e "janelas" para o entendimento das questões habitacionais no Brasil. Nesse sentido, traço a seguir uma pequena historiografia da habitação social no Brasil, construo algumas questões relacionadas ao contexto sociopolítico da pesquisa, discuto sobre o que seria "política pública" e as disputas sociais em torno do programa no período de ascensão da extrema direita ao poder, o direito à moradia digna e o Condomínio São José e, por fim, o processo de neoliberalização da moradia e a reinvenção pelos moradores do Conjunto São José.

2.1 A política de habitação brasileira ou a política de geração de emprego e lucro?

Falar sobre a habitação brasileira é, em um primeiro momento, compreender que isso sempre será um recorte de um todo impossível de ser capturado. Aqui, nesse sentido, me valerei de um marco temporal para iniciar essa discussão tendo plena consciência de não haver como esgotar o assunto e muito menos todas as problemáticas que envolvem nesse tema. Como forma de iniciar essa discussão, recorro ao texto de Rolnik e Nakano (2009) publicado na revista eletrônica *Le mont diplomatique*. Segundo os autores, um importante ponto de partida para entendermos a política habitacional brasileira está entre a década de 1960 e 1980 como chave de aprendizados que implicam o debate atual da urbanização brasileira.

Uma das questões centrais é a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o financiamento e comercialização de empreendimentos habitacionais que, de forma ampla, produziram uma larga disparidade social ao excluir desse mercado pessoas de baixa renda. A alta dos terrenos e imóveis, decorrente dessas políticas, segundo Rolnik e Nakano (2009), foi um fator que impulsionou a favelização, loteamentos ilegais construções em áreas de risco e marginalização da população pobre nos

grandes centros urbanos. Citando o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), entre 1964 e 1986, os autores ressaltam que apenas 33% foram destinados

> à população de baixa renda, sempre em conjuntos localizados nas periferias urbanas, em áreas onde a terra era barata por não haver acesso a infraestruturas de saneamento básico e transporte coletivo nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentar oferta de empregos (Rolnik e Nakato, 2009, s/p).

O que Rolnik e Nakano (2009) destacam é uma política que perdura até hoje, como iremos ver nas narrativas dos participantes desta tese. Dessa forma, destaca-se uma negação ao direito à cidade e aos espaços urbanos por aqueles considerados a base econômica do Brasil. Cabe destacar que o recorte aqui iniciado se cruza com o período de Ditadura Militar do Brasil, o que provocou ainda mais os retrocessos possíveis de minimizar tais impactos, visto que projetos de lei relacionados à reforma urbana proposta por João Goulart[7] foram impedidos pelo golpe militar. Dessa forma, não houve construção de "políticas públicas" estatais abrangentes na área habitacional que fornecessem alternativas viáveis de habitação às diversas classes econômicas da população (Noal e Janczura, 2011 *apud* Souto, 2018, p. 30). Dessa forma, Rolnik e Nakano (2009, s/p) explicitam que "o crédito imobiliário, naquele período, jamais alcançou a faixa de renda familiar mensal entre 0 e 3 salários-mínimos, que concentrava – e continua concentrando – 90% do déficit habitacional", o que explica boa parte da produção de desigualdade no Brasil.

Os projetos de financiamento, então destacados, como o uso do FGTS, explicitam um distanciamento de uma política habitacional efetiva e se aproxima de uma lógica capitalista, neoliberal de produção de lucro em detrimento da dignidade urbana-social. Assim, tira-se o foco da produção de moradia digna para uma aceleração de crescimento econômico de imobiliárias e construtoras Brasil a fora. Obviamente, o programa de habitação possibilitou alguns resultados positivos, como a queda do desemprego a partir do estímulo ao setor da construção civil (Souto, 2018), algo similar ao que vimos com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) de 2007. Porém, o que é questionado por Rolnik e Nakano (2009) é

[7] A reforma Agrária era um dos principais pontos de governo de João Goulart. Ver mais em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/03/24/o-que-eram-as-reformas-de-base-centrais-no-golpe-de-64. Acesso em: 25 nov. 2024.

o fato de serem são planos urbanísticos habitacionais ou política de geração de emprego na indústria.

Fazendo uma linha histórica, nossa política habitacional desde a década de 60 se baseia “na oferta de subsídios e créditos individualizados para a obtenção da propriedade privada. Entretanto, as necessidades habitacionais da população de baixíssima renda não são atendidas desse modo” (Rolnik e Nakano, 2009, s/p). Nesse sentido, vemos um sistema de exclusão que faz parte de um Estado-mercado dos grandes centros, estando mais a favor de um projeto de construção violento de capital para empreiteiras, em detrimento de uma abordagem não violenta sobre o problema da moradia.

2.2 Contexto sociopolítico da pesquisa

A falta de moradia adequada afeta milhões de pessoas em todo o globo, resultando em condições de vida precárias, insegurança, e até mesmo privação de outros direitos fundamentais, como **saúde** e **educação**, o que também constam na DUDH (Declaração Universal dos Direitos Humanos). Questões como desigualdade socioeconômica, especulação imobiliária, deslocamentos forçados e falta de políticas habitacionais adequadas contribuem para a persistência desse problema (Almeida, 2011). Portanto, enquanto o reconhecimento legal do direito à moradia é um passo crucial, é igualmente importante que os governos, organizações internacionais e a sociedade civil trabalhem em conjunto para garantir sua implementação efetiva. Isso requer políticas abrangentes, investimentos adequados em habitação acessível e sustentável, e um compromisso com a justiça social e a equidade urbana. Apenas assim poderemos verdadeiramente garantir a todas as pessoas acesso a um **lar seguro**, **saudável** e **digno**. Dessa forma, quando falamos em direitos à moradia, o que está em jogo é uma rede complexa que envolve muito mais do que construções, mas produção de sociabilidades e acesso a recursos garantidores da dignidade coletiva.

O cenário em que se insere esta pesquisa é de um “déficit”, enfrentado no Estado do Rio de Janeiro, de mais de 500 mil residências e, em nível nacional, de 6 milhões em 2022. Segundo Regueira (2023), a situação é alarmante, visto que centenas de famílias no estado vivem em casas improvisadas de lona, sem banheiro, fogão e outros recursos. Tal situação nos mostra como é imprescindível olharmos

para a produção de desigualdade, para o modo como o acesso a um teto é uma forma de promoção da dignidade humana, como colocado na Declaração Internacional dos Direitos Humanos de 1948, negado a muitos ainda hoje.

O Estado, segundo a Constituição de 1988, é um dos grandes responsáveis na promoção de políticas garantidoras do direito à uma moradia digna. Segundo o texto da Emenda Constitucional 26/2000, cabe à Federação "promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico" (Brasil, 2000). Como forma de garantir o que propõe a constituição surge o Programa Minha Casa Minha Vida, instituído no governo Lula em 2009. O PMCMV tem como objetivo subsidiar casas para moradores com renda de até R$2.640,00 reais e facilitar o financiamento de famílias com renda de até R$ 8 mil reais. Em 2023, o programa foi relançado pelo governo Lula após ter sido renomeado durante a gestão do governo Bolsonaro – 2019-2022 – e sofre por mudanças em sua estrutura, ampliando o público alvo do programa para abranger os cidadãos que pertencem à chamada classe média, além da utilização de imóveis abandonados em grandes centros.

Figura 3 – Imagem de divulgação do MCMV

Fonte: Governo Federal, 2023.

Apesar de sua incontestável relevância para o país, o PMCMV enfrenta algumas críticas de arquitetos, urbanistas e geógrafos sobre como ele foi construído. Segundo Rolnik e outros (2015), a mercantilização dos projetos por construtoras acabaram promovendo uma alocação dos conjuntos habitacionais em zonas mal equipadas e com pouca estrutura visando ao baixo custo dos terrenos. Assim, a cooptação pela lógica mercadológica produziu uma reiteração, em vários projetos do PMCMV, de "um padrão histórico de ocupação do território onde o assentamento da população pobre é feito prioritariamente em periferias precárias e mal equipadas" (Rolnik *et al.*, 2015, p. 128). Além disso, como ressalta Santos e outros (2014), o projeto atende somente em partes o déficit habitacional, visto que o programa segue uma lógica desenvolvimentista neoliberal e, dessa forma, também é uma estratégia de construção de poder e desigualdade. Na palavra dos autores,

> [n]esse contexto, a conquista da moradia, sonho dos Sem Teto, corre o risco de tornar-se um pesadelo, pela dificuldade de arcar com os custos da moradia (a mensalidade, o Imposto Territorial Urbano – IPTU, a taxa de condomínio, as contas de água, luz e esgoto); pelas limitações de acesso aos serviços de educação, saúde e transporte e pela inexistência de programas de inserção produtiva, capazes de estimular a geração de emprego e renda voltados para a uma população que, historicamente, encontra-se inserida na "informalidade", nas "franjas" do sistema capitalista (Santos *et al.*, 2014, p. 714-715).

Assim, não é só necessário ter a moradia, mas também projetos urbanísticos das cidades e políticas públicas que garantam os outros direitos básicos aos cidadãos, como colocado no Estatuto das Cidades, lei N° 10.257, de 10 de Julho de 2001, ao afirmar que deve se ter a "garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações" (Brasil, Art. 2, p. I). Dessa forma, esta pesquisa possui contornos relevantes sobre as políticas públicas de acesso à moradia no país, porque coloca em jogo as narrativas daqueles atravessados diretamente, seja como beneficiário, seja como aquele que vivencia o entorno dos projetos urbanísticos das cidades, como os do PMCMV.

Nesse sentido, Santos (1996) explana que a formação socioespacial brasileira não se resume apenas a uma questão social, mas também como elas

constituem as relações nos espaços. A segregação permeia dinâmicas de territorialidade que relegam parte da população a camadas precárias, com acesso limitado ou praticamente inexistente a oportunidades. Ao considerarmos esse processo de construção dos lugares, compreendemos as camadas e escalas sobrepostas historicamente sobre determinados espaços. Não é por acaso que constantemente atribuímos qualidades positivas ou negativas aos lugares, e isso reflete diretamente nos corpos e identidades dos habitantes.

Nessa formação territorial, as relações de "formalidade" e "informalidade" vão gradualmente construindo redes de sociabilidade semiótica nos espaços, associadas respectivamente às pessoas com acesso e àquelas sem acesso. Ao promover a segregação, estratégias de sobrevivência são desenvolvidas em espaços que, longe de serem apenas precários, são deliberadamente precarizados. Esses locais são habitados por uma massa urbana geradora de capital para as grandes metrópoles, porém, paradoxalmente, não têm acesso ao que produzem. São os residentes de favelas, assentamentos e periferias, que ocupam o que é conhecido como os "circuitos inferiores da economia urbana" (Santos, 1975; 1985).

Ao abordar esse tema, lembro-me de uma situação em uma roda de conversa com uma artista, na qual essa questão ficou evidente em seu relato. Durante a conversa após o seu espetáculo teatral, ela compartilhou sua experiência de chegar a Japeri de trem, um meio de transporte escolhido por ela para vivenciar a dinâmica de milhares de moradores da Baixada Fluminense. Em seu relato, marcado pela exotificação de nossos corpos e vozes, ela descreveu a experiência como única, pois viu e ouviu pessoas que nunca tinha encontrado antes. Essa narrativa nos surpreendeu, uma vez que os habitantes de Japeri e de diversas regiões da Baixada fazem parte da massa trabalhadora nos mercados, *shoppings*, padarias, lojas e serviços nos bairros da Zona Sul, Centro da cidade, Barra da Tijuca e adjacências.

Tal relato evidencia escalas de significados que não apenas apagam os espaços, mas também as pessoas que os habitam. O que desejo destacar com esse relato é a invisibilidade persistente de nossos corpos, mesmo quando ocupamos os mesmos espaços que as pessoas de áreas consideradas nobres. Essa invisibilidade reflete-se em diversos níveis – social, histórico, simbólico e material – na construção dos interesses do "circuito superior da economia urbana" (Santos, 1975; 1985) sobre aqueles marginalizados. Ao sermos excluídos das dinâmicas de significado desse circuito, perdemos espaço na formulação de políticas públicas;

muitas vezes elaboradas por indivíduos brancos, heterossexuais e pertencentes a classes mais privilegiadas.

Essa problemática enfrenta um problema crônico em nosso país: a falta de uma reforma agrária que efetive a democratização do espaço e o acesso a moradias de qualidade. De acordo com Balbim e Krause (2014), olhando para a história, apenas no período entre 1964 e 1986 surgiram os primeiros projetos de produção habitacional. No entanto,

> a partir de 1986, com o fim do Banco Nacional da Habitação (BNH), até 2003, verifica-se a falência do discurso tecnocrático e central. Com a redemocratização, vive- se um período de baixos investimentos, forte crise econômica e ausência do Estado central na definição da política habitacional.
> Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades (MCidades) e a unificação nesse órgão dos programas e das ações de desenvolvimento urbano, além da elaboração de novos programas, verifica-se uma retomada do papel do Estado central na definição da política urbana, agora com a perspectiva de produção habitacional e implementação de programas urbanos por meio da cooperação federativa (Balbim e Krause, 2014, p. 191).

Ou seja, apenas em 2003 voltamos a ter programas habitacionais pensando e construindo o que se chama de "desenvolvimento urbano". É nessa esteira que até 2016 lutas de movimentos sociais pela "produção social da moradia" (Balbim e Krause, 2014) desencadearam em mecanismos sociais como o **Minha Casa Minha Vida**. Tais entidades visam ao financiamento de casas por meio de entidades privadas sem fim lucrativos, sendo um projeto precursor na construção de moradias formalizada pelo poder público.

2.3 O que é Política Pública? entre o governo, a governamentalidade e a ideia de cuidado

Antes de gerar uma decepção em você, leitor, assumo não ter pretensão de responder essa pergunta, mas apenas refleti-la; afinal, essa questão será algo que atravessará a discussão suleadora deste trabalho, e apesar de parecer óbvia e corriqueira, precisamos, às vezes, olhar mais atentamente para o que parece ser ordinário e perceber a sua complexidade. Como bem discute Velho (2008),

> meu ponto é que alguma coisa ser familiar não significa que ela seja conhecida e que, portanto, para você estudar o familiar, você

> tem que desenvolver uma estratégia própria de objetivação, de estranhamento, de distanciamento, nem que seja num movimento de ir e vir, mas que é fundamental (p. 126).

Nesse sentido, é preciso olhar para aquilo que conhecemos, a fim de enxergar as questões invisíveis-visíveis pelas quais somos atravessados cotidianamente. Assim, o exame daquilo que chamamos de política pública é um importante ponto de partida para esta pesquisa, visto ser ela que atravessa as narrativas aqui geradas.

Sob uma perspectiva sociológica, Lascoumes e Le Galès (2007) definem a política pública como um sistema que atua de maneira técnica e social, configurando relações específicas entre o poder público e seus destinatários, baseado nas representações e significados incorporados por ela. O que está em jogo, aparentemente, são as complexas redes de produção social em uma relação intrínseca entre o que compreendemos como "governo" e "governados". Quando leio tal definição, me suscita a ideia de governo e governamentalidade de Foucault (1997); afinal, se estamos abrindo um processo de reflexão sobre política pública, precisamos entender o que possivelmente move está questão. Segundo Foucault (1977; 1978), a noção de governo não pode ser entendida apenas como uma ação do estado, apesar de esse ser um *modus operandi* dele, mas sim como formas de "estruturar o eventual campo de ação dos outros", produzindo ativamente governos de diversas ordens, como o da família, da criança, do sexo, da moradia, algo extremamente importante para esta tese. É, a partir dessa chave epistemológica, que a política não se define por um conceito único, mas sim como um conjunto de práticas sociais que direcionam os modos de gestão de um povo ou grupo. Nas palavras de Foucault (2008), ao falar sobre o Estado

> [n]ão se pode falar do Estado-coisa como se fosse um ser se desenvolvendo a partir dele mesmo e se impondo por um mecanismo espontâneo, como automático, aos indivíduos. O Estado é uma prática. O Estado não pode ser dissociado do conjunto de práticas que fizeram efetivamente que o Estado se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo (Foucault, 2008, p. 369).

Assim, são nas múltiplas e dinâmicas táticas de governança que se produzem o Estado e as políticas públicas. É por meio dessa perspectiva que

Foucault (2008) explora não propriamente o "governo", mas sim a governamentalidade. O autor nos convida a uma reflexão sobre o Estado a partir de dinâmicas específicas de poder que regulam recursos e disciplinam corpos, criando, para isso, leis, forças de segurança, mecanismos de regulação, documentos, entre outros. O Estado, dessa forma, atua como um promotor de desterritorialização. Ao se instalar em sociedades pré-capitalistas, por exemplo, ele territorializou muitos povos, alterando sua relação subjetiva com a terra (Deleuze e Guattari, 2000). O Estado realiza a divisão territorial por meio de uma "organização administrativa, fundiária e residencial", fixando, assim, o homem à terra (Haesbaert e Bruce, 2002). Nos termos de Foucault (1997), isso corresponde a uma reforma das forças disciplinares.

Para chegar a esta reflexão, Foucault (2008) parte da recapitulação da ideia de um poder pastoral para a construção do seu entendimento sobre os processos políticos de criação do Estado e dos modos de governo. Centrado em uma dinâmica religiosa, o filósofo propõe um percurso genealógico que remonta a sociedades antigas, onde elegiam líderes para promover aquilo que seria gerido por Deus. A partir desse movimento surge a ideia do "pastor" que, segundo o autor, tem como uma de suas características o **poder do cuidado**. Para isso, ele nos leva a pensar sobre as sociedades greco-romanas, ao afirmar que tal ideia da atualidade é uma criação e não algo essencial da vida humana, pois

> jamais, na Antiguidade greco-romana, houvera a ideia de que certos indivíduos poderiam desempenhar, em relação aos outros, o papel de pastores, guiando-os ao longo de toda a sua vida, do nascimento à morte (Foucault, 2004, p. 64).

De acordo com Foucault (2016 [1981]), o poder pastoral já se fazia presente para os egípcios, mas aparecia mais fortemente para os hebreus. Uma marca cultural desse povo era o fato de figuras públicas abdicarem de suas próprias vidas, em nome de Deus, para guiar e cuidar de suas "ovelhas". Segundo Foucault (1978, p. 66),

> [o] poder pastoral não tem por função fazer mal aos inimigos; sua principal função é fazer o bem em relação àqueles de que cuida. Fazer o bem no sentido mais material do termo significa alimentá-lo, garantir sua subsistência, oferecer-lhe um pasto, conduzi-lo às fontes, permitir-lhe beber, encontrar boas pradarias.

Para o autor, essa tecnologia social não desaparece, mas se atualiza nas noções e práticas modernas de governo. Isso é perceptível, por exemplo, nas estratégias políticas de comunicação do programa em questão nesta tese. Na peça publicitária[8] de retorno do Minha Casa Minha vida pelo governo Lula em 2023, é perceptível a relação estabelecida entre cuidado e governo. Em vários trechos essa ideia é demarcada, como mostra o *printscreen* (Figura 4) feito a partir do vídeo de divulgação do governo.

Figura 4 – O cuidado nas campanhas publicitárias do PMCMV

Fonte: Peça publicitária, Governo Federal.

Muitas outras questões podem ser suscitadas a partir dessa publicidade, mas, por ora, basta percebermos como a ideia de cuidado e política andam juntas quando falamos de poder público. Obviamente, esse fenômeno não é algo que atravessa apenas o governo Lula, mas também outros governos, como a peça publicitária do programa Minha Casa Verde e Amarelo de Bolsonaro; visto que a campanha também se valia de ideologias representantes de um governo provedor de cuidado, segurança, entre outros aspectos.

Apesar do PMCMV e do PMCVA serem duas versões do mesmo programa, eles se diferenciam em termos de foco, público e regras de acesso ao benefício. Assim, o "cuidado", nesse sentido, nunca é universal, pois, como perpassa por um conjunto de práticas, depende de quem cuida, de quem é cuidado e onde cuida.

[8] A íntegra do vídeo, está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wKSNdZuBB9o. Acesso em: 02 jun. 2024.

Veena Das e Deborah Poole (2004), por exemplo, discutem como o Estado opera nas margens não como algo inacabado, mas que a sua própria forma de governança nas margens é por meio da construção daquele espaço enquanto um projeto político e de poder. Assim, as autoras fazem os seguintes questionamentos:

> Uma vez que é impossível pensar em sistemas políticos no mundo contemporâneo como englobados por qualquer forma de sociedade sem Estado, será que estamos observando formas de Estado incompletas – ou frustradas – em tais situações? Ou talvez sejam as formas de ilegalidade, pertencimento parcial e desordem que parecem habitar as margens do Estado, que constituem as condições necessárias para o Estado como objeto teórico e político? (Das e Poole, 2004, p. 21).

Isso levanta uma série de questionamentos que colocam em jogo o processo de constantes contextualizações daquilo que chamamos de política pública. Assim, deixamos aberto para reflexão, em conjunto com esta tese, quais tramas sobre esse termo podemos construir.

2.4 Do Minha Casa Minha Vida a Minha Casa Verde e Amarela: uma disputa de enterritorialidades semióticas

A ascensão da extrema direita no Brasil trouxe consigo um estado de crise que já existia, mas se torna mais presente e com uma circulação mais intensa durante os últimos anos, em decorrência do golpe sofrido pela então presidenta do país Dilma Roussef (Oliveira, 2023). Termos como família, infância, trabalho, língua e, principalmente, nação ganharam uma disputa semiótica acirrada na conjuntura social. Não à toa, em 1° de janeiro de 2019, Bolsonaro já ecoava em seu primeiro discurso de governo: “Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha! Só será vermelha se for preciso nosso sangue para mantê-la verde e amarela!”(Paraguassu, 2019).

Figura 5 – Matéria sobre a bandeira nunca ser vermelha

Fonte: *Print* feito pelo autor no site Extra, 2023.

Tal afirmação, declarada de simbolismo, recupera um dos pontos-chave para a construção do bolsonarismo: a ideia de um resgate nacional (Guedes e Silva, 2019), que se concretiza na criação de um "Brasil comunista" a ser derrotado – em outras palavras, na construção de um inimigo (Borba, 2019). Nesse contexto, o vermelho, mencionado pelo então presidente, assume um caráter indexical, remetendo à disputa social em torno de uma conjuntura política mais inclinada à esquerda.

Como estabelece Inoue (2004), as crises envolvem uma disputa indexical, na qual diferentes ideologias entram em conflito em torno de signos construídos. Afinal, quais ideologias são apontadas quando falamos de "Verde e Amarelo" e do "Vermelho"? Isso certamente não é dado, como foi visto em vários movimentos de disputa simbólica por variados grupos em inverter as indexicalidades apontadas pelo uso das cores da bandeira, como no caso da Parada LGBT+ de São Paulo que teve como mote o uso das cores como forma de enfraquecer o discurso da extrema direita em relação ao simbolismo dessas cores.

Figura 6 – Uso do verde e amarelo em parada gay

Fonte: *Print* feito pelo autor, Poder 360.

Nesse contexto, o que está em jogo são os significados, as lutas e as defesas que essas dimensões semióticas evocam. Ao tratar de núcleos, línguas, objetos e programas, estamos, na verdade, discutindo pessoas, ideias, crenças, projetos de subjetividade, poder e existência no mundo (Santiago, 2023). Ideais nacionalistas, por exemplo, evocam a ideia de "um povo", "uma nação", que exclui os aspectos da diferença inerentes à sociedade (Venn, 2000). Dessa forma, povos e grupos são excluídos do que se entende, por exemplo, por "Brasil".

Entender esses aspectos é fundamental para este trabalho, pois essa disputa simbólica que recai sobre corpos atinge políticas públicas, como o Minha Casa, Minha Vida, passando a ser chamado de "Minha Casa Verde e Amarela" em agosto de 2020 por meio de uma medida provisória. O programa surge como uma política de exclusão das marcas semióticas construídas para o MCMV. A substituição, apesar de pequena do ponto de vista estrutural do programa, apresenta um desvio de foco ao deslocar de uma atenção maior ao público de renda mais baixa para abarcar outras "faixas de renda", destacando-se em uma transformação mais direcionada à construção de uma nova marca de governo, que, apesar de poucas mudanças estruturais, trouxe um alargamento de um projeto de exclusão[9] (Balbim, 2020).

Assim, a política, instaurada no governo de Bolsonaro, não se tratou apenas de uma simples mudança de nome, mas de uma disputa semiótica-discursiva. Uma questão interessante de se notar é também o uso da música "A Casa é Sua", da banda gospel Casa *WorkShip*, na peça publicitária divulgada no canal do *YouTube*[10] do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional. Esse movimento engloba um contexto sociopolítico contemporâneo da própria construção da extrema direita – espectro político que o governo de 2019-2022 se enquadrava –, o entrelaçamento do universo neopentecostal ao cenário da política (Campos e Santos, 2022). Dessa forma, do ponto de vista discursivo, o programa também se torna ponto-chave nas disputas semióticas em curso no país, visto que as cores representariam uma volta

[9] Não à toa, o nome é "Minha Casa Verde e Amarelo", afinal, quem é o "povo brasileiro" para este programa?

[10] A íntegra do vídeo, está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D96Kk55Z1eY. Acesso em: 22 jun. 2024.

a uma perspectiva nacionalista roubada por um dito “fantasma do comunismo” implementado no governo petista ferindo a moral cristã a ser seguida.

Este aspecto de disputa semiótica pode ser refletido em uma entrevista de Lula ao programa televisivo do Ratinho, onde ele diz

> [e]u quero construir casa para o povo pintar do jeito que ele quiser, verde, amarela, azul, branca. Até vermelha eu quero que o povo pinte. Você constrói a casa e deixa o cara pintar do jeito que quer. Quer inventar: carteira verde e amarela, casa verde e amarela. Deixa o povo escolher a cor, pelo menos o direito de escolher a cor (Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista ao SBT, no dia 23 de setembro de 2022).

Ao analisar essa entrevista, observa-se uma contranarrativa aos símbolos evocados pelo governo anterior. Por exemplo, ao trazer um tom de literalidade, Lula defende a liberdade do beneficiário do programa de pintar sua residência conforme suas preferências. Embora as casas não fossem necessariamente verdes e amarelas durante o governo de extrema-direita, a questão central reside na disputa simbólica que esses núcleos representam nas dinâmicas políticas contemporâneas. Assim, nomear o programa como “Minha Casa Verde e Amarela” implica construir significados que se afastem do foco no indivíduo ao adquirir uma casa (“Minha Casa, Minha Vida”) e se voltam para as ideologias nacionalistas do atual governo. Traçar esse paradigma de disputa simbólica é essencial para esta tese, pois é necessário compreender os sentidos e os debates semióticos que permeiam as políticas habitacionais que impactam os beneficiários do programa. Afinal, uma casa verde e amarela, “brasileira”, não é a casa feita ou produzida em uma pluralidade, ou seja, pensada na e para a diferença, mas para a noção nacionalista universal de “povo”.

Figura 7 – Casa Verde e Amarela

Fonte: *Print* feito pelo autor, do site BBC.

Assim, o Minha Casa Verde e Amarela não se preocupou em produzir alternativas para questões criticadas no Minha Casa Minha Vida. A reformulação desse programa ocorreu sem um diálogo significativo com especialistas e beneficiários, o que limitou a possibilidade de aprimoramento de políticas habitacionais a partir de experiências concretas e necessidades reais. Conforme Balbim (2020, s/p),

> o programa bicolor não altera em nada a provisão habitacional. Mudanças em taxas de juros, de nomenclaturas e outras tantas anunciadas estão ocorrendo dentro do quadro de programas e ações de provisão habitacional previamente existente no governo federal, agora com uma nova marca! Para os interessados neste marketing, sugiro a leitura do release do MDR com suas metas e promessas, e fiquemos sempre de olho nas regulamentações que deverão surgir nas próximas semanas, como por geração espontânea, de algum gabinete da Esplanada.

Ao instituir o programa Casa Verde e Amarela, gera-se uma força semiótica que, nas palavras de Balbim (2020), configura a construção de uma cidade pintada de núcleos nacionais, mas aponta, na verdade, tons de cinza. Sob o véu de ideologias nacionalistas, o programa mascara a "institucionalização da espoliação e expropriação urbana" (s/d). As mudanças legislativas possibilitaram aos moradores de baixa renda arcarem com os custos da regularização fundiária, transferindo-lhes responsabilidades que antes eram públicas e permitindo, inclusive, a retomada de imóveis por inadimplência, com o respaldo do uso da força policial (Balbim, 2020).

Tais transformações fortalecem um mecanismo de expropriação que favorece os interesses privados, em detrimento do acesso justo e seguro à moradia.

2.5 O Direito à moradia e o Conjunto São José

Em 1948, um marco significativo ocorreu com o reconhecimento da moradia adequada como um direito humano na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Esse reconhecimento não apenas consagrou a importância da moradia para a dignidade humana, mas também estabeleceu sua posição como um direito fundamental. Desde então, diversos tratados internacionais reafirmaram a obrigação dos Estados de promover e proteger esse direito. Ao longo das décadas, muitos documentos, inclusive da Organização das Nações Unidas (ONU), confirmaram a importância do direito à moradia, ponderando a crescente reflexão global sobre sua relevância para garantir uma vida digna. No entanto, apesar desses avanços normativos, a implementação efetiva desse direito ainda é um desafio premente em muitas partes do mundo. Segundo a ONU-*habitat*, por exemplo, cerca de 100 milhões de pessoas em todo o mundo não possuem moradia e um a cada quatro vivem em situação de vulnerabilidade no que diz respeito à segurança, saúde e a prosperidade (Balbim, 2020). Os dados ainda apontam um aumento de cerca de 3 bilhões até 2030.

O condomínio São José é um dos projetos que se constituiu, a partir da necessidade de suprir a falta de habitação na cidade de Japeri, sendo o primeiro projeto dentro do PMCMV a chegar à cidade. No entanto, muitas dificuldades são encontradas naquele espaço, afinal, como já dito, é necessário mais do que a moradia, mas a adequação, promovendo a dignidade do cidadão. Segundo o site *Moradia é um direito humano* da Faculdade de Arquitetura da USP (s/p), o direito à moradia vai além de um simples abrigo, abrangendo também o acesso a um ambiente seguro e saudável para viver com dignidade. Essencialmente, uma moradia adequada deve garantir:

Quadro 1 – Conceitos de habitação digna

Segurança da posse:	Proteção contra remoções arbitrárias e ameaças, variando conforme o contexto legal e cultural.
Disponibilidade de serviços e infraestrutura:	Acesso a serviços básicos como água, saneamento, energia, além de proximidade a escolas, centros de saúde e transporte público.
Custos acessíveis:	A moradia deve ser financeiramente viável, não comprometendo o orçamento familiar e permitindo a manutenção de outros direitos essenciais.
Habitabilidade:	Condições que protejam contra intempéries e riscos à saúde, além de proporcionar espaços adequados para moradores e suas necessidades.
Localização apropriada:	Proximidade a oportunidades de emprego, educação, transporte e serviços básicos, além do acesso a recursos ambientais.
Adequação cultural:	Respeito à identidade cultural dos moradores na construção e na adaptação da moradia às suas necessidades e preferências.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da Base na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Quando olhamos para essas questões, percebemos não ser o que acontece com o conjunto São José, situado no bairro Chacrinha, em Japeri. Em um vídeo gravado no percurso etnográfico, conseguimos perceber o distanciamento do local construído o PMCM[11] até onde se inicia o espaço mais urbanizado (ver, por exemplo, também a figura 3).

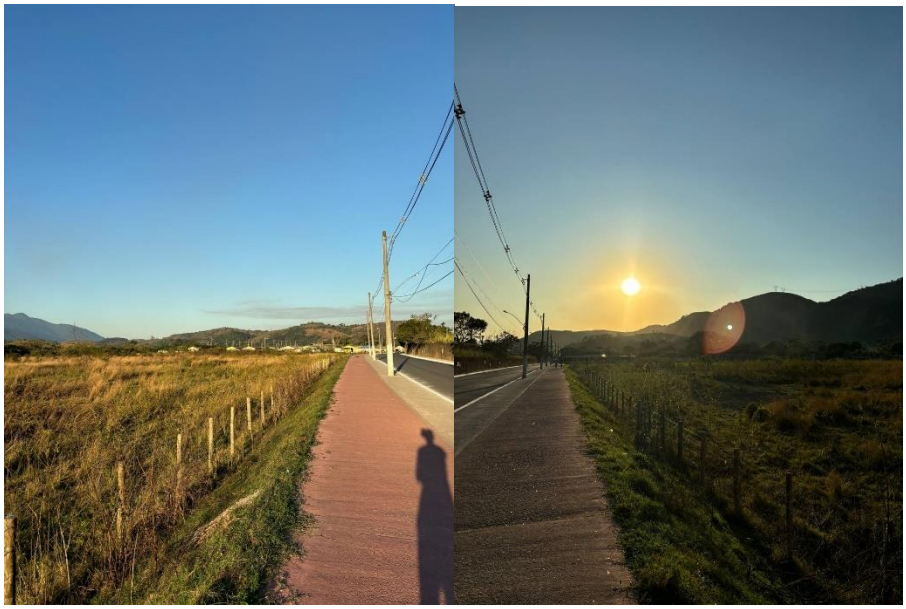
[11] Para conferir o vídeo mostrando a distância, bata acessar: https://photos.google.com/share/AF1QipNCMyy-0peoUtMs9roZTbbJuZKLamr2w6bukLLfxhcMEPcLlDt1B6zeHuzqfnDMnw/photo/AF1QipOVDi8178rMQlHMEpxXElnEHhbOSCQDy1iWHSO8?key=dkZCV29vY3FVeWpHQTFwZ3dueXFiQ1JqY293Qml3

Figura 8 – Mapa do Conjunto São José

Fonte: Google Earth, editada pelo autor.

Na imagem acima, podemos ver que alguns princípios não são seguidos, em especial, os dois principais: a "disponibilidade de serviços e infraestrutura" e a "localização apropriada". Como pode ser observado na imagem, o conjunto de casas foi construído em uma área inabitada e sem disponibilidade de recursos como posto de saúde, escola e meios de transporte que possibilitem a locomoção. Esse ponto é um dos mais abordados nas entrevistas conduzidas nessa tese como veremos posteriormente. Além disso, o local construído não possuía comércio como padarias, mercados, entre outros serviços, culminando em um longo deslocamento dos moradores para comprar e adquirir materiais básicos, o que implica também na disponibilidade de acesso ao mercado de trabalho. Esse projeto, então, gera uma periferização de pessoas, retirando-as dos centros e alocando nas franjas de uma cidade que já sofre processos de precarização.

Figura 9 – Caminho até o Conjunto São José



Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

Nesse sentido, localizado em uma cidade com o menor IDH do Rio de Janeiro, a realidade dinamizada na construção do programa agrava essa problemática, pois se propõe a sanar o problema do déficit habitacional da cidade promovendo um alargamento da desigualdade no próprio território, ao impor como solução a propriedade privada sem as qualidades mínimas de habitação. Tal dimensão, não é só encontrada no conjunto São José, mas também em outros projetos habitacionais ao redor do país. A política habitacional, nesse sentido, é dimensionada apenas como uma produção de moradias novas, diante do déficit de moradia habitacional, mas que não o resolve efetivamente, afinal os "beneficiados" são escamoteados dos grandes centros e colocados em uma dimensão familiar neoliberal[12], impondo as formas de construção e arranjamento familiar.

Tal dimensão, no entanto, como já afirmei e faço alusão no primeiro INcômodo desta tese, não é apenas uma crônica local, do Conjunto São José, mas também da moradia no Brasil. Denise Morado (2016), em sua pesquisa em Belo Horizonte, por exemplo, demonstra um projeto higienista e positivista que passou o trator em toda cidade em um processo de reconstrução do centro, expulsando a classe mais pobre desses lugares. Como forma de resolver o problema construído

[12] Na próxima seção abordo de forma mais aprofundada essa questão.

pela própria política de geração de déficit do Estado, começa-se a construir conjuntos habitacionais e vilas, negando o próprio direito à cidade.

Santiago (2022) ao investigar a produção das batalhas de rap em Carapicuíba, São Paulo, também mostrou, com base em Marcusso (2015) como a cidade foi desenvolvida por meio de um projeto de produção de conjuntos habitacionais afastados da capital. Nesse sentido,

> [o] processo marca uma hierarquização na relação com a metrópole. Com o processo de urbanização das cidades, Carapicuíba serviu de projeto modelo na implantação de conjuntos habitacionais com o intuito de minimizar o crescimento de favelas e sub-habitações. Nesse sentido, pessoas em estado de pobreza foram alocadas em lugares sem infraestrutura como escolas, hospitais, comércio. O isolamento produziu em Carapicuíba o status de cidade dormitório[13], visto que, para a população conseguir sobreviver, era necessário se deslocar para cidades vizinhas (Santiago, 2022, p. 48).

O Conjunto Habitacional Aluízio Campos, em Campina Grande, é outro caso que exemplifica os desafios da política habitacional brasileira quando realizada com baixa integração urbana. Anunciado como o maior empreendimento do programa Minha Casa, Minha Vida na cidade e inaugurado em 2019 com 4.200 unidades, o projeto foi lançado pela prefeitura e pela imprensa local como uma solução histórica para o déficit habitacional e uma "nova cidade". No entanto, Lima e Miranda (2024) apontam que os impactos socioespaciais do conjunto vão na contramão das promessas iniciais: o isolamento geográfico, as longas deslocações dos moradores para o trabalho e o tráfico de drogas expõem uma construção habitacional descomprometida com a infraestrutura urbana e as condições de vida. Embora o conjunto tenha sido idealizado como parte de um complexo multimodal, incluindo áreas residenciais, industriais e de lazer, o projeto enfrenta dificuldades financeiras que dificultam sua plena realização.

[13] Status também compartilhado por Japeri, cidade que localiza este estudo.

2.6 A neoliberalização da moradia e a reinvenção e criatividade dos moradores do Condomínio São José

A obra *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, publicado em 2009 e reeditado em 2016 por Dardot e Laval (2016), traz algumas considerações importantes sobre o neoliberalismo e sua faceta na contemporaneidade, o que pode nos ajudar a entender a construção do modelo adotado pelo MCMV. Segundo os autores, o neoliberalismo surge como um "sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida" (Dardot; Laval, 2016, p. 7). Dessa forma, pensar nessa ideologia não é só pensar em lógicas como "estado mínimo" ou apenas políticas econômicas, mas sim como uma produção que se amplia para as relações e produção de subjetividades possíveis.

Laval (2018 [2020]) explica, com base em Foucault, que o Neoliberalismo se apresenta como uma variante do liberalismo, aproximadamente na década de 1930. Segundo o autor, essa lógica nasce como uma visão concorrente ao Estado Liberal, que antes tinha como proposição a separação entre Estado e política econômica. Enquanto no neoliberalismo, o Estado passa a defender uma gestão ativa na economia, a partir da lógica de geração de concorrência, se espraiando para uma forma de produção de condutas dos homens. Nesse sentido, o que se busca é o capital humano, simbólico, social e monetário sob uma lógica da concorrência e da individualidade, impactando a produção monetária em todas as esferas, inclusive quando tratamos de moradia.

Segundo Krippner *apud* Lemoine e Ravelli (2017), o neoliberalismo pode ser entendido como um conjunto de políticas externas para a desregulamentação, o mercado livre e a contenção do bem-estar social, como a configuração de instituições dominantes na sociedade capitalista e como uma tendência cultural a avaliar tudo por análises de mercado. Na prática, a financeirização se manifesta pela orientação crescente das empresas para os mercados financeiros, o aumento das dívidas e do domínio do capital financeiro. O urbanista Bruno Meirinho (Carraro, 2023), por exemplo, aponta este como o principal desafio das políticas públicas de habitação. Em entrevista ao site Brasil de Fato, o pesquisador explica que

> [a]s cidades se tornaram um instrumento financeiro. Então, o Estado e o mercado só olham para a cidade como um espaço para produzir mais dinheiro. E essa lógica esvazia qualquer debate que

> não seja que a cidade é mercadoria. Então, o debate do direito ao transporte, ao lazer, todos esses debates são tratados como ideias românticas. Eles não são vistos como um elemento concreto, em que o [governo do] estado e a prefeitura estão aqui para garantir para nós a paisagem. Das prefeituras, entre quem está no governo, no mercado, ninguém acredita nisso. O pensamento dominante é se isso aqui gerar dinheiro, pode. Essa é a mensagem que se dá. Já no primeiro governo Lula, qual lógica que se trabalhou? Com a seguinte perspectiva: bom, é assim que a cidade funciona. Vamos operar os mecanismos desta cidade neoliberal para que se possa produzir resultados sociais. Então, vou fazer do Minha Casa Minha Vida (MCMV) um instrumento financeiro. Como vou produzir moradia? Transformando o interesse dos bancos em produzir moradia. Como eu vou fazer com que os movimentos funcionem? Fazendo com que os movimentos sociais sejam agentes do sistema financeiro. Por meio do Minha Casa Minha Vida Entidades (Carrarro, 2023, s/p).

É, nesse sentido, que Morado, Iglessias e Weimann (2019) discutem como o neoliberalismo e a financeirização transformaram as políticas habitacionais e a estrutura urbana. Para os autores, esse fenômeno produz uma lógica de mercado para o setor. A promoção da regulação da atuação de atores financeiros, promoveu a desregulamentação, privatizações e enfraquecimento estatal, com impactos significativos na estrutura socioespacial das cidades. A moradia, enquanto produto de consumo, é resultado direto desse processo, pelo o qual o Estado se associa ao capital para desenhar políticas que, embora atendam ao défice habitacional, perpetuam a segregação socioespacial e não resolvem as necessidades habitacionais de maneira integrada. Assim, a neoliberalização da cidade brasileira modifica tanto o acesso à moradia quanto a forma como o espaço urbano é organizado, revelando o poder estrutural dos agentes financeiros nas decisões políticas e sociais.

Assim, por exemplo, lógicas condominiais vão invadindo o MCMV, desrespeitando as formas de comunidade e socialização das pessoas beneficiadas, que, em alguns casos, acabam ficando endividadas pela impossibilidade de arcar com os custos dessa forma de moradia da classe média (Morado, 2016). Além disso, como vemos, os projetos seguem uma lógica homogeneizante de padronização das casas em favor de uma lógica fabril em massa que beneficia as construtoras e o mercado financeiro. No quadro a seguir, por exemplo, podemos ver algumas construções do Minha Casa, Minha Vida em algumas cidades. Percebemos a existência de traços em comum, independentemente de serem em regiões diferentes, para pessoas diferentes.

Quadro 2 – Modelos neoliberais de produção de casa

<table>
<tr>
<td>Figura 10 – Modelos de casas 1

Fonte: Agência Gov., 2024.</td>
<td>Figura 11 – Modelos de casas 2

Fonte: Prefeitura de Araguaína, 2023.</td>
</tr>
<tr>
<td>Figura 12 – Modelos de casas 3

Fonte: Gatti; Evers, 2023.</td>
<td>Figura 13 – Modelos de casas 4

Fonte: Baratto, 2019.</td>
</tr>
</table>

Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

Quando voltamos nossos olhares para o Conjunto São José, *lócus* em que se situa esta pesquisa, percebemos o mesmo modelo fabril implementado. Todas as casas têm 2 quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro e uma pequena lavanderia do lado de fora da residência. Além disso, o seu formato também é semelhante, como vemos nas imagens a seguir:

Figura 14 – Foto do período de construção do Conjunto São José

Fonte: AMAC – JAPERI/RJ

Figura 15 – Foto do período de construção

Fonte: AMAC – JAPERI/RJ

Tal modo de produção neoliberal, no entanto, não passa de forma ilesa dos modos de reinvenção e criatividade dos moradores, gerando uma adaptabilidade

daquilo que não foi previsto nas moradias. O estudo de Morado *et al.* (2015), mostra como a falta de lavanderias com espaço aberto nos apartamentos não suprem as necessidades de pessoas acostumadas com quintais e varandas para secarem suas roupas, demonstrando uma falta de diálogo com os beneficiários sobre as necessidades em suas próprias residências. Como resposta a essas limitações, é comum aos moradores improvisarem varais pela casa, posicionando-os no chão, esticados ou suspensos em diferentes cômodos, como a sala, a cozinha, o quarto e até mesmo no banheiro. Em situações mais extremas, chegam a variar muito para fora das janelas (ver. Fig. 16). Aqueles que vivem no térreo, por outro lado, costumam utilizar as áreas externas comuns, tratadas nos projetos como espaços residuais, para ampliar o espaço destinado à secagem das roupas.

Figura 16 – Adaptações em um conjunto habitacional

Fonte: Praxis, EA-UFMG (2014) *apud* Morado *et al.* (2015).

Devido à falta de comércio, essas adaptações também são produzidas. Morado *et al.* (2015) mostram essa questão da comercialização e da produção de serviços, construindo moradias mistas, isto é, residências que também abrigam estabelecimentos comerciais, casas-comércio. No tocante aos serviços como manicure, cabelereiro, barbeiro e outros, segundo os pesquisadores, não há nenhuma restrição. Já com relação aos comércios externos,

> para a CAIXA, instalar comércio e serviço nos empreendimentos significa que alguém irá aferir lucro com recursos destinados à habitação. Na fase 2 do Programa, o uso misto é permitido no empreendimento desde que a parte comercial e/ou de serviço seja executada com recurso da construtora (ou de outra fonte) (Morado *et al.* 2015, 2018).

Figura 17 – Comércios

Fonte: Praxis, EA-UFMG (2014) *apud* Morado *et al.* (2015).

No conjunto São José também vemos um movimento parecido de adaptação. O primeiro mais notável são os muros de separação criando um quintal mais reservado, característica comum nas construções urbanas das periferias, ao contrário das casas condominiais da classe média e alta. Como vemos nas figuras abaixo, do meu acervo pessoal, quase todas as casas projetaram muros, garagens, modificando a estrutura inicial entregue pela construtora.

Figura 18 – Mudança na estrutura das casas

Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

Figura 19 – Mudança na estrutura das casas

Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

Em caso parecido com o da pesquisa de Morado *et al.* (2015), MCMV também tem suas alterações arquitetônicas na produção de comércios no conjunto

ao alterar as casas. Assim, criam-se varandas nas calçadas como forma de ampliar o terreno para comércios como padarias, açaiterias, mercadinhos, hortifrutis e igrejas.

Figura 20 – Padaria

Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

Figura 21 – Comércios no Conjunto São José

Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

Nesse sentido, a própria modificação estrutural torna-se um índice de uma política neoliberal que não considerou as possibilidades que poderiam ser construídas com e para a comunidade, priorizando interesses econômicos em detrimento das demandas sociais e coletivas. No entanto, é justamente nesse contexto que a criatividade dos moradores entra em ação, transformando esses espaços de acordo com suas necessidades, configurações familiares e culturais. Dessa forma, a população reconfigura o ambiente de maneira viva e significativa, criando soluções que dialogam com suas próprias narrativas espaciais.

3 ENTERRITORIALIZAÇÃO DISCURSIVAS

> Os artesãos tradicionais acompanham o trabalho com cantos rituais ou palavras rítmicas sacramentais, e seus próprios gestos são considerados uma linguagem. De fato, os gestos de cada ofício reproduzem, no simbolismo que lhe é próprio, o mistério da criação primeira, que, como foi mostrado anteriormente, ligava -se ao poder da Palavra. Diz-se que: "O ferreiro forja a Palavra, O tecelão a tece, O sapateiro amacia-a curtindo-a". Tomemos o exemplo do tecelão, cujo ofício vincula-se ao simbolismo da Palavra criadora que se distribui no tempo e no espaço.
>
> A. Hampaté Bâ

> Dançar a palavra, cantar o gesto, fazer ressoar em todo movimento um desenho da voz, um prisma de dicções, uma caligrafia rítmica, uma cadência. Assim se realiza a emissão da textualidade oral, nos diversos dispositivos pelos quais e nos quais se compõe.
>
> Leda Maria Martins

> Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje.
>
> Ditado Iorubá

Nesta seção, pontuo o posicionamento teórico-analítico desta pesquisa. Em um primeiro momento, defino as noções orientadoras de Narrativa e Memória em uma perspectiva pragmática. Em segundo momento, trato das dimensões espaciais enquanto um produto discursivo a partir das noções de cronotopos, escala e ordens de indexicalidade. Por fim, explico as noções de afeto e espaço tomando como fio condutor a ideia de Heterotopia, Topofilia e Topofobia.

3.1 Narrativa e Memória: por uma lente pragmática

A concepção de narrativa proposta nesta pesquisa tem uma perspectiva pragmática, visto que procuro investigar como os usuários produzem mundos a partir da linguagem. Assim, ao olharmos as narrativas das pessoas, colocamos em foco o que as pessoas fazem com a linguagem no mundo. Essa noção coloca em jogo, dessa forma, que a linguagem opera efeitos de sentido no mundo (Austin, 1975, Butler, 1997), e os efeitos de sentido são sempre produzidos enquanto

práticas comunicativas que escrevem e inscrevem perspectivas, realidades, identidades em nossas interações com o outro (Hanks, 1996), em uma dimensão reflexiva sobre nossas práticas e usos, isto é, metapragmática (Silverstein, 2003).

Dessa forma, entendo a narrativa como uma ferramenta discursiva que atua na construção dos espaços-tempos que nos cercam. Quando falamos de um lugar, não estamos apenas operacionalizando uma referência ou representação desse espaço. Pelo contrário, os espaços-tempos são construídos e constituídos por discursos, e as histórias contadas desempenham um papel primordial nessa dimensão histórica e discursiva do espaço. Assim, a narrativa deve ser compreendida como uma construtora de realidades, em vez de uma âncora referencial (Bastos, 2008).

Quando narramos, não estamos meramente recapitulando eventos passados, como sugerido por Labov (1972) em seus estudos seminais sobre narrativa. Ao contrário, estamos forjando versões situadas, sempre inseridas em um tempo-espaço específico e nas interações das quais participamos (Moita Lopes, 2021; Bastos, 2008). Nesse sentido, a narrativa assume uma dimensão performativa: ela age no mundo social e produz efeitos (Biar, Orton, Bastos, 2021). Parafraseando Foucault (1969/2004), podemos afirmar que as histórias constroem os próprios objetos de que falam.

O trabalho narrativo a partir desse paradigma depende ativamente de "quem", "onde", "quando", "para quem", entre outros aspectos, pois essas dimensões influenciam e transformam toda a produção de significados nas interações sociais. Nesse sentido, não existe produção discursiva neutra, já que todo ato discursivo é atravessado por relações de alteridade históricas, culturais e políticas. Dessa forma, os significados produzidos sobre as histórias que nos atravessam não são estáticos ou definitivos; eles estão sempre em movimento, fazendo parte de uma cadeia de significação permeada por relações de poder intersubjetivas. Quando narramos, estamos narrando o outro e a nós mesmos, construindo espaços-tempos e forjando o que chamamos de "vida".

Se entendemos a narrativa como prática, torna-se fundamental refletir que toda produção discursiva envolve valores amplos, crenças e processos de estratificação (Hanks, 1996). Nesse sentido, analisar as narrativas em circulação torna-se um importante mecanismo para observar a construção de memórias coletivas, já que através desse conjunto de histórias construímos memórias sociais

sobre determinados espaços e lugares. Assim, a memória não é um objeto estático; as narrativas se transformam, e com elas também se alteram as memórias construídas no imaginário coletivo (Pollak, 1989).

O que entendemos por memória, nesse contexto, é algo saturado de perspectivas e discursos em trânsito, que nos atravessam diariamente e são construídos em nossa relação com o mundo, carregando uma historicidade condensada (Butler, 1997). Ao mesmo tempo, a memória encontra variação e diferença nos processos interacionais. Por ser uma construção narrativa, a memória é compreendida por um viés externalista, tendo a linguagem como seu principal meio.

Dessa forma, a memória se dá a partir de uma dimensão narrativa, performativa e, assim, está sempre aberta a possibilidades de (re)construção. Como destaca Rothberg (2009), é importante pensar em uma memória multidirecional em que seus efeitos só podem ser tidos na interação. Assim,

> [n]ão se pode saber com antecedência como a articulação de uma memória funcionará; nem se pode ter certeza de que ele funcionará de apenas uma maneira. O conceito de memória multidirecional mantém a memória aberta a essas diferentes possibilidades, mas também não assina um pluralismo simples (Rothberg, 2009, p. 16).

Por meio da repetição, diversos significados podem participar de um grau de estabilização ao se agruparem com uma série de outros textos-discursos na sociedade. A circulação de textos e discursos agrupa assim uma série de narrativas construindo normas, regras e rituais de interação (Butler, 1997). A partir dessa dinâmica muitas desigualdades podem ser construídas em torno de pessoas, grupos e espaços. Nesse sentido, por exemplo, quando evocamos uma memória sobre um dado espaço, apontamos em uma direção que produz um grau de diferença narrativa, mas, ao mesmo tempo, recuperamos uma série de textos-discursos sobre esses lugares, seja como forma de contestação ou reafirmação. Assim, a memória sempre relaciona passado-futuro-presente de forma inseparável e caótica em seu percurso discursivo

Outro fator importante ao falar em memória e narrativa é o que podemos chamar de regimes de memória, ou até mesmo de ordens de memória. O que lembramos produz ao mesmo passo apagamentos. Lembrar sempre estará imbricado com o esquecimento. Com isso, operacionalizamos sempre um lembrar-

esquecer, ou um esquecer-lembrar (Pollak, 1989). Essa dinâmica discursiva coloca em jogo dinâmicas de acesso a recursos sociosemióticos disponibilizados a determinados grupos sociais. Quando alguém narra, essa pessoa depende de uma série de significados, mediante discursos circulantes em uma determinada cultura para produzir memória sobre determinados eventos e histórias. Como já comentei, memória e narrativa estão imbricadas com a premissa de que não existe linguagem sem relações de poder. Assim, produzimos estratificações sobre uma série de fatores com que nos deparamos em nosso cotidiano, qualificando algo como melhor, pior, mais baixo, mais alto, perigoso, seguro, pobre, rico, entre outros.

Assim, a narrativa ocupa um papel central neste trabalho, pois, conforme discute Han (2023), ela é essencial para assegurar a continuidade da história e da memória, continuamente alimentadas pela experiência. Para o autor o apagamento das narrativas na vida cotidiana gera uma desestabilização profunda, comprometendo a estrutura da vida ao dificultar o reconhecimento de como o passado continua a atuar no presente. Essa situação se agrava no que Han chama de crise da narrativa em uma sociedade "pós-narrativa", onde dados e informações são privilegiados em detrimento das histórias. Essa reflexão torna-se crucial ao pensarmos em políticas públicas, nas quais as experiências muitas vezes são escamoteadas dos processos de elaboração dos projetos, se conectando apenas com números e estatísticas. Portanto, a falta de consideração pelas narrativas vivas pode resultar em políticas que não dialogam com as necessidades e vivências reais das pessoas.

Para investigar a relação aqui estabelecida é necessário um conjunto de ferramentas teóricas-analíticas que nos possibilitam olhar para as narrativas e a produção de memórias sobre o espaço. Para isso, proponho os constructos teóricos de **cronotopos**, **escala** e **ordens de indexicalidade**.

3.2 Espaço enquanto objeto histórico-discursivo: cronotopos, escala e ordens de indexicalidade

O presente estudo, ao propor investigar narrativas sobre o espaço, parte do entendimento de que a ideia de espaço/lugar não possui uma posição ontológica preexistente, ou seja, não há lugar/espaço antes do discurso. Nesse contexto, o termo "discurso", neste projeto, refere-se a uma investigação da linguagem em uso,

observando o imbricamento entre as dinâmicas macrocontextuais – como história, cultura e sociedade – e as microcontextuais, que envolvem as sentenças e outras dinâmicas geradas na situação de fala. Essas dimensões foram chamadas por James Paul Gee (1999) de Discurso com "D" maiúsculo e discurso com "d" minúsculo. Embora essa separação exista, Silverstein (2003) propõe o conceito de indexicalidade, ao se referir à capacidade dos signos de apontar não apenas para as dimensões micro, mas também para as macrossociais. É fundamental entender que, quando falamos de micro, estamos tratando das escolhas de signos feitas em uma determinada produção discursiva, enquanto o macro se refere a como esses signos se conectam com dimensões mais amplas como ideologias (Moita Lopes, 2024). Assim, o antropólogo linguístico nos mostra que essas separações entre micro e macro nas dinâmicas semióticas-linguísticas-discursivas são inseparáveis da cultura, da sociedade, da política e da história. Portanto, não existe um Discurso com "D" maiúsculo separado do discurso com "d" minúsculo, já que essas separações, embora possam ser úteis em alguns contextos didáticos, não conseguem captar a complexidade da produção de significados na sociedade.

É nessa perspectiva de discurso e relações micro-macro que as ideias de contexto e de tempo e espaço devem ser reconfiguradas. Um constructo que pode nos ajudar é o de cronotopos desenvolvido por Bakhtin ([1981]1990). Apesar de ter sido construído para investigações literárias, vem atualmente ganhando destaque para entendermos a complexidade de nossas práticas sociais. A ideia do autor, ao investigar os romances, é a de que os personagens e os eventos em uma narrativa são sempre ancorados em tempos-espaços específicos e carregam uma historicidade cultural, política que conduz as ações dos personagens. Nas palavras do filósofo, o "cronotopo artístico literário, os indicadores espaciais e temporais são fundidos em um todo concreto e cuidadosamente pensado" (Bakhtin [1981]1990, p. 84 *apud* De Fina e Georgakopoulou, 2020). A noção ainda coloca em questão não ser possível pensarmos em um dado espaço separado das dimensões temporais, pois os significados sempre são conectados com dinâmicas situadas no tempo e no espaço. Ao nos remetemos a algum lugar, fazemos em um tempo-espaço específico evocando ideias, ideologias, crenças que atravessam tempos e espaços. Essa inseparabilidade é fundamental para compreendermos de forma mais complexa a noção de contexto, tão cara para o presente estudo.

Ao observarmos os constructos em nossas práticas, podemos entender que as dimensões de tempo e espaço são fundamentais na construção dos contextos, pois determinados tempo-espaços produzem diferentes significados e diferentes formas de interação. No entanto, a noção de cronotopos também depende de sua relação com os sujeitos. Assim, o construto leva em consideração a relação entre espaço-tempo-pessoa, visto que é na relação entre os sujeitos, tempo e o espaço que os contextos são produzidos em uma cadeia complexa de significação em trânsito.

Além disso, os tempos-espaços não podem ser tidos apenas como monolíticos, pois os tempos-espaços a que chamamos de "aqui-agora" são povoados por diversos outros tempos-espaços em um movimento espiralar que mistura presente-passado-futuro. Essa ideia, como dizem Rowlett e King (2022), nos possibilita colocar em observação os significados levando em consideração "interseções de locais, historicidades nacionais e globais, estruturas sociais, tradições e culturas" (p. 3). A noção de cronotopos, dessa forma, se mostra produtiva pois vai "além da oposição clássica entre micro e macro explorando não apenas diferentes escalas, mas também diferentes maneiras pelas quais os contextos são conformados e interconectados" (De Fina e Georgakopoulou, 2020, p. 100). Desse modo, a ideia de contexto ganha dimensões mais complexas, visto que tempo-espaço apresentam uma historicidade condensada (Butler, 1997) em um movimento aberto a novas significações *ad infinitum* nos dando possibilidades de uma "compreensão refinada e aprimorada do papel e da constituição dos contextos" (De Fina e Georgakopoulou, 2020, p. 100). Quando pensamos em contexto é importante sempre pensar no prefixo "trans". O contexto é sempre um transcontexto em nossas interações pois sempre se conecta às dimensões mais amplas que escapam no contexto micro de interação.

Outro construto que ajuda na compreensão do espaço enquanto um mecanismo discursivo é a noção de escala. Uma definição clara desse constructo é da antropóloga Strathern (2004) ao afirmar que as escalas são formas de "organização de perspectivas sobre objetos de conhecimento e investigação". Assim, esse aporte teórico busca dar conta das formas pelas quais perspectivamos a vida social (Carr e Lampert, 2016), ou seja, as maneiras com que produzimos mensurações. Essa noção, para autores como Blommaert (2015), está profundamente conectada à noção de cronotopo traçada aqui. A dimensão espaço-tempo está conectada a uma perspectiva de quem produz o discurso. Um exemplo

que posso trazer para discussão é a comumente expressão usada no meu contexto de pesquisa "lá nas casinhas". O "lá", por exemplo, não aponta somente um lugar, mas cria uma perspectiva sobre ele, isto é, uma escala. Essa escala geralmente é utilizada de forma pejorativa colocando esse "lá" em uma dimensão – escala – negativa em relação às pessoas que moram naquele espaço e automaticamente aquele lugar geopoliticamente. Assim, a escala dá conta das perspectivas forjadas em nossas práticas e fazemos isso a todo momento em nossa vida, desde escalas mais amplas a escalas mais micro.

Uma questão que não podemos perder de vista é, se escala envolve perspectiva, estratificações que vão desde "melhor", "pior", "mais perigoso", "menos perigoso", "profundo", "raso", "passado", "presente", "futuro" colocam em jogo uma rede de valores. Rede de valores, nas palavras de Blommaert (2010) são as ordens de indexicalidade. O termo faz referência à ideia de ordens do discurso (Foucault, 2012). A premissa da sociolinguística é de que as produções discursivas sempre apontam e hierarquizam significados, ou seja, produzem "padrões sistêmicos de indexicalidade [que] são também padrões sistêmicos de autoridade, de controle e avaliação e, portanto, de inclusão e exclusão por outros reais ou percebidos" (Blommaert, 2010, p. 38). Nesse sentido, os significados são sempre ordenados, hierarquizados, estratificados por ordens de indexicalidade, produzindo valoração. Assim,

> configurações de espaço-tempo específicas habilitam, permitem e sancionam modos específicos de comportamento como positivos, desejados ou compulsórios (e desqualificam desvios dessa ordem em termos negativos), e isso acontece por meio da implantação e avaliação de indexicais cronotopicamente relevantes – indexicais que adquirem um certo valor reconhecível quando implantado em uma configuração de espaço de tempo específica (Blommaert e De Fina, 2016, p. 3).

No próximo tópico, continuo a discussão sobre a questão discursiva do espaço e, consequentemente, do tempo levando em consideração a dimensão afetiva evocadas nas construções discursivas.

3.3 Narrativas do Espaço como heterotopia

Nesta seção, busco construir a ideia de narrativas do/sobre o espaço/lugar como heterotopia (Foucault, 2009). O conceito, apesar de ter sido pouco tratado pelo autor, se mostra bastante produtivo, visto que irei refletir sobre a construção discursiva de um espaço disputado e imaginado de diversas maneiras nas memórias construídas pelas narrativas investigadas. O termo heterotopia surge como uma maneira de se diferenciar da noção de "utopia" que pode ser definida como uma maneira de imaginar "um lugar ideal". No entanto, esse lugar imaginado é distante e só se aplica em um campo imaginado, e não das práticas. Quando Foucault (2009) lança mão da ideia de heterotopia, o que busca produzir é uma ideia de "hetero" – outros – e topia – espaço/lugar, ou seja, de outros lugares possíveis. No entanto, ao contrário da utopia, a construção coloca em jogo um lugar "um contraespaço que se constitui em um tempo, um outro lugar de contestação mítica e real no qual vivemos" (Bernardes e Taborda, 2016, p. 117). Assim, a heterotopia dá conta de uma heterogeneidade de produção de outros espaços que participam ativamente do que chamamos de "realidade".

Quando pensamos na ideia de narrativas, memória e em sua relação com o espaço, nos deparamos com a ideia de narrativa heterotópica, visto que o que é lembrado pela narrativa é, na verdade, uma construção de outros espaços discursivos que constroem o que chamamos de espaço "real", "físico". A partir da narrativa, tomada aqui como ponto de partida, entendo que as histórias constroem e se conectam a uma série de relações culturais, históricas e sociais sobre os espaços (Moita Lopes, 2021). Nesse sentido, podemos pensar a narrativa como uma heterotopia, pois esse conceito dá conta de uma *assemblage* interacional-discursiva, "como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama" (Foucault, 2009, p. 411). Portanto, quando narramos sobre o espaço, inventamos, criamos o próprio espaço, assim, ele é outro, é heterotópico. Mas esse "outro" nunca é totalmente novo, pois participa de uma dinâmica de repetição/diferença no seu processo discursivo.

Rocha e Deusdará (2022), em um texto extremamente importante para o estabelecimento do conceito nos estudos discursivos no Brasil, reúnem 6 princípios de Foucault que suleam as noções de heterotopia e podem nos ajudar a compreender o seu funcionamento no fazer discursivo. O primeiro princípio explicita que "toda

sociedade tem as suas heterotopias" (Rocha e Deusdará, 2022, p. 74). Essa afirmação nos aponta para lugares em trânsito que constroem diversos espaços-tempos outros na vida, como o que eles chamam de heterotopias biológicas ou de crise, como espaços destinados a jovens na puberdade, no período menstrual e, ou, internatos e escolas para jovens, além de casas de repouso, psiquiátricas e prisões.

O segundo princípio, trata-se do processo de enterritorialização dessas heteropias, isto é, criação e construção de lugares outros na sociedade. Os autores, citam, como exemplo, a

> destruição das casas de prostituição ou seu deslocamento para regiões de menor visibilidade; quanto à criação de novas formas de heterotopia, citemos o caso dos cemitérios, que deixam de ocupar o lugar central nas cidades para se deslocarem para as periferias; ou então a multiplicação de suas funções, como é o caso de cemitérios como o Père-Lachaise, em Paris, simultaneamente espaço para depósito dos mortos e lazer dos vivos (Rocha e Deusdará, 2022, p. 75).

O terceiro diz respeito a uma sobreposição de vários espaços, que normalmente não ocupariam o mesmo lugar. Um exemplo desse princípio é o filme "Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo", que constroem em sua narrativa uma multiplicidade de histórias, fatos e "realidades" friccionadas em um mesmo tempo em seu fluxo narrativo. Se colocarmos ainda em questão as salas de cinema de exibição do filme, temos uma heterotopia ainda maior: a fricção dos tempos-espaços das histórias exibidas nas telas, em conjunto com os tempo-espaços de quem assiste e as múltiplas histórias e espaços que habitam cada corpo ocupado em uma seção de cinema. Se tomarmos o corpo também como um lugar, um espaço, também podemos recorrer aos orixás como Logun Edé, e como seu corpo também se apresenta como uma multiplicidade de espaços outros. Filho de Oxóssi e Oxum, sua dualidade é implicada na sua própria forma de ser, desafiando a ideia de consenso e unidade. Como explica Ribeiro (2024), Logun corporifica a ideia de que "podemos ser múltiplas coisas ao mesmo tempo, água e mata, sensibilidade e frieza, flecha e espelho" (Ribeiro, 2024, s/p).

O quarto princípio replica a ideia do terceiro, só que, neste caso, implicando a ideia de tempo e instaurando também o que é chamado de "heterocronia", fenômeno também visto no filme citado. Rocha e Deusdará (2022) citam outros exemplos de Foucault,

> atualizando o acúmulo de diferentes tempos, cemitérios (lugar onde o tempo não mais escoa), museus, bibliotecas (onde diferentes tempos e lugares se acumulam); instaurados num modo de festa em regime de cronicidade temos os teatros, as feiras, as colônias de férias; colégios e casernas também ilustram as heterocronias, uma vez que ambos são modos de passagem, de transformação (a criança transformada em adulto nos colégios; os camponeses transformados em citadinos nas casernas) (Rocha e Deusdará, 2022, p. 75).

O quinto princípio se refere aos "sistemas de abertura e de fechamento que as isola" (Rocha e Deusdará, 2022, p. 75). Como forma de exemplificar, os autores falam das prisões, lugares onde as pessoas são obrigadas a entrar, das saunas escandinavas e banhos turcos que se entra para se purificar. Outros exemplos são saunas e bares LGBTQIAPN+ utilizadas como lugares de explorar a sexualidade que rompe padrões heterossexuais e, assim, projetar um lugar seguro para práticas sexuais estigmatizadas.

Por último, os autores ressaltam o sexto princípio como uma heterotopia criadora de "um espaço de ilusão que denuncia, como mais ilusório ainda, todo espaço real (como é o caso das casas de tolerância), ou, pelo contrário, criam um outro espaço, real, tão perfeito quanto o nosso é desordenado, mal organizado" (Rocha e Deusdará, 2022, p. 76). Um exemplo é a peça de que faço parte como ator, produtor e desenvolvedor conceitual, chamada *Medida Margarina*. Trata-se de uma peça que cria um lugar de ilusão de uma ditadura "gay" na sociedade em que todos os heteros são obrigados a se tornarem LGBTQIAPN+. A dramaturgia mostra como seria caso héteros vivenciassem tudo aquilo vivido cotidianamente pelos corpos que não atendem a lógica hetero-cis-patriarcal. Ao projetarmos esse lugar ilusório, projetamos outras heterotopias, sejam aquelas que queremos escapar deste mundo, como aquelas que queremos denunciar[14].

Quando falamos de um espaço como o condomínio São José do PMCMV, diversas heterotopias podem ser construídas, pois, para aquele que sonha em ter uma casa própria, construir um lugar, um espaço que possa participar de sua realidade é recorrente, podendo ser projetados alguns princípios, como o segundo, o terceiro, o quarto e o sexto. Narrativas sobre o sonho da casa própria projetam

[14] Para mais informações sobre o espetáculo Medida Margarina, acesso o link disponível em: <https://grupocodigo.org.br/estreia-de-medida-margarina-conquista-publico-com-uma-mistura-irresistivel-de-risadas-lagrimas-e-reflexoes/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

outras configurações e normas de sociabilidade em um mundo marcado por desigualdade, podendo ser formas de denúncia e contestação. Quando essas pessoas narram suas histórias, elas produzem espaços heterogêneos que vivenciam sem, muitas vezes, ocupá-los. Os lugares construídos são heterotópicos, pois são "algo como contra lugares, uma espécie de utopia efetivamente promulgada em que os locais reais, todos os outros sites reais que podem ser encontrados na cultura, são simultaneamente representados, contestados e invertidos" (Foucault, 1984, p. 4).

Assim, é possível conectar as narrativas sobre o espaço ao conceito de heterotopia, pois "a heterotopia é um espaço da invenção, em que o tempo se dilata ou se contrai de acordo com o ritual e com o movimento do corpo, portanto, espaço da potência da vida em criar normas" (Bernardes e Taborda, 2016, p. 117). Além disso, como já disse antes, a narrativa constrói mundos, pessoas, objetos. Nesse forjar discursivo, constitui- se uma heterotopia, pois "vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus, escadas, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas" (Foucault, 2013, p. 19).

3.4 Espaço e os ganchos afetivos: Topofilia/Topofobia

Segundo Yi-Fu Tuan (1980), quando nos debruçamos sobre a ideia de lugar[15], devemos levar em consideração que as dimensões geográficas em relação a uma série de fatores culturais, históricos sociais entrelaçam o corpo e a paisagem produzindo experiência e sentidos. Lugar, espaço não existiriam, assim, sem pensar nos sujeitos que os produzem. De acordo com Tuan (1980), espaço e lugar não podem ser tomados apenas como espaços "físicos", mas também enquanto relação (inter)subjetiva que produz relações de afetividades e estabilidades que ao mesmo tempo são desestabilizadas pelos movimentos locais-globais.

Se levarmos em consideração as epistemologias que mobilizei até aqui, faço uma expansão das reflexões de Tuan (1980), colocando como base dessa produção do espaço-lugar a linguagem. Assim, quando narramos um espaço, construímos uma paisagem de afetos em uma relação entre lugar/espaço-linguagem/sujeito-tempo. Dessa forma, esses espaços heterotópicos forjados pela narrativa mobilizam

[15] O autor diferencia a noção de "lugar" e "espaço", mas ao mesmo tempo diz que uma noção está entrelaçada à outra de forma inseparável.

afetos, pois se conectam com possibilidades outras de espaços, construção e desconstrução de normas e, dessa forma, produzem afetividade.

As reflexões de Tuan (1980), neste projeto, são mobilizadas em uma dimensão afetiva que perpassa por visão de linguagem performativa, externalista (Fabrício, 2020). Dessa forma, quando discuto sobre afeto, não indexo uma ideia afetiva psicológica, mas sim enquanto uma construção discursiva. Essa perspectiva vai na linha de estudos que vêm ganhando força no que tem sido chamado de virada "somática" e "discursiva" dos afetos (Glapka, 2019) que leva em consideração como o corpo (somática) e a linguagem (discursiva) têm papel fundamental na construção afetiva.

A tríade corpo-afeto-linguagem entrelaça como nossos afetos são construídos por uma força semiótica que afeta ao mesmo tempo a nossa relação com o corpo e com outros sistemas semióticos, ou conforme Tuan (1980), em uma amálgama de significações. Assim, como propõe Fabrício (2020), pensar em afeto é sempre colocar em jogo uma dimensão cultural, histórica, política, visto que afetos não são puramente individuais, pois as construções discursivas são inseparáveis da sociedade. Quando evocamos afetos em nossas práticas, acionamos também uma série de recursos socioculturais sobre eles. Assim, quando falamos de esperança, repulsa, desejo, acionamos uma série de significados DESestabilizados na sociedade sobre o que entendemos sobre estes afetos.

Tuan (1980), ao refletir sobre a dimensão afetiva do espaço, apresenta as noções de topofilia e topofobia, associando-as ao desejo/pertencimento/amorosidade e à repulsa, respectivamente. Ele define esses conceitos como "todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material" (Tuan, 1980, p. 107). De modo mais específico, a **topofilia** refere-se a um sentimento de afeição, desejo ou prazer em relação a um lugar, um vínculo que pode surgir da familiaridade, de memórias positivas ou da beleza estética de um ambiente. Por outro lado, a **topofobia** expressa o desconforto, a repulsa ou o medo associado a um espaço, muitas vezes motivado por experiências negativas, ambientes opressivos ou condições adversas. Essas concepções revelam que os sentimentos de amor ou aversão por um lugar não são meramente psicológicos, mas também profundamente influenciados por contextos culturais, históricos e ambientais, moldando a forma como os espaços são vivenciados e ressignificados.

Podemos identificar muitas dessas relações afetivas por meio de relatos de exílio, como na *Canção do Exílio* (1843) de Gonçalves Dias. O poema evoca uma profunda **topofilia** em relação ao Brasil, expressa pelo sentimento de saudade e amor pela terra natal, da qual o poeta se viu obrigado a se afastar em consequência das questões político-sociais. Esse apego ao Brasil é contrastado por uma **topofobia** em relação ao lugar onde o exilado se encontra, que, ao ser associado às lembranças do afastamento e da perda, torna-se um espaço marcado pela dor e desconforto. Dessa forma, a dinâmica entre topofilia e topofobia ilustra como as emoções ligadas aos lugares podem ser intensificadas em situações de deslocamento impostas, criando uma tensão constante entre o desejo de retorno e o sofrimento da distância.

Cabe, no entanto, afirmar que, embora me apoie na concepção de Tuan (1980), adoto um paradigma antiessencialista que entende esses laços afetivos não apenas como referências ao espaço, mas como elementos produzidos pela linguagem. A construção de pertencimento, amorosidade ou repulsa na relação ao espaço é formada pelos significados de circulação e pelas interações das pessoas com contextos específicos. Neste trabalho, o afeto não é compreendido como uma organização mental relacionada à estrutura corporal. Pelo contrário, a noção de corpo é considerada uma construção discursiva, uma mobilidade textual. Nesse sentido, como destaca Pinto e Amaral (2016), é o texto que move o corpo que se faz com o texto, e, dessa forma, é o texto que mobiliza os afetos que se fazem de texto. Aqui, afeto e corpo são elementos discursivos e mobilizados por práticas linguísticas e sociais.

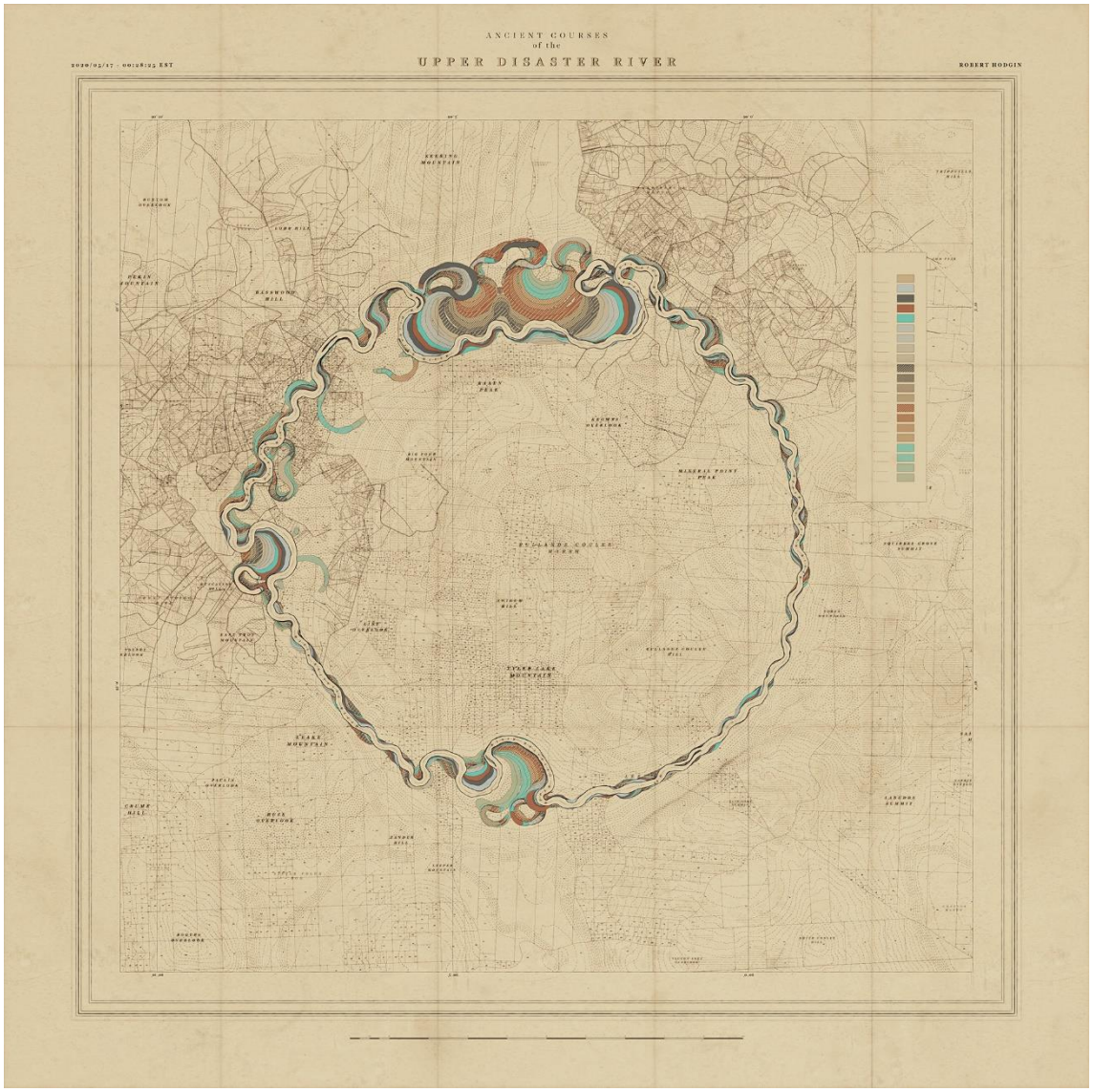
As relações com o local são culturais, históricas e intersubjetivas, e perpassam por níveis de conexão com o espaço. Assim, os indivíduos organizam seus afetos pelo espaço de modos diferentes a depender de uma historicidade construída em relação àquele lugar específico. Se levarmos em consideração histórias contadas sobre diferentes lugares, uma variedade de pessoas produzirá distintas lembranças e afetos a seu respeito, pois suas relações são diversas e atravessam cronotopos diversos em suas configurações semióticas. Um exemplo prático e comum é de como uma pessoa que mora ao redor de um lugar experiencia o espaço de forma diferente de um morador, pois a sua relação com o espaço é outra. Enquanto essa pessoa que está de fora pode produzir narrativas afetivas sobre aspectos extraordinários por ser seu primeiro contato, para o morador aquilo é tido como algo comum que já faz parte de seu mundo. Dessa forma, a construção dos

afetos são também espaços maquínicos (Deleuze e Guattari, 1972/2010), pois eles não agem sozinhos, mas com uma série de acoplamentos, ligações que rompem se constroem a cada instante, isto é, uma força pulsante e potência da vida.

Uma outra questão relacionada com este ponto é que o afeto não é monolítico, muito menos estável, ele muda e se desestabiliza. Ao mesmo passo que podemos construir relações positivas com um lugar, também podemos forjar outras negativas. Os afetos são complexos e devem ser investigados nas práticas locais, visto que não se pode capturá-los, pois eles escapam, são vulneráveis e mudam a cada milésimo de segundo configurado na relação tempo-espaço-pessoa. Ódio, rancor, nojo, amor, desejo podem ser construídos por uma pessoa em relação a um mesmo lugar a depender dos conjuntos de relações estabelecidas nas interações. Assim, a Topofilia e a Topofobia são úteis para investigarmos as construções narrativas que serão investigadas, pois poderemos encontrar tanto afetos que configuram o PMCMV como objeto de pertencimento, amorosidade, desejo, quanto como repulsa e outros afetos negativos. Esses afetos podem se dar, pois os significados em torno do espaço são sempre disputados e produzem caleidoscópios de afetivos nas histórias que contamos e escutamos em nossas vidas.

4 ENTERRITORIALIDADES METODOLÓGICAS

Figura 22 – Meandros



Fonte: Robert Hodgin[16].

Esta pesquisa é orientada pelos preceitos metodológicos da etnografia, com ênfase no uso de entrevistas de pesquisa, detalhadas no tópico 4.2. A etnografia é entendida como um método de observação de uma cultura específica, com o

[16] A imagem em questão trata-se de um meandro produzido por Robert Hodgin. O meandro pode ser definido como um Sistema processual criado com o software Houdini para gerar mapas fictícios de rios, a partir de uma linha guia que se transforma no curso do rio, movendo-se e evoluindo ao longo do tempo. O sistema cria um terreno aleatório no qual o rio flui, esculpindo um vale que afeta seu comportamento: em áreas planas, o rio serpenteia; em terrenos profundos, flui rapidamente. O processo simula erosão e deposição, formando meandros semelhantes às observações na natureza. Disponível em: https://roberthodgin.com/project/meander. Acesso em: 14 nov. 2024.

objetivo de “descrever” os processos culturais e históricos de determinado grupo a partir de uma perspectiva localizada (Blommaert, 2008). Contudo, a ideia de “descrição” não deve ser compreendida como uma captura objetiva da realidade, já que a “realidade” descrita é sempre uma construção textual-discursiva, dialogicamente moldada pela interação entre pesquisador e participantes (Clifford, 2002).

Dessa forma, produzir uma etnografia implica construir uma narrativa perspectivada, permeada pelos valores ideológicos e políticos de quem realiza a pesquisa. Reconhecer essa dimensão é fundamental para compreender que a pesquisa etnográfica não é neutra, mas atravessada por múltiplas camadas de intersubjetividade. Essa perspectiva é amplamente discutida na obra clássica *A Escrita da Cultura*, organizada por Clifford e Marcus (2016 [1986]), na qual os autores ressaltam que a etnografia é uma produção narrativa que não reconstrói a realidade tal como ela é, mas sim a produz. Essa produção está sempre inserida em contextos sociais, políticos e históricos, reforçando a importância de uma postura reflexiva e crítica no trabalho etnográfico.

Se considerarmos, por exemplo, esta pesquisa, compreendo que ela não representa uma verdade universal, mas sim uma construção dialógica e rizomática, entrelaçando minha trajetória de socialização e minhas ideologias no contato com o outro. Nesse sentido, ao escrever esta tese, estou também produzindo uma narrativa: uma heterotopia sobre tempos, espaços e pessoas, que não está desvinculada do meu *ser-ainda*.

Essa virada etnográfica desafia concepções positivistas que anteriormente guiaram muitas pesquisas, conferindo ao etnógrafo uma suposta “autoridade”. Como destaca Santiago (2022), expressões clássicas como “você estava lá?” e “porque eu estava lá” perdem a força, já que não podem mais ser tratadas como garantias de um reflexo direto ou espelho entre o que foi experienciado e o que é escrito. Afinal, o texto etnográfico reflete apenas um ponto de vista, uma perspectiva interessada.

Adotar esse paradigma implica reconhecer que o que dizemos e fazemos na pesquisa é sempre uma projeção atravessada por interesses e subjetividades do etnógrafo. Como explica Heller (2011, p. 43): “A realidade é socialmente construída, meu ponto de partida é que não existe uma realidade ‘verdadeira’ em

algum lugar à qual precisemos ter acesso por meio de algum tipo de apagamento de nós mesmos".

Nesse contexto, a produção etnográfica é intrinsecamente qualitativa e interpretativa (Denzin e Lincoln, 2006), pois está carregada de intencionalidades, marcada pelo político e profundamente dependente de quem a produz. Nesse mesmo sentido, Deusdará, Rocha e Arantes (2016), ao delinear o que chamam de método cartográfico, destacam que

> recusa-se o pretenso apagamento do pesquisador nas atividades de investigação que propõe, abrindo a possibilidade de integrá-las numa vasta rede que atravessa as comunidades de pesquisa, a circunscrição social da instituição, o aparato jurídico que regula as formas de vida, as condições de financiamento e de organização das relações econômicas, a ativação de valores ético-políticos dos indivíduos e grupos em interação (Deusdará, Rocha e Arantes, 2016, p. 58).

O olhar qualitativo e interpretativista na etnografia questiona como os "pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem" (Denzin e Lincoln, 2006, p. 17). Contudo, é fundamental ressaltar, conforme Briggs (1986), que o "natural" é sempre relacional, sendo construído na interação por forças performativas. Dessa forma, ao estabelecer contato na pesquisa, o pesquisado é inevitavelmente afetado pela relação com o pesquisador, um processo que Briggs denomina como *imundiciado*. Todas as interações são motivadas e transformadas pela presença do outro.

O etnógrafo, portanto, não pode ser ingênuo a ponto de pensar que sua presença no campo é neutra ou que não impactará a geração de dados. Os significados atribuídos pelas pessoas aos fenômenos que as atravessam são, em alguma medida, influenciados pela relação estabelecida com o pesquisador. Assim, a ideia de uma observação "pura" ou "não intrusiva" perde espaço diante de uma compreensão mais crítica e reflexiva do papel do etnógrafo no campo.

Durante minha pesquisa sobre batalhas de rap realizada no mestrado, utilizei a metáfora da rima e do *freestyle* para ilustrar essa dinâmica. Em minhas palavras, e citando Viveiros de Castro ([2009] 2015), explico que

> [p]ensar na pesquisa como freestyle é optar por entender que as nossas escolhas podem ser arroladas conforme as necessidades que encontramos no meio do caminho. Afinal, a cada palavra

> dita, a cada cenário encontrado no universo semiótico escolhido, precisamos adotar novos caminhos que "rimem" com a vida social operacionalizada. Assumo um desafio de uma produção científica que dê espaço para "a imaginação conceitual, sensível à criatividade e reflexibilidade inerentes a vida de todo coletivo, humano e não-humano" (VIVEIROS DE CASTRO, [2009]2015, s/p) (Santiago, 2022, p. 60).

Ao andar por este caminho, começamos a entender que este trabalho é complexo e para dar conta é necessária uma interdisciplinaridade no tratamento dos dados gerados. Denzin e Lincoln (2006), por exemplo, explicam que, nesse tipo de estudo, o pesquisador deve ser uma espécie de *bricouler*. Assim, a pesquisa é sempre um procedimento em devir que se desenvolve na performance dialógica com os sujeitos de pesquisa e, nesse sentido, uma rima com o outro em que

> o conhecer passa a assumir outras formas, não mais no sentido de representação do desconhecido, "mas de interagir com ele, isto é, um modo de criar antes que um modo de contemplar, de refletir, ou de se comunicar" (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 97). Em consonância com Bird-David (2017), reflito que "o ser não pode ser nada além de ser-um-com-o-outro". Assim, Viveiro de Castro (2009, s/p), fazendo referência a Foucault, provoca-nos a pensar 'outramente', isto é, "pensar outra mente, pensar com outras mentes" (s/p) e provocamos, aqui, rimar com a outridade (Santiago, 2022, p. 64).

Nesse percurso, é necessário adotar técnicas que possibilitem a realização desses caminhos. Para esta pesquisa, utilizamos uma entrevista de pesquisa (Santos, 2013; Briggs, 1986) e o caderno de campo (Heller, 2011). A seguir, explico esses procedimentos.

4.1 Entrevistas como enterritorialidades de encontros

Esta pesquisa utilizará como metodologia para a geração de dados uma entrevista qualitativa, realizada durante o trabalho de campo. A entrevista é uma prática presente em nosso cotidiano, muitas vezes sem que nos demos conta disso. Ela pode ser entendida como um evento metacomunicativo (Briggs, 1986), pois gera entendimentos, processos reflexivos e racionalizações sobre nossas práticas e experiências. Nesse contexto, a entrevista é uma prática social, um evento semiótico-interacional; desse modo, todas as dinâmicas envolvidas nessa prática influenciaram a sua construção. O local, os participantes, quando ocorre e em qual a situação tudo isso se dá diretamente no curso da entrevista.

Isso posto, quando fazemos entrevista devemos nos atentar, como ressalta Briggs (1986), aos processos de contextualização envoltos na geração de dados e às demandas localizadas. Assim, o autor argumenta que questionários e perguntas fechadas não são as melhores opções para uma entrevista etnográfica, porque esse tipo de postura já produz, a priori, uma série de questões que não leva em consideração as demandas dos entrevistados. De tal modo, é importante que nas entrevistas sejam utilizadas perguntas abertas, pois colocam o pesquisador em uma posição mais atenta ao que está acontecendo no evento comunicativo da entrevista. Outra questão é, ao adotar uma entrevista aberta sem perguntas pré-definidas, o pesquisador também assume uma postura ética e política de colocar em protagonismo os sujeitos da pesquisa como parte da condução dos entendimentos que podem ser gerados (Briggs, 1996). Assim, as entrevistas desta pesquisa seguirão estas reflexões, não seguindo um roteiro pré-estabelecido, mas deixando serem imundiçadas pelas demandas locais dos participantes.

Além da entrevista, em meu trabalho de campo, produzi um caderno com anotações que possam contextualizar o máximo possível os dados gerados. A história dos dados é um mecanismo importante para perceber como as questões históricas, interacionais, políticas e sociais daquele lugar podem se conectar a questões mais amplas da sociedade (Blommaert, 2008). Assim, ao se utilizar gravações,

> não se deve confiar apenas nelas. No mínimo, as anotações de campo ajudam a contextualizá-las, fornecendo as informações necessárias para dar sentido às interações e construir a base para a comparação ou análise de desenvolvimento que nos permite vincular as interações a processos e estruturas institucionais e sociais (Heller, 2001 *apud* Heller, 2011, p. 51).

Dessa forma, a contextualização dos dados é de suma importância para entendermos os processos e as possíveis indexicalidades. Ao “descrevermos” bem o campo de pesquisa podemos perceber uma série de questões que podem passar despercebidas sem determinados conhecimentos. Como explicam Hall e Davies (2021), é preciso uma competência indexical das configurações sociais do campo de pesquisa. O caderno de campo será uma técnica para contextualizarmos e produzirmos de forma crítica a pesquisa, levando em consideração os imbricamentos locais em sua dinâmica com as esferas macro.

4.2 Enterritorialidades éticas

Ao realizarmos uma pesquisa, é fundamental ter em mente os aspectos éticos envolvidos em sua condução. Quando se trata de uma pesquisa com dados dessa natureza, é necessário atender ao que está expresso nas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), bem como ao Marco Referencial, Estatuto e Regimento da PUC-Rio, a fim de garantir a validação "ética" da pesquisa em desenvolvimento. No entanto, surge uma pergunta: será que atender a essas normas é, de fato, uma produção ética de pesquisa?

Bonfante (2021) nos apresenta um trabalho que pode contribuir para refletirmos sobre essa questão. Ao relatar sua pesquisa, que tinha como objetivo investigar grupos de WhatsApp relacionados às práticas *Bareback* (sem camisinha), o autor provoca uma intensa reflexão sobre como, ao produzir uma lógica universal de "ética", o que se gera é uma "antiética". Isso ocorre porque a homogeneização das normas não dá conta das diferenças entre os grupos e dos processos de desigualdade de gênero, raça, sexualidade, entre outros. Em seu caso, por exemplo, como pedir autorização (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE) e assinatura de um documento para pessoas que não desejam expor suas práticas sexuais? Mesmo que os participantes da pesquisa estejam dispostos a colaborar, colocar seus nomes e dados em um papel os coloca em uma situação de insegurança. Nesse sentido, o autor explica que

> [o] humanismo estava determinado a reconhecer que todos os homens são iguais. Todos sabemos que isso não é verdade, e a própria permissividade da palavra 'homens' para generalizar é evidência do esquecimento de algumas subjetividades. No sentido prático, a igualdade entre as pessoas é uma utopia, pela qual luto também eu. Contudo, a história dos humanos é uma história de diferenças em tensão e assim deve ser reconhecida. Apesar disso, a ética tem sido historicamente considerada uma prática de igualdade, um campo comprometido com a demolição da diferença que estruturou a humanidade, um campo envolvido na domesticação da diferença sob um código de conduta. Para sujeitos marginalizados, a ética acabou se tornando uma questão de assimilação e violência (Bonfante, 2021, p. 213).

A partir de autores como Warren (2014), Wilderson (2010) e Wynter (1994), Bonfante (2021) nos revela como a noção de "ética" abordada nas normas gera uma antiética que continua a violentar pessoas negras, povos indígenas e demais grupos

cujos organismos não se alinham às normas coloniais. A universalidade, portanto, sempre está a serviço de um projeto político e de poder. Assim,

> toda ética universal, em última análise, é absolutamente particular. É uma ética de classe, de pessoas eleitas, de heterossexuais, de homens, de uma maioria que procura impor uma ética específica – na medida em que é um pensamento dominante – a todos, em benefício próprio e em detrimento de minorias que não pertencem aos arredores do poder: a fundação ou proclamação de uma ética é sempre uma operação de poder, de opressão, de controle social (Vidarte, 2007, p. 8).

Outro exemplo relevante é o estudo de Santana Junior (2024), que, ao investigar as pombagiras, levanta uma questão essencial: quem assinaria o termo? Esse questionamento levou o autor a refletir sobre os ajustes necessários para atender às exigências do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de sua universidade, a UNICAMP. Para ele, essa tensão evidencia uma lógica neoliberal que permeia as pesquisas em ciências humanas, baseando-se em princípios bioéticos que frequentemente limitam a diversidade e a vitalidade da pesquisa, ao apostar em um único modo de vida possível e negar outras cosmologias e naturezas, como a existência de pombagiras para determinadas pessoas. Nesse contexto, Santana Junior (2024) argumenta que, para atender às demandas das pesquisas, os comitês devem incorporar uma "pluralidade de pensamentos no encontro entre esses diferentes caminhos, colocando um pouco de espírito no CEP, pois a pesquisa é movimento, é viva, e apresenta seus próprios caminhos" (Santana Junior, 2024, p. 297).

Por fim, ressalto que, nesta pesquisa, foi necessário que eu também me comprometesse com a burocracia ética. Foram utilizados documentos como a carta-convite Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, impressa em duas vias, uma para minha posse e outra para o participante da pesquisa. A redação do TCLE foi elaborada em um registro coloquial, visando garantir que os participantes compreendessem plenamente o que envolvia a pesquisa, além de fornecer informações de contato para eventuais dúvidas e a garantia de que poderiam se retirar da pesquisa a qualquer momento, caso desejassem. Além disso, ficou acordado que os dados gerados permaneceriam sob minha responsabilidade por um período de cinco anos, respeitando o sigilo e a confidencialidade estabelecidos nas resoluções 466/12 e 510/16 do CNS.

Um ponto de maior tensão nesse processo de pesquisa foi a garantia do sigilo e da confidencialidade dos dados, em que todos os nomes foram substituídos por fictícios, uma decisão que ficou sob minha responsabilidade. Na versão inicial do meu projeto, a escolha dos nomes deveria ser feita, em primeiro lugar, pelos próprios participantes da pesquisa, com a condição de que, caso não fosse necessária uma preferência, eu os escolheria. No entanto, essa abordagem foi uma das pendências levantadas pela comissão. Em determinado momento, considerei questionar essa exigência e tentar aprovar essa proposta, pois, de certa forma, ela comprometia a horizontalidade desejada neste estudo. Contudo, isso implicaria um atraso na aprovação do projeto. Dado que estou defendendo esta tese com quase 1 ano e 3 meses de antecedência, a restrição de tempo pode afetar toda a produção da tese e sua previsão, em função da aposentadoria da minha orientadora na instituição onde produzo esta pesquisa.

Apesar de ser um ponto importante, não é algo que gere tanta tensão quanto aos trabalhos aqui citados. No entanto, cabe, neste processo, tecer críticas construtivas para construir outros modos de fazer pesquisa em nossa área. Conforme explicado por Santana Junior (2024), ao falar sobre o campo da antropologia,

> o questionamento da lógica institucional dos Comitês de Ética e da aplicação dos TCLEs não pode ser entendido como uma negação ou exclusão da ética em pesquisa e sim como a afirmação de que é necessário considerar as singularidades de cada modo de se fazer pesquisa. Para a Antropologia é muito importante o respeito e o compromisso com o pensamento da comunidade pesquisada. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2010) é necessário manter o respeito com a comunidade em todos os momentos da pesquisa, bem como as responsabilidades éticas que são pilares das atividades de pesquisa dos antropólogos (Santana Junior, 2024, p. 305).

Portanto, uma reflexão sobre os comitês de ética e suas normativas é fundamental para repensarmos os processos de pesquisa. Ao buscar atender a critérios formais e padronizados, muitas vezes corremos o risco de limitar a diversidade e a complexidade das práticas de pesquisa, especialmente em áreas como as ciências sociais e humanas, que exigem flexibilidade e sensibilidade às especificidades culturais e contextuais. Assim, é necessário avançar na construção de uma ética de pesquisa que leve em consideração as diferentes perspectivas e realidades dos sujeitos envolvidos, respeitando suas autonomias e singularidades.

4.3 Encontros de pesquisa, encontros da vida: Contexto, participantes da pesquisa e geração de dados

O contexto da pesquisa é o condomínio São José, localizado na Av. São José, no bairro Chacrinha, em Japeri. Embora seja denominado “condomínio”, o local é um espaço aberto. Inaugurado em 2014, o conjunto habitacional entregou 436 casas para pessoas sem moradia própria ou que viviam em condições precárias. As entrevistas foram realizadas com pessoas que já viveram ou ainda residem no conjunto de casas populares. A escolha por esses participantes visa captar diferentes perspectivas sobre o espaço, tanto de quem não o habita, quanto de quem ainda faz parte da dinâmica local. Além disso, também foram entrevistados moradores das proximidades do conjunto, com a intenção de explorar como a construção do condomínio alterou a realidade geopolítica do bairro, gerando novas configurações sociais no comércio, serviços públicos e nas interações cotidianas, à medida que novas pessoas passaram a ocupar uma área. Dessa forma, a pesquisa busca observar as diferentes construções discursivas sobre o espaço e suas implicações sociais.

Por se tratar de um trabalho de campo imersivo, os participantes da pesquisa são diversos, com variações em idade e gênero. No entanto, estabeleci uma idade mínima de 18 anos para a realização das entrevistas. Quanto à quantidade de entrevistas, após um período de inserção no campo, selecionei cinco pessoas para participar da pesquisa e conduzi cinco entrevistas. A escolha dos participantes foi orientada pelos meus incômodos e pela relação que estabeleci com o campo, não seguindo nenhuma lógica ou critério matemático, mas sim as minhas inquietações pessoais. Essas inquietações surgem a partir do convívio com essas pessoas, conversas cotidianas e situações que presenciei junto dessas pessoas, como acordar 4h da manhã para ir para a UFRJ junto de Luiz.

Os participantes – Luiz, José, Marcelo, Nilce e Denise – já fazem parte da minha vida, pois, ao morar naquele espaço, minha trajetória se entrelaçou com a de diversos moradores do programa, que são amigos, conhecidos e vizinhos. Algumas das angústias, sonhos e perspectivas dessas pessoas, eu já havia escutado ao longo do tempo, mas este também foi um processo de redescoberta de suas histórias, ouvindo o que nunca tinha sido dito, descobrindo outras possibilidades de conexão com elas.

Conforme indicado ao comitê de ética, as gravações das entrevistas foram realizadas por meio de um gravador e/ou pelo aplicativo de gravação de voz disponível em meu celular. Quanto ao caderno de campo, ele foi mantido em formato físico. No que se refere ao conteúdo das perguntas, elas abordam temas como a chegada ao condomínio, a relação com o espaço, as dificuldades enfrentadas e como esses aspectos se conectam com o sonho da própria casa, para aqueles que são moradores do conjunto. O roteiro das entrevistas foi estruturado, mas com flexibilidade para ser adaptado durante o contato com os participantes, sem escadas amarradas. Inicialmente, as questões foram definidas como segue:

- Como era sua vida antes do programa? Como era sua moradia?
- Como foi o processo de mudança e o que você imaginava que aconteceria?
- O que você entende pelo termo “casinhas” e acha que isso está relacionado a algum tipo de estereótipo ou preconceito?
- Quais são as suas histórias com este espaço?
- Quais dificuldades você tem enfrentado?
- O que você mudaria no programa?

No caso dos moradores vizinhos do projeto Minha Casa Minha Vida, as perguntas abordaram as mudanças realizadas no bairro e como os participantes atribuíram significado ao projeto.

- Como era o bairro antes do projeto?
- Quais eram as suas expectativas ao saber do projeto?
- Quais mudanças você percebe no bairro após a implementação do projeto?
- Quais histórias ou comentários você já ouviu sobre as pessoas do programa?
- O que você melhoraria no programa?

Como forma de contextualizar melhor as entrevistas, além da gravação, também produzi um anotações em um caderno de campo.

4.4 Riscos e Benefícios

Toda pesquisa envolve riscos e benefícios e estes aspectos devem ser considerados pelos pesquisadores em seu desenvolvimento para verificar a viabilidade ética da pesquisa. Assim, os riscos podem ser gerados em virtude de os relatos fazerem parte da história pessoal de cada entrevistado, o que pode gerar desconforto (Santos, 2013). No entanto, como já comentei, tomarei medidas, como utilizar codinomes para os participantes da pesquisa, a fim de assegurar a confidencialidade dos dados.

Outro risco possível de surgir é que a entrevista pode gerar perguntas capazes de causar desconforto. Dessa forma, deixarei claro ao entrevistado que ele pode interromper a entrevista ou não responder qualquer questão. Nas entrevistas, apesar de sempre apresentarem uma certa hierarquização (entrevistador que conduz o rumo interacional), tentarei minimizar encarando-as como uma conversa e, dessa forma, produzindo uma horizontalidade na produção. Assim, os entrevistados poderão se sentir mais confortáveis para mudarem os tópicos com os quais não se senta à vontade para serem abordados. Essa medida será tomada, visto que embora seja deixado claro que o participante da pesquisa possui esse direito, a depender da maneira como a entrevista for concebida, pode inibir o participante. Quanto aos benefícios da pesquisa, explicito o seu carácter social-político-teórico:

- geração de inteligibilidades sobre o programa minha casa minha vida levando em consideração aqueles que são atingidos pelo programa;
- refletir sobre políticas públicas que levem em consideração as perspectivas dos moradores que são atingidos pelo programa;
- construir entendimentos pragmáticos sobre a desigualdade no que tange o acesso à moradia e aos seus atravessamentos;
- Produzir reflexões sobre possíveis preconceitos construídos sobre moradores do condomínio e o impacto em suas vidas.
- Geração de um arcabouço teórico-metodológico-epistemológico nos estudos da linguagem no que tange à produção discursiva do que entendemos como espaço, tempo, afeto e memória e como questões políticas e sociais são atravessadas pela linguagem.

4.5 Tratamento dos dados

Após a geração dos dados, eles passaram por alguns procedimentos. O primeiro deles é armazenar em um *pen-drive* do pesquisador as gravações de áudio e as anotações de campo digitadas e, posteriormente, também armazenadas no meu computador pessoal. Após esse procedimento, os dados foram transcritos conforme as convenções de Jefferson com símbolos consubstanciados em Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) e Atkinson e Heritage (1984) com algumas adaptações. Os dados serão disponibilizados aos participantes transcritos e de forma impressa caso seja solicitado sem nenhum custo ao participante, bem como os resultados da pesquisa.

Quanto a distribuição dos dados pelos INcômodos de análise, após uma leitura de cada entrevista produzida, dividi em temáticas e assuntos que poderiam ser agrupadas em temas para as análises conformes os objetivos traçados nesta pesquisa. Assim, produzi esta divisão:

Quadro 3 – Divisão dos dados

INCÔMODO 5	Narrativa de **Luiz** demonstrando sua trajetória de sua entrada, saída e retorno.
INCÔMODO 6	Narrativas de **Luiz**, **José** e **Nilce** que se entrelaçam com a violência e produção de normas de conduta no Conjunto São José.
INCÔMODO 7	Narrativa de **José** sobre a resistência, criatividade dos moradores ao procurarem melhorias e manutenções no conjunto.
INCÔMODO 8	Focalizo nas narrativas de **Marcelo** e **Denise**, moradores da rua que dá acesso ao Conjunto São José. No entanto, também trago uma parte da entrevista feita com José na qual ele aborda o olhar externo sobre o seu lugar de morada.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

5 ENTERRITORIALIDADE DE VIDA: ENTRADA, SAÍDA E O CHOQUE

> Tudo que eles tinham foi destruído, uma construção de anos foi ao chão em poucas horas, sob o peso das fardas e dos cassetetes. Ou melhor, o prédio permaneceu em pé, estático, vazio, indiferente, e ao chão foram as duzentas famílias que ali moravam, fugindo avenida afora com os colchões em cima das cabeças, a passar aquela madrugada, e as seguintes, e as seguintes, debaixo de um viaduto lotado de gente.
>
> *Ocupação*, Julian Fuks

Neste INcômodo, começo a construir a análise das entrevistas realizadas para esta pesquisa. O título desta seção explicita o ponto a ser discutido em conjunto com os participantes da pesquisa: o que a casa deles já representou em suas vidas. Trata-se, portanto, de uma construção heterotópica (Foucault, 1994), que, por meio da narrativa (Yi-Fu Tuan, 1980), constrói outros espaços de convivência, criam e dinamizam novas escalas de significado (Carr e Lampert, 2016) e valoração sobre esse lugar. Para a condução desta seção, apresento as narrativas de Luís e José sobre seus percursos até morar no Condomínio São José. Nesse primeiro INcômodo de análise, trago a narrativa de Luiz, um jovem que hoje não mora mais no conjunto habitacional devido à questões de acesso à vida acadêmica na UFRJ, onde cursa Letras. Inicialmente, faço uma análise da história de Luiz, abordando sua transição da antiga casa até o MCMV e sua saída para estudar. Meu primeiro questionamento ao participante foi sobre como era sua antiga casa.

5.1 Direito à propriedade: casa cedida e casa hospedada versus casa própria

> Próximo de um campo, então a gente não, não tinha assim, é, é escola perto, não é creche, supermercado, farmácia. Então ou a gente tinha que andar, né? Ou a gente tinha que esperar uma linha de ônibus que IA lá de hora em hora, né, que depois também parou de de funcionar, né? Então a gente teve que fazer todo esse percurso andando.
>
> [Luiz]

> Que é o outro lado da ilusão. É como se eu tivesse. Dentro de uma realidade, né? É como se eu tivesse em 2 polos opostos, né? EE, eu

> vi esse ali diariamente, se deslocando entre esses 2 polos.
>
> [Luiz]

Excerto 1: antes de tudo, tudo de antes

1 2 3 4 5 6 7	Lucas	Tá certo, é bom é quando te falei da pesquisa, é, ela vai falar sobre lá, o condomínio São José, né? lá do lado da minha casa. E aí A coisa que eu queria saber era como era a sua vida antes, assim, onde você morava, é- Morava em aluguel ou não? Como que era assim, antes, antes de você ir para lá?
8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	Luiz	É antes de eu ir morar lá, é, eu morava com a minha família, né? Num numa casa que na verdade foi cedida, né? Pelo pai do meu padrasto, né, que morava com a minha mãe só. Antes disso, a gente, morou na casa da minha avó, né? Eu nasci na casa da minha avó e aí quando eu tinha aproximadamente 9 anos, a gente mudou para essa casa e que foi cedida e moramos lá por aproximadamente 3 ou 4 anos. É até que minha mãe, ela fez a inscrição, né? Através do CadÚnico ela fez a inscrição no programa minha casa, minha vida. Foi até uma surpresa para ela, porque ela não esperava que pudesse ser selecionada. E aí Ela Foi selecionada. Então a gente mudou dessa casa, porque não era um imóvel próprio, não é como eu disse. Pelo imóvel cedido. Então a gente mudou dessa casa para... para esse condomínio, né? Para esse conjunto do projeto minha casa minha vida.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Nesse trecho, vemos a trajetória de deslocamento de Luiz, da experiência de morar em uma casa cedida pelo seu padrasto, até a de vir a morar numa casa própria, depois de sua mãe se inscrever no CadÚnico. Aqui, vemos a produção de uma escala (Carr e Lampert, 2019) que projeta hierarquias entre casa própria e cedida. Nesse sentido, essa narrativa introjeta uma nova utopia localizada na possibilidade de mudança de vida por meio da casa própria. Ao narrar essa história, outras possibilidades de vivência são construídas e imaginadas, algo perceptível no trecho "E aí Ela Foi selecionada. Então a gente mudou dessa casa, porque não era um imóvel próprio, não é como eu disse. Pelo imóvel cedido. Então a gente mudou dessa casa para... para esse condomínio, né?".

Ao observar tal construção narrativa, podemos entender como essa heterotopia cruza esses espaços e projeta escalas que também indexicalizam (Silverstein, 2003) uma questão mais ampla quando tratamos do direito à moradia: a insegurança habitacional, tendo a casa própria como uma segurança social. Isso pode ser visto em dados divulgados no Correio Braziliense ao destacar que 3 em cada 10 pessoas possuem medo de não conseguirem pagar o aluguel e morarem na rua (Tavarez, 2021). Tal insegurança da "casa cedida" versus a "casa própria" é o que mobiliza também os afetos em torno dos nossos desejos. "Casa própria" ocupa um estrato social hierárquico para as pessoas mais pobres enquanto uma topofilia (Yi-Fu Tuan, 1980), em detrimento do aluguel, uma topofobia. Portanto, camadas de sentidos se atravessam entre a segurança e a insegurança, indexicalizando para aqueles que não possuem uma seguridade financeira estável tanto aspectos positivos quanto negativos no discurso.

Algo interessante de se observar é a noção de sucesso construída por meio da conquista de bens na sociedade, tais como "carro" e a "própria moradia". Tal aspecto é perceptível em vários discursos ao longo do tempo. Em uma pesquisa rápida sobre o tema no site de busca Google, por exemplo, achei uma coluna intitulada "Cabeça de Milionário" do site portal do investimento. Em uma das matérias dessa coluna, o articulista Marcos Moore (2019), escreve no artigo "Alugar ou comprar um imóvel?" em que destaca as seguintes questões:

> As gerações anteriores tinham como medida de sucesso financeiro o fato de possuir um imóvel próprio. Até estabelecimentos comerciais mais antigos exibem nas portas das salas ou em papéis timbrados a expressão **"imóvel próprio". Uma espécie de carimbo de sucesso.** As pessoas bem-sucedidas possuíam diversos imóveis para alugar e dali tiravam uma renda extra ou até seu sustento. E os deixavam de **herança para filhos e netos.**
> Essa percepção do imóvel **como algo mais seguro**, pois é palpável, produz maior segurança e uma impressão maior de valor. Essa situação produziu pérolas como **"quem casa quer casa",** por exemplo. **Por outro lado, viver de aluguel até hoje passa uma impressão de insucesso para os mais antigos. Se não tem imóvel próprio, não é uma pessoa de sucesso (**Moore, 2019, grifos próprio).

Neste ponto da análise, destaco elementos importantes que ajudam a compreender os afetos construídos por Luiz em sua narrativa. Um aspecto central é a necessidade de possuir uma casa, que pode apontar para um meio de garantir o

futuro das próximas gerações. Logo, a necessidade de ter essa casa própria também indexicaliza para uma heterotopia que coloca no presente outros espaços-tempos do futuro, isto é, uma heterocronia. Como bem destaca Rocha e Deusdará (2022) o quarto princípio, faz com que cronotopos do presente ocupem cronotopos do futuro e vice e versa. Nesse sentido Coura e Estephan (2023) destacam que essas afetividades permeiam a casa própria, pois ela é

> primordialmente abrigo e proteção, mas também alimenta o sentimento de liberdade, pois é em sua casa que o cidadão se sente à vontade. Esse mesmo sentimento não é reproduzido quando não se tem a posse do imóvel. Um imóvel emprestado ou locado **configura abrigo** e **proteção**, mas **somente a casa própria representa a formação de um patrimônio e a possibilidade de melhoria de vida** (Coura e Estephan, 2023, p. 136, grifo próprio).

No artigo escrito por Moore (2019), o autor destaca que muitos milionários preferem o aluguel à casa própria, devido à fluidez do mundo contemporâneo e à possibilidade de mudanças rápidas. No entanto, essa escolha não é viável para pessoas em situação de pobreza, pois elas não têm uma perspectiva financeira estável que permita planejar o pagamento do aluguel no próximo mês ou ano, ao contrário daqueles que possuem um alto acúmulo de riqueza. Assim, "a casa própria" é o meio viável e seguro que projeta os afetos, por exemplo, apontados no excerto 1, na narrativa de Luiz.

5.2 Topofilias e topofobias em choque: o morar na casa própria

Nesta parte da análise, iremos discorrer um pouco mais sobre as questões afetivas com base nas noções da topofobia e topofilia (Tuan, 1980) como escalas discursivas dos afetos mobilizados por Luiz em sua narrativa ao entrar na casa própria. Nesse sentido, cabe fazer uma breve recapitulação desses constructos. Em seus estudos, destaca-se a percepção do espaço como algo atravessado por diversos fatores em sua construção. Silva e Lopes (2014) apontam como pontos o período de permanência em um espaço; as interações sociais e econômicas que ali ocorrem; as particularidades das paisagens, sejam elas naturais ou transformadas pelas ações humanas ao longo do tempo; e a comparação dessas especificidades com as de outros espaços, vistos como superiores ou inferiores. Sob esses aspectos e outros intersubjetivos se constrói a topofilia, tida como "elo afetivo entre a pessoa e o lugar

ou ambiente físico" (Tuan, 1980, p.19), isto é, como o próprio sufixo nominal "filia" indexicaliza, uma relação de amor, de afeição, gosto, preferência, nesse caso, pelo "topos", o espaço. Em contrapartida, a topofobia indica distanciamento, medo, repulsa, rejeição, ou seja, aspectos negativos. É importante ressaltar que "não devemos nos esquecer que o despertar de sentimento topofílico, também apresenta seu reverso: o sentimento topofóbico" (Oliveira, 2012, p. 70).

Tendo feito esse rememorar sobre os constructos, podemos ir para o segundo excerto desse primeiro INcômodo de análise.

Excerto 2: O início para a casa própria

18	Lucas	E como que foi morar?
19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50	Luiz	Sim, então é morar lá no início foi um sentimento de Felicidade muito grande, né, porque foi uma Conquista a uma casa própria, né, que a gente nunca AA gente, nunca havia tido essa, essa, esse acesso, né, a um imóvel próprio, né, e tudo mais. Então foi um sentimento de Alegria, de Independência, né, de poder dizer isso daqui a minha casa, isso daqui é o meu conforto. Né? EE, era. Até então era muito mais tranquilo, né? A vivência no lugar. Porque quando eu quando eu cheguei lá com a minha família, foi em 2014, né? Então o. Lugar ainda não era tão habitado, né? Não, não tinha um contingente tão grande de pessoas. Então era tranquilo assim, né? Podia sair. Às vezes voltava um pouco tarde, né? Ficava um pouco mais, né, pela rua ali, né? Aproveitava os momentos livres, né, para interagir com as pessoas. É, a gente só sofria um pouco com questão de de Acessibilidade, né, a comércio. Porque não tinha comércio ali próximo, né? Tudo isso foi chegando depois, mas não tinha muitos comércios próximos. Então a gente tinha que se deslocar por ser um condomínio ali, numa área mais isolada, não é? Próximo de um campo, então a gente não, não tinha assim, é, é escola perto, não é creche, supermercado, farmácia. Então ou a gente tinha que andar, né? Ou a gente tinha que esperar uma linha de ônibus que IA lá de hora em hora, né, que depois também parou de de funcionar, né? Então a gente teve que fazer todo esse percurso andando.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Continuando a entrevista, logo na primeira linha Luiz diz "morar lá no início foi um sentimento de Felicidade muito grande, né,

porque foi uma Conquista a uma casa própria" (l. 19-21), o que produz uma indexicalidade apontada no excerto anterior, a felicidade enquanto uma experiência que aponta para a segurança da moradia. Assim, sob a escala (Carr e Lampert, 2016) afetiva da felicidade se constrói a topofilia sobre esse espaço, por meio da experiência do que se entende por "segurança de moradia" conectado a "casa própria". É importante destacar que esse movimento também é feito por meio de um passado antes vivenciado. Assim, Tuan (1980), explica que "a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar" (p. 144), o que parece guiar as relações afetivas *a priori* com o condomínio São José. Nesse sentido, outras histórias são construídas sobre esse lugar e, ao mesmo tempo, sobre outros, criando uma multiplicidade de tempos-espaços em sua narrativa, promovendo uma heterotopia narrativa que entrelaça sua vida e seus deslocamentos. Assim, percebemos uma escalarização por elipse "meu conforto" (l. 26, 27) em detrimento do conforto a partir do que é dinamizado como do "outro" – como a casa cedida onde ocupava anteriormente.

No fluxo narrativo, a partir da linha 24, no excerto 2, Luiz começa a desenvolver sua experiência vivida naquele lugar, contrapondo dois cronotopos: o de um espaço pouco habitado e o de outro que se torna mais densamente povoado com a chegada de novos moradores. Essa comparação estabelece uma posição e gera afetos distintos, introduzindo uma sensação de desilusão com o ambiente, ou seja, o início da construção de uma topofobia. Isso faz com que a dimensão da topofilia do espaço passe a incorporar, além do aspecto de segurança, a importância da tranquilidade como produção de escalas afetivas. Luiz descreve: "Até então era muito mais tranquilo, né? Uma vivência no lugar. Porque quando eu cheguei lá com a minha família, foi em 2014, né? Então o lugar ainda não era tão habitado, né? Não, não tinha um contingente tão grande de pessoas. Então era tranquilo assim, né? Podia sair" (L. 27-33).

A perda da tranquilidade conduz a uma desconstrução de aspectos que poderiam indicar a casa e o conforto como pertences apenas à esfera privada. Em sua narrativa, Luiz desestabiliza essas enterritorialidades ao mostrar como o ambiente mais amplo – com o grande contingente de pessoas vivendo em outras casas – transforma a percepção anteriormente construída sobre sua própria casa, a casa própria. Essas duas escalas atravessam o quinto princípio das heterotopias

(Rocha e Deusdará, 2022), impactando os sistemas de abertura e fechamento que isolam os indivíduos em um espaço específico. Luiz ressalta, por exemplo, que passou a não sair com tanta tranquilidade, já que, embora, como vimos, a casa fosse um símbolo de segurança e posse, em uma escala mais ampla, ela indexicalizava também uma insegurança de vida.

Continuando nessa dinâmica que amplia as noções estabelecidas, Luiz situa, além da tranquilidade, os aspectos da localização onde o conjunto foi construído, impactando no acesso a recursos que possibilitam a construção da moradia digna como bem é destacado no quadro expresso no INcômodo 2, tópico 2.5, que recupera os conceitos estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em sua narrativa ele diz "É, a gente só sofria um pouco com questão de de Acessibilidade, né, comércio. Porque não tinha comércio ali próximo, né? Tudo isso foi chegando depois, mas não tinha muitos comércios próximos" (L.36-40). O sofrimento, a falta de comércio, escola e ônibus começam como fatores que indexicalizam um movimento que não se situa apenas no conjunto São José, mas em diversas outras histórias que atravessam os projetos do Minha Casa, Minha Vida, como vimos anteriormente em alguns estudos. Essas características ajudam a compreender que essas afetivas que dimensionam as topofilias sobre os espaços do programa são locais, mas, ao mesmo tempo, globais, mais amplas, indexicalizando projetos de poder e capital na sociedade.

A narrativa de Luiz indexicaliza uma desilusão ao perceber que a "casa própria", antes associada a escalas de segurança, felicidade, alegria e conforto – elementos que dimensionam uma topofilia – também se confronta com desigualdade e falta de acesso a recursos – características que constroem a topofobia nesta narrativa. Em outras palavras, havia o teto, mas não havia uma porta aberta para o mundo. Luiz exemplifica essa frustração ao contar sobre uma linha de ônibus que foi descontinuada. Ele explica: "a gente tinha que esperar uma linha de ônibus que ia lá de hora em hora, né, que depois também parou de funcionar, né? Então a gente teve que fazer todo esse percurso andando" (l. 45-50). Nesse contexto, caminhar não era uma escolha, mas uma necessidade, dado o custo de viver naquela realidade heterotópica.

Assim, sua narrativa construiu múltiplos tempos-espaços (cronotopos) que se cruzam, projetando outros espaços possíveis e apontando sentimentos contraditórios, como momentos de alegria intercalados com experiências de sofrimento.

5.3 O ingresso na capital e a possibilidade de saída: o lugar enquanto aspecto simbólico

A questão simbólica e a relação com o espaço será algo apontado nesta seção tomando como base principal o constructo das ordens de indexicalidade (Blommaert, 2010). Como simbólico, entendo as relações de significados construídas por meio dos símbolos dinamizados em uma sociedade e para quais indexicalidades e afetos eles apontam. Do ponto de vista das ordens de indexicalidade (Blommaert, 2010), tais símbolos produzem na sociedade estratificações de significados, isto é, em determinados contextualizações, um determinado símbolo pode apontar para algo a depender de quem o capta nas relações sociais, interacionais. O verde e amarelo, por exemplo, na sociedade contemporânea pode apontar para ultranacionalismo conectado a uma política fascista, da extrema direita, enquanto, para outros espectros ideológicos, possibilidades viáveis de vida e construção de país. Dessa forma, as indexicalidades dependem de quem, onde, quando e por quem são captadas e quais hierarquizações e estratificações são geradas produzindo escalas (Carr e Lampert, 2016). No próximo excerto vemos isso sendo dinamizado a partir da construção de dois lugares simbólicos: Minha Casa, Minha Vida e a Universidade.

Excerto 3: O ingresso na faculdade

37 38	Lucas	E como que foi esse processo de sair de lá, você sabe, porque você de estudar, né?
39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49	Luiz	Isso então foi um divisor de águas muito grande na minha vida, sabe? Porque eu sofria muito, com dificuldade de acesso. Eu me sentia confortável, né? Mas eu sempre percebi muitos problemas da minha realidade, principalmente a questão da Acessibilidade, né? E como eu venho de uma família muito pobre. Eu sempre. E cheguei nos estudos uma forma de conseguir melhorar na condição. É. E aí eu lembro que foi em 2018 isso, né? Foi um ano muito, muito, muito difícil para mim, porque eu me dividia entre curso

45		técnico e conclusão do ensino médio. Na época,
46		eu ainda frequentava mais ou menos assim igreja.
47		E aí comecei a fazer um pré-vestibular também
48		social. E estava focado ali no Enem, né, em fazer
49		a prova do Enem? E aí foi inclusive o tempo que
50		eu desenvolvi a ansiedade. Tive 11. Primeira
52		crise de pânico ali, porque foi quando a minha
53		ansiedade atingiu o ápice. É por causa do
54		excesso de responsabilidades. Não é que me
55		cobravam, né? Mas eu eu me cobrava, né? Uma. Uma
56		solução. Eu me cobrava uma solução, não é? E às
57		vezes eu me envolvia com muitas coisas a fim de
58		tentar conseguir melhorar, não é? Mas aí eu
59		cheguei em um limite também. Foi bem complicado,
60		é. Mas aí, depois de muito esforço, eu fiz a
61		prova do Enem e tal, consegui passar na proposta
62		de letras aqui na UFRJ.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como mencionado no excerto 3, a narrativa de Luiz aponta para como a casa própria ofereceu um teto, mas não necessariamente uma porta para o mundo. Nesse sentido, ele retoma a "Acessibilidade" (l. 44) como chave para uma busca por mudança. Essa mudança é atravessada pelo estudo e o ingresso na universidade. Nesse engendrar discursivo, podemos destacar o quinto princípio da heterotopia (Rocha e Deusdará, 2022), pois é nesse processo que vemos a mobilização de sistemas de entradas e saídas de um lugar, que, ao mesmo passo mobiliza uma enterritorialização ao proporcionar acessos, também fecha, impossibilita. Assim, a universidade seria uma outra heterotopia, que produz uma nova subjetividade e um lugar social simbólico, sendo assim, "um divisor de águas muito grande" (l. 39) e outros espaços-tempos possíveis, associados a uma categoria, escala superior àquela vivenciada no programa Minha Casa, Minha Vida.

Se olharmos o artigo de Mattos e Fernandes (2022), *Desafios simbólicos da universidade: a perspectiva de estudantes sobre a permanência*, podemos encontrar pistas condizentes à produção dessas ordens de indexicalidade manifestadas no discurso de Luiz. Nele, os autores ressaltam que

> a educação superior no Brasil foi desenvolvida para formar a classe dirigente na sociedade, contribuindo para a reprodução da estrutura social. Cunha (1980) indica que mesmo antes de haver universidades conhecidas em sua atual estrutura de funcionamento, os cursos superiores no Brasil estavam destinados à formação cultural da elite brasileira e ao provimento

> de cargos de prestígio nas relações de trabalho. Em um contexto de desigualdade de acesso à escola e à cultura legitimada, esse resquício histórico se desdobrou no século XX com um público universitário constituído de brancos, filhos de famílias com mais de dez salários-mínimos, oriundos de pais com escolaridade superior e egressos de escola privada (Ristoff, 2016). Nesse cenário, **a formação produzida na educação superior se voltava para a inculcação de valores e referências de um grupo minoritário na sociedade, mas dominante na posse de bens materiais e culturais que possibilitam a sua posição de dominação** (Mattos e Fernandes, 2022, p. 2).

Levando em consideração que José é um jovem negro[17], estudante de escola pública e morador de um conjunto habitacional, o alcançar a universidade é sair do lugar de subalternidade para ocupar um outro lugar, estratificado simbolicamente na sociedade como na escala de superior; não só em um nível de escolaridade, mas também superior em um nível de estratificação social. É nesse sentido que o lugar físico, social, simbólico se entrelaçam na produção afetiva sobre os espaços e nas narrativas que o constroem.

Seguindo sua narrativa, percebemos como essa produção discursiva-social-simbólica leva ao adoecimento. Se considerarmos os discursos neoliberais, a narrativa de Luiz proporciona uma desestabilização das lógicas meritocráticas (Ferreira, 2021). Afinal, por meio de sua experiência, entendemos que, enquanto para algumas pessoas de classes sociais mais altas esses lugares simbólicos não exigem grande esforço ou a necessidade de uma desterritorialização que reordene hierarquicamente as subjetividades – como a ocupação de um lugar na universidade –, para Luiz, essa busca é inevitável, gerando adoecimento e uma pressão constante. Assim, o participante expressa: "`Mas aí eu cheguei em um limite também. Foi bem complicado, é. Mas aí, depois de muito esforço, eu fiz a prova do Enem e tal, consegui passar na proposta de letras aqui na UFRJ`" (l. 58-62).

[17] Conforme estudo do Núcleo de Estudos Raciais do Insper (NERI), apesar da crescente entrada de negros na universidade, a representatividade ainda é baixa. Ver artigo https://www.terra.com.br/noticias/educacao/participacao-de-pessoas-negras-no-ensino-superior-aumenta-mas-representatividade-ainda-e-baixa-diz-estudo,7c25b14baca6fcf7b9fc8c4256f3346cr11o8vba.html

Figura 23 – Charge sobre meritocracia

Fonte: Emanu.se.

Ao analisarmos a carga da figura 23, podemos observar, de forma multissemiótica, como essa produção discursiva se materializa tanto no corpo quanto nas possibilidades de vida. No excerto a seguir, por exemplo, notamos que o lugar onde o entrevistado vivia, no programa Minha Casa, Minha Vida, pode ser associado à imagem da bola de metal presa no tornozelo da mulher retratada na charge, simbolizando as limitações de sua mobilidade social, sua desterritorialização e sua dificuldade em mudar de posição no espaço simbólico. Vejamos a seguir:

Excerto 4: O processo de mudança

51	Luís	Enrolou o processo da mudança, né? No meado ali
52		de 2019, né, que eu ainda fiquei durante um tempo,
53		assim, inicial, fazendo o trajeto de Japeri-
54		fundão, por que não, não tinha como vir. Morar,
55		é....de cara na capital, porque era muito caro,
56		não tinha condições financeiras e tal. E aí?
57		Chegou o tempo que eu conversei com a minha mãe,
58		né? Falei para ela que eu teria que escolher entre
59		continuar fazendo a faculdade, né? Ou me mudar,
60		porque não tinha como fazer as 2 coisas ao mesmo
61		tempo, não é? Fazia faculdade morando lá, né,
62		muito distante, é tempo gasto em transporte
63		público, passagem, né? É, acaba que é o ensino
64		era público, né, mas teria que ter um
65		investimento muito grande da minha parte,
66		principalmente a questão de passagem, né? Então
67		era uma rotina extremamente exaustiva, porque eu
68		saí de casa muito cedo, né, antes do dia clarear,

69		e chegava em casa já 11 e pouca da noite, né? Era
70		uma era uma rotina de um trabalhador ali,
71		assalariado e tal. Né? EE aí eu conversei com a
72		minha mãe. A gente chegou num consenso, não é?
73		De eu me mudar para a?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Ao analisar o percurso de Luiz em relação à moradia, notamos um encadeamento afetivo-discursivo que vai da topofilia (alegria, felicidade e segurança associada à casa própria) à topofobia (distância, falta de acessibilidade e ausência de tranquilidade geradores da desilusão com o espaço). Esse processo se repete na sua experiência com o ingresso na universidade: há o sentimento de conquista e a possibilidade de mudar seu lugar simbólico, mas também a necessidade de enfrentar altos custos físicos, mentais e financeiros para se manter nesse novo espaço. Assim, essas produções discursivas indexicalizam um mesmo conjunto de afetos, não apenas para uma política pública específica, mas para várias que, embora promovam o acesso, acabam por dificultar a permanência.

Nesse sentido, algumas questões chamam a minha atenção. A primeira é que, assim como uma casa não basta por si só, para ocupar a universidade é preciso políticas amplas, como as políticas de permanência (Ferreira, 2021). Além da distância física, há também o custo a ela associado: "é tempo gasto em transporte público, passagem, né? É, acabou que o ensino era público, né, mas teria que ter um investimento muito grande da minha parte, principalmente a questão de passagem, né?" (l. 62-66). Portanto, ao considerarmos duas políticas públicas, observamos um cruzamento narrativo e afetivo persistente não só a uma lógica da moradia, mas também da universidade.

O segundo ponto a destacar é a escala explicitada no trecho: "Era uma rotina de um trabalhador ali, assalariado e tal. Não? (l. 70 e 71). É importante salientar que, em minha leitura, essa indexicalidade não remete à ideia de uma rotina de qualquer trabalhador assalariado, mas sim a uma realidade específica, considerando a enterritorialização do lugar indicado. Aqui, ela se refere a um trabalhador assalariado da Baixada Fluminense, e mais especificamente de Japeri. Esse aspecto é relevante, pois, conforme dados de 2016 (Abrantes, 2016), Japeri é a cidade com o maior tempo de deslocamento para o trabalho no país, com 187 minutos de deslocamento diário. Isso é importante, pois, como bem destaca

Blommaert (2010), as ordens de indexicalidade dependem também das ordens de acesso aos significados que circulam em determinados contextos. Desse modo, para os moradores, essas ordens que hierarquizam a noção de trabalhador assalariado são atravessadas pela experiência vívida, marcada pelo cotidiano e pelas narrativas dos trabalhadores da cidade. Conforme, explorado pela revista eletrônica *Exame* (2016),

> São Paulo – Nem São Paulo ou Rio de Janeiro. Japeri (RJ), a cidade cujos habitantes mais perdem tempo no percurso para ir e voltar do trabalho, tem apenas 100 mil habitantes e 8,3 mil veículos – uma frota mais de 600 vezes menor do que a que preenche todos os dias as ruas da capital paulista. Mesmo assim, seus moradores levam, em média, mais de três horas todos os dias para rumar para os respectivos empregos ou retornar para suas casas, segundo estudo da Firjan que analisou os deslocamentos dos moradores de 601 municípios de 37 áreas metropolitanas do país. A explicação para esse fenômeno (desumano) reside no desequilíbrio econômico entre os municípios de uma mesma região que lega a alguns o papel de cidades-dormitório e a outros, o de cidades com elevada concentração de postos de trabalho. De acordo com Riley Rodrigues, especialista em Competitividade Industrial e Investimentos do Sistema Firjan, apenas 11% da população ocupada de Japeri tem um emprego formal dentro dos limites do município – os outros 89% trabalham em outras localidades. Segundo o levantamento, cerca de 23 mil japerienses encaram no mínimo meia hora de trânsito todos os dias antes ou depois de trabalhar. No Brasil, são mais de 17 milhões de trabalhadores que diariamente enfrentam, em média, 114 minutos para se deslocar de casa para o trabalho e do trabalho para casa em 2012, segundo a pesquisa divulgada no ano passado. Por ano, o Brasil perde mais de 111 bilhões de reais só com o que deixa de ser produzido quando as pessoas gastam mais de 30 minutos para chegar ou voltar de seus respectivos empregos - a chamada produtividade sacrificada. Isso equivale a 4,4% do PIB em 2012 (Abrantes, 2016, s/p).

Assim, além da construção de uma escala do Minha Casa, Minha Vida de subalternidade, essa escala também atravessa outra mais ampla, a de Japeri dentro de um contexto do país e do estado também ocupando o último lugar na estratificação social, com implicações em nosso simbólico e em nossas subjetividades em disputa por dignidade.

5.4 O retorno: heterotopia como contraespaço

Para este último tópico de análise deste INcômodo, abordo o sexto princípio da heterotopia explicados por Rocha e Deusdará (2022). Nele os autores exploram a ideia da construção da heterotopia também como "um contraespaço que se constitui em um tempo, um outro lugar de contestação mítica e real no qual vivemos" (Bernardes e Taborda, 2016, p. 117), uma característica que veremos a seguir a partir do excerto 5. Vejamos abaixo:

Excerto 5: o retorno

72 73 74 75 76 77	Lucas	Nessa perspectiva de vir para cá e ter vindo de lá. Quais são as diferenças que você sente sem ter saído do lado condomínio vivo para cá? Quais são as diferenças, por exemplo, quando você voltava? Você chegou aí algumas vezes lá nas casinhas, como era essa volta, esse retornar lá, assim?
78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112	Luiz	Isso é no início da, da, do período aqui da UFRJ. Eu ainda morava lá, né? Então. Depois até eu li uma frase assim que eu falei assim, *******, isso aqui tem tudo a ver com o que eu vivo, né? Que é o outro lado da ilusão. É como se eu tivesse. Dentro de uma realidade, né? É como se eu tivesse em 2 polos opostos, né? EE, eu vi esse ali diariamente, se deslocando entre esses 2 polos. Então é é um choque de tudo, um choque de acesso, um choque de de pessoas, um choque de de estrutura, um choque de tudo. Até conversa, né? Tudo muito diferente, né? E aquilo IA causando assim uma. Uns conflitos internos, não é porque vim para a capital. Aqui as pessoas têm um outro modo de Vivendi, não é? E chegava na baixada, na minha cidade, na minha casa, e percebi uma outra realidade, muito mais fechada. Muito mais limitada. Então eu, eu, eu, eu entrava em conflito comigo mesmo, não é? Quando eu percebia tudo isso e ficava indignado também, porque eu percebia que que os problemas da minha realidade eles são muito mais ligados. Dados a uma questão, a questões, né? Políticas, né? De, de poder mesmo, de controle, de de manipulação, de de de cerceamento, de negação de direitos básicos, sabe? E aquilo foi me gerando uma revolta, porque eu fiquei pensando, *****, como que pode seres humanos que moram num lugar, né, viverem uma realidade, né? EE seres humanos que moram em outro lugar verem uma outra realidade totalmente diferente dentro de um mesmo estado, sabe? Uma diferença de poucos quilômetros? E eu comecei a perceber a. Questão da da desigualdade, né? Social e racial, muito, muito, muito mais latente, que foi quando eu comecei AA

113		mergulhar mais, né? Em movimento de militância,
114		né? De briga por direitos, né? Sociais, raciais,
115		aquilo a coisa toda, né? Que foi quando eu
116		comecei a me dar conta, né? Dessas desigualdades
117		muito, muito, muito grandes. E eu comecei a
118		perceber também que é coisas que até então eu
119		não entendia na minha família, né? É como se
120		saísse um véu da dos meus olhos. Eu comecei a
121		perceber que é uma questão geracional, né, mas
122		que tem muito, muito, muito mais a ver com uma
123		questão política, sabe? Com decisões políticas,
124		né, que determina quem pode, quem não pode, quem
125		tem, quem não tem e quem é, quem não é, sabe.
126		Então isso. Foi me gerando uma revolta muito
127		grande. Percebi na um certo privilégio não é,
128		digamos assim, principalmente de acesso, é até
129		a questão de emprego e chegar lá, EEE. Ver,
130		penúria assim, questões básicas, não é isso? Me
131		causava uma revolta. Muito. Grande, então pra
132		mim é no choque.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Um dos pontos centrais no engendrar discursivo é a projeção de uma escala comparativa, em que um lado é traçado como negativo e o outro positivo, como pode ser percebido no trecho "Que é o outro lado da ilusão. É como se eu tivesse. Dentro de uma realidade, né? É como se eu tivesse em 2 polos opostos, né? EE, eu vi esse ali diariamente, se deslocando entre esses 2 polos" (l. 81-85). Ao narrar essa mudança para a cidade do Rio de Janeiro, Luiz coloca em escalonamento os territórios por onde ele atravessa, problematizando não só em questão o Condomínio Minha Casa Minha Vida, mas também a cidade, Japeri, e a própria Baixada Fluminense. Dessa maneira, ele traça hierarquias entre os espaços, elaborando dentro de uma dinâmica de poder, como é visto no trecho "Dados a uma questão, a questões, né? Políticas, né? De, de poder mesmo, de controle, de de manipulação, de de de cerceamento, de negação de direitos básicos, sabe?" (l. 99-103). Luiz explora, dessa forma, o que abordamos na introdução, sobre projetos locais sempre fazerem parte de dinâmicas mais amplas de desigualdade (Mignolo, 2003). Como vimos na seção anterior de análise, isso se torna evidente na forma como o Estado opera nas margens (Das e Poole, 2004) em que há um projeto político de construção da desigualdade ao construir e dinamizar estes espaços.

Então, Luiz trata sua volta para o Conjunto São José, após morar no Rio de Janeiro como um "choque" - "Grande, então pra mim é no choque" – (l. 127-128). Essa escala é dimensionada para resumir toda a sua narrativa que demonstra a sua percepção sobre o território por meio de uma comparação com outras escalas territoriais. Assim, a sua revolta parece ser construída ao perceber que a desigualdade sobre aquele espaço não é algo inato, mas construído sociohistoricamente, o que pode indexicalizar, por exemplo, questões de raça e classe na construção da marginalização desses povos em territórios ditos periféricos (Freitas, 2018). Em suas palavras, "Uma diferença de poucos quilômetros? E eu comecei a perceber a. Questão da, da desigualdade, né? Sociais, raciais, aquilo a coisa toda, né? Que foi quando eu comecei a me dar conta, né?" (linhas 107-108). Tal fala indexicaliza para algumas questões muito suscitadas em 2024 devido às fortes chuvas na Baixada fluminense ao expor o que tem sido chamado de racismo ambiental. O termo tem como definição a falta de saneamento básico, água potável e diversos outros recursos em ambientes onde a maior parte da população é negra e de baixa renda, como bem é explorado no artigo da revista eletrônica Agência Brasil, com o título *Entenda a relação de racismo ambiental e enchentes no Rio de Janeiro*: *Comunidades pobres sofrem mais e isso não é uma coincidência*. O artigo traz a seguinte fala da Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco:

> Isso acontece porque uma parte da cidade, do estado, não tem a mesma condição de moradia, de saneamento, de estrutura urbana do que a outra. Também não é natural que esses lugares tenham ali a maioria da sua população negra. Isso faz parte do que a gente chama e define de racismo ambiental e os seus efeitos nas grandes cidades (Pimentel, 2024, s/p).

Por fim, Luiz conclui esse momento de sua narrativa dizendo: "Foi me gerando uma revolta muito grande. Percebi um certo privilégio, digamos assim, principalmente no acesso, até a questão de emprego e chegar lá, e ver penúria assim, questões básicas, não é isso? Me causava uma revolta. Muito grande, então pra mim é no choque" (l. 126-132). Essa revolta indexicaliza uma topofobia que não se refere apenas ao espaço físico em si, mas às dimensões históricas e sociais que tornam aquele lugar um ambiente precarizado. Nesse sentido, como destacam Milton Santos (1979) e Tuan (1980), são as relações sociais que moldam o lugar e

os discursos que construímos sobre ele. Blommaert e Huang (2015) argumentam que essa relação entre corpos e espaços históricos não é localizada em uma dimensão sincrônica do tempo-espaço, mas é espiral, refletindo a complexidade e a dinâmica das interações sociais e espaciais ao longo do tempo.

Excerto 6

129 130 131 132 133	Lucas	E que questões básicas você grava lá? E você achava que assim especificamente, eu entrava lá naquele lugar, na sua casa, no, no condomínio e tudo mais que que você vivia?
134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149	Luís	Principalmente. Principalmente 3 pontos são. Saúde, né? Segurança e educação. Acho que justamente nessa ordem. Na saúde, porque a gente não, não, não tinha uma cobertura, assim, política, né? Social, de fato. Que, que, que sei lá, que a tendência diz nossas necessidades, né? Questões de saúde. Tinha que caminhar muito, né, para chegar até um posto, né? Ou quando chegasse até esse posto, você não encontrava ali muitas vezes, né? Um médico para o problema que você estava ali sofrendo. E aí você tinha que é... é se deslocar para muito mais longe, às vezes até sair para outro município, né? Para conseguir encontrar um médico para conseguir te atender por conta daquele problema e tudo mais. Então a gente sofria muito com questão de de acesso à saúde, né?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Após a entrevista, perguntei a Luiz sobre as questões básicas, e ele mencionou três pontos principais: "Saúde, né? Segurança e educação" (l. 134-135). Nesse contexto, ele ressaltou a falta de "cobertura, assim, política" (l. 137), enfatizando a distância geográfica entre o condomínio e os recursos essenciais de saúde, educação e segurança. Assim, percebemos que as escalas discursivas das relações espaciais se entrelaçam com as políticas públicas nesse espaço. Um ponto de atenção é a hierarquização dessas políticas na sociedade, o que talvez explique o foco de Luiz nessas áreas. Como destaca Mônica Bergamo (2022) na *Folha de S. Paulo*:

> *Saúde* e *educação* são os temas de maior interesse dos internautas no âmbito de investigação política, sendo apontados por 69% dos entrevistados. Na sequência aparecem economia (64%), segurança (62%) e emprego (62%) (Bergamo, 2022, s/d).

Assim, Luiz destaca a prioridade às necessidades básicas, que também permitiram a construção de uma moradia digna. Se levarmos em consideração as noções de Foucault (1977; 1978) sobre governo e governamentalidade, percebemos um conjunto de práticas governamentais em jogo nessas desterritorializações, promovendo uma precariedade por meio de políticas públicas que vulnerabilizam os corpos. Nesse contexto, o Estado opera de forma ambígua: ao mesmo tempo que busca atender a demandas essenciais, como habitação, reproduz dinâmicas de exclusão que reforçam desigualdades. Essas políticas, ao reorganizarem os territórios e os seus habitantes, muitas vezes transformam a relação entre os sujeitos e os espaços que ocupam, impondo formas de regulação que os tornam mais dependentes e menos independentes. Dessa forma, a construção da moradia digna, embora crucial, é tensionada por práticas mantenedoras da precariedade como parte estrutural do sistema.

5.5 Encaminhamentos: Do pessoal ao coletivo

Neste capítulo, analisei a narrativa de Luiz, observando sua transição de entrada, saída e volta ao Condomínio São José. Em um breve resumo, a narrativa de Luiz exemplifica as relações e os imbricamentos entre as noções de espaço, tempo e pessoas e suas conexões afetivas com as políticas públicas. Os sentidos projetam múltiplas heterotopias, questionando o lugar habitado e explorando as (im)possibilidades do lugar simbólico, social e afetivo no mundo. Por meio da comparação, essas escalas produzem uma hierarquização que desafia a produção histórica de desigualdades em ambientes como o Minha Casa, Minha Vida, na cidade de Japeri e na Baixada Fluminense, evidenciando sua precarização em razão dos engendramentos políticos e sociais que não são características apenas de um programa, mas de como as políticas públicas são lidadas no Brasil, vide o caso de sua entrada na universidade. Como vimos em dados de jornais e artigos misturados com os dados narrativos, apesar de a narrativa de Luiz ser extremamente local, o que ele conta e os sentidos que operacionaliza também se conectam com uma dimensão coletiva de sentidos nos espaços-tempos narrados. Como afirma Foucault (1994) sobre a heterotopia, o espaço-tempo são lugares onde o poder e a política se constroem, dinamizando formas de ser-estar no mundo.

6 VIOLÊNCIA COMO CÓDIGO DE CONDUTA

> Hoje, voltando para casa com alguns amigos depois de um festival que comemorava a diversidade LGBTQIAPN+, por volta de meia-noite, um amigo que mora nas casinhas foi questionado se ele tinha coragem de ir para lá naquele horário. Esses comentários são muito comuns e eu sempre costumo escutá-los. Meu amigo, claramente com um olhar embaraçado, respondeu que não havia perigo e que já estava acostumado. Ninguém rebateu verbalmente, mas os corpos e os olhares discordavam do meu amigo, mesmo sem que nenhum deles habitasse aquele território.
>
> (Caderno de campo, Lucas, 22 de junho de 2024)

Neste INcômodo, exploro a percepção de violência por meio das entrevistas com Luís, José e Nilce. A partir de suas experiências e relatos, buscamos compreender como a violência é vivida, sentida e interpretada no contexto do Conjunto São José e na periferia de Japeri, refletindo sobre as dimensões sociais, políticas e culturais que configuram essas interações. Os moradores que já convivem com a realidade do local há algum tempo se permitem acessar uma visão mais ampla sobre o impacto da violência no cotidiano e nas relações de poder condicional dentro e fora do condomínio. As narrativas de Luís, José e Nilce evidenciam como a violência se entrelaça com a luta pela dignidade, a busca por um futuro melhor e a construção de uma identidade no contexto de um espaço socialmente estigmatizado.

6.1 A vergonha e a violência como código de conduta

Ao traçar a ideia de cronotopos, Bakhtin (1988) e, posteriormente, Blommaert (2010), explicam que as organizações espaço-temporais também são atravessadas por regras de conduta, normas sociais historicamente estabelecidas nos discursos. Algo próprio também, como estabelece Rocha e Deusdará (2022) no quinto princípio da heterotopia, os sistemas de fechamento e abertura que se intercruzam com a produção desse outro espaço. Afinal, como se portar e quais questões são suscitadas para sair e entrar naquele lugar? No excerto 7, José começa a traçar um pouco dessa perspectiva.

Excerto 7: “mas pode acontecer”

01	**José**	Também tem a taxa da iluminação pública e onde a
02		gente vê essa iluminação pública não tem, né?
03		Então é muito difícil, mas como a gente é
04		moradores, a gente conhece ali, tá tranquilo. O
05		complicado é naquela reta ali da Avenida São José,
06		São José, porque é extremamente escuro, é
07		extremamente escuro, então você passa por ali do
08		lado tem um Mato gigantesco ali, né? Onde ficam,
09		onde você pode ter qualquer coisa, você não sabe
10		porque está muito escuro e às vezes tem luz, mas
11		até a luz que tem é fraca, então quando tem luz a
12		luz é fraca, então tem um campo gigantesco ali tem
13		Mato que a pessoa pode fazer qualquer coisa e
14		fugir, se esconder, entendeu? Então eu me vejo
15		passando por ali muitas vezes de madrugada, porque
16		eu não às vezes acaba o evento não xxxxxx que é
17		onde eu trabalho. E eu saio, sei lá, 9 e pouca,
18		10 horas da noite. Ou às vezes tem que fazer alguma
19		coisa, Ah, saí 10 horas da noite, daqui 11 horas,
20		como é que fica? Mas eu estou acostumado. Por mim
21		eu vou sem medo, porque eu estou acostumado. Quase
22		nunca acontece. Comigo. Quase nunca acontece nada
23		com ninguém ali, mas pode acontecer, pode
24		acontecer. Já aconteceu alguns mais momentos, bem
25		bem precisos, assim, específicos, hoje em dia
26		quase nunca acontece, mas pode acontecer, né?
27		Então é extremamente complicado, né? Eu não sei
28		muito bem como é, é para as pessoas. Que moravam
29		ali antes e como mudou depois que é foi construída
30		ali? Mas pra gente que mora é sempre foi um lugar.
31		Visto com. Maus olhos é com muito preconceito, né?
32		E difícil de viver, de morar. Não por segurança,
33		segurança.. nunca teve nenhum problema. Como eu
34		disse, sempre foi um momento específico, como
35		qualquer outro bairro de Japeri e do estado do Rio
36		de Janeiro.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Dois pontos conduzem meu primeiro olhar para este trecho da narrativa de José: a iluminação pública e o mato, mostrando como índices de insegurança habitacional que promovem topofobias relacionadas ao medo e ao comprometimento do direito de ir e vir, indexicalizando o descaso das políticas públicas com a região. É importante ressaltar, aqui, o gênero de José, enquanto um homem cis gênero, visto que, para outros corpos, a sensação de risco poderia ser dinamizada em uma escala superior (Cardoso e Renó, 2019). Conforme matéria explicitada no G1, ao abordar um experimento realizado em Nova York, nos EUA,

pelo Bureau Nacional de Pesquisa Econômica em parceria com a polícia metropolitana,

> [o]s pesquisadores constataram que houve uma **redução de 36% nos crimes** ocorridos durante a noite em vias que receberam reforço na iluminação. Em valores absolutos, a criminalidade caiu 4% nos endereços analisados (Prefeitura [...], 2021, s/p).

Dessa forma, a escala de segurança é atravessada por subescalas que dizem respeito ao nível de iluminação e à limpeza das ruas – sem mato –, estabelecendo normas e regras tácitas para se habitar nesses cronotopos específicos do Conjunto São José. Quem ultrapassa essas normas corre perigo. Outro ponto significativo surge nas linhas 18-21: "Ou às vezes tem que fazer alguma coisa, Ah, saí 10 horas da noite, daqui 11 horas, como é que fica? Mas eu estou acostumado. Por mim eu vou sem medo, porque estou acostumado." Aqui, fica evidente que os atravessamentos entre medo e coragem se manifestam como resultado da ausência de alternativas viáveis. Nesse contexto, o cronotopo impõe a superação do medo como um modo de vida, onde o hábito de conviver com o perigo se torna uma necessidade para garantir o direito à vida, incluindo trabalho, estudo, lazer e vínculos sociais.

Tal produção discursiva, implicada em sua narrativa sobre esse lugar, promove uma intensa enterritorialização explícita em seu discurso – territorialização, enterritorialização e desterritorialização, visto que, apesar de estabelecer os perigos, as cercas e os obstáculos para sair e entrar do conjunto, ao mesmo tempo, José produz frases como "Quase nunca acontece nada com ninguém ali, mas pode acontecer, pode acontecer. Já aconteceu alguns mais momentos, bem, bem precisos, assim, específicos, hoje em dia quase nunca acontece, mas pode acontecer, né? Então é extremamente complicado, né? Eu não sei muito bem como é, é para as pessoas" (l. 22-28), que desgruda indexicalidades da violência ao seu lugar, para jogar em uma escala mais ampla geográfica (qualquer outro bairro de Japeri e do estado do Rio de Janeiro(l. 35-36)) . Se recuperamos a noção de metapragmática (Silverstein, 1979) que diz respeito a como estamos a todo momento produzindo reflexões sobre a linguagem, podemos apontar que José aciona "uma metapragmática reflexivamente calibrada, ou seja, uma tentativa de controle de interpretação de uma fala" (Pinto, 2019, p. 226), sendo

talvez, uma tentativa de superar o preconceito com o lugar, como ele expressa nas linhas 31, 32 e 33 "Mas pra gente que mora, é... sempre foi um lugar. Visto com... Maus olhos é com muito preconceito, né? E difícil de viver, de morar".

6.2 Termo Casinhas e a vergonha do lugar habitado

Uma das questões que me surgiram enquanto pesquisador, morador e vizinho do Conjunto São José foi o uso do termo "casinhas" na gramática cultural do nosso bairro. Em diversos momentos, presenciei diálogos e conversas em que esse termo era empregado de forma pejorativa, muitas vezes indexicalizando uma aporofobia (Cortina, 2020) – o preconceito e a versão a pessoas em situação de pobreza – e, em alguns casos, associando-se a uma topofobia que, embora semelhante, está mais diretamente relacionada a sentimentos negativos em relação ao lugar. Como pesquisador, foi essa mobilidade discursiva que despertou meus questionamentos e curiosidades, resultando neste tópico deste INcômodo de análise.

Um aspecto que me chamou a atenção nas narrativas dos moradores foi os símbolos de pobreza surgirem de forma menos direta, enquanto as indexicalidades ligadas à segurança do lugar são mais proeminentes. No entanto, essas escaladas se entrelaçam (pobreza e segurança), já que, na sociedade, a pobreza e a insegurança frequentemente se retroalimentam. Afinal, são os espaços sem a presença efetiva do Estado que muitas vezes se tornam terrenos férteis para a criminalidade. Por esse caminho surge o meu questionamento a seguir:

Excerto 8: a vergonha

33 **34** **35** **36** **37** **38**	**Lucas**	É, você falou da questão do preconceito, tem muitas vezes que é, eu moro Na, Na rua que dá acesso lá, né? E muitas vezes as pessoas ficam, "Ah, nossa, mas vocês moram lá nas casinhas?" E eu sempre brinco que que esse lá tem algumas questões, não é que que você acha dessa expressão lá nas casinhas?
39 **40** **41** **42** **43** **44** **45**	**José**	Cara, é uma coisa que é adotada até pelos próprios moradores, né? Porque falam tanto? Né? As pessoas falam tanto que até para os moradores falam moro lá nas casinhas. E eu sempre te costumo te falar que eu, "Ah, moro no, na, na Chacrinha", porque eu eu muito tempo, tipo assim, pra ver que essa questão de preconceito

46 47 48 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70		é tão grande que eu tinha muita vergonha de falar que eu morava lá, entendeu? Então, muitas vezes, né, até pouco tempo atrás, inclusive, nem tem tantos anos, eu falava, "Ah, moro no chacrinha". Em parte porque eu não gosto de dizer onde eu moro, por simplesmente não gostar de falar para as pessoas onde eu moro. "Você mora, onde?" "ah, eu moro na chacrinha", tipo, não precisa te contar onde eu moro, mas também por, por vergonha também. Algumas vezes já, dizia ali na rua, na rua A, a na rua não sei o quê. Eu não gostava de falar que eu morava nas casinhas, eu não- "É o condomínio São José", "condomínios da caixa", então é, é, é, mas acho que os próprios moradores assumem isso. EE, são todos os lugares. Tem o condomínio nas casinhas, nos prédinhos, né? Tem muito disso, tem muito. "Ah, nos predinhos". E aí eu. Que por fim? Nesse lugar, as pessoas sempre falar. Os próprios moradores assumem e é isso, moram nas casinhas. Você mora nas casinhas porque todo mundo se chama assim, né? Então. É uma questão complicada. Mas as para a primeira dessas normalizam, sim, é normal, tipo, todo mundo fala, entendeu?
71 72 73 74 75	**Lucas**	Hum. Eu eu acho que que é um pouco disso. Eu acho que quando ocorre, ao menos quando falam comigo, eles falam muito no sentido de tipo, nossa, lá. Esse lá é tipo é "lá tipo nossa, longe. Perigoso, é..."
76 77 78 79 80 81 82	**José**	Ah, sim. Ah, tá, eu pensei que, eu pensei que você já falou sobre o termo casinhas, mas ah, esse medo de quando a pessoa fala, esse "nossa lá". Então, cara, então não, não acontecia muito comigo, porque eu justamente não falava onde eu morava. Sempre falava, Ah, moro na Chacrinha para evitar, né?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Um dos termos que mais me chama a atenção é "vergonha" (l. 46). Nesse contexto, produz uma subjetividade que conecta o corpo ao lugar. Dizer que se mora nas "casinhas" projeta indexicalidades sobre o corpo, estratificando e hierarquizando a posição do indivíduo na sociedade. Ao analisarmos os espaços, notamos que o lugar simbólico se introjeta na construção de nosso ser, ocupando um papel essencial em nossas dinâmicas de vida.

Para ilustrar de maneira conectada à narrativa de José: durante uma conversa com uma parceira de teatro, enquanto trabalhávamos na criação de uma cena de improviso, discutimos como morar em Japeri ocupa esse lugar simbólico. Refletimos sobre o medo sentido ao conhecer alguém ou fazer novas amizades,

temendo a forma como seremos percebidos ao mencionarmos as enterritorialidades onde vivemos, por conta dos sentidos e significados que isso pode projetar, influenciando como somos hierarquizados nas relações sociais.

José articula uma experiência parecida em seu discurso: "Pra ver que essa questão de preconceito é tão grande que eu tinha muita vergonha de falar que eu morava lá, entendeu? Então, muitas vezes, né, até pouco tempo atrás, inclusive, nem tem tantos anos, eu conheço, 'Ah, moro na Chacrinha'" (l. 45-50). Esses cronotopos indexicalizam uma produção de subjetividades reguladora e limitadora sobre o que pode ou não ser dito. A revelação de onde se mora tem, portanto, o potencial de gerar efeitos performativos (Austin, 1975) nas relações sociais, simbolizando ao entrar no "Minha Casa", o quanto isso indexicaliza "Minha Vida" precária, o meu lugar na hierarquia social.

Excerto 9: Pisca alerta

80	**Lucas**	É?
81 **82** **83** **84** **85** **86** **87** **88** **89** **90** **91** **92** **93** **94** **95**	**José**	Hum, Hum. Porque não gostava de falar de uma. Nunca gosta de falar onde eu moro em todas. Que eu morei? E também pra, pra evitar também. Ah, entendeu? Tenho vergonha também, algo do tipo, mas geralmente isso é realmente assim. Pô, mora longe. Caramba lá dentro, né? Não é perigoso não. Aí, sei lá, alguém vai me dar uma carona. É com esse receio de pegar uma carona. E ficava com medo assim. É. "Ah, tem que ligar o pisca-alerta?", tipo assim, "Ah, pô, caramba, ele, ele é maluco, ele é, é ele é maluco", de tipo assim, comentar, "aí mora lá na nas casinha, pô, ele é maluco". Dessa hora ele vai a pé e não sei o quê, mas eu que moro, fica tranquilo. Pode acontecer, pode, mas dificilmente.
96	**Lucas**	Sério?
97 **98** **99** **100** **101** **102** **103** **104** **105** **106** **107** **108**	**José**	As pessoas que é de fora. Às vezes o próprio bairro, mais perigoso do que lá, mas eles acham que nossa, lá. E aí, Ah, fica "como, não pisca". Falei, não, cara, não precisa piscar não. "Vamos piscar" aí, por via das dúvidas, aí chega pé na minha casa, aí a pessoa não quer sair do carro. Às vezes fala então de brincadeira. Mas sabe que a gente precisa? Ah, não, não, não quero sair, não. Tipo assim, com com medo, porque a rua é escura ou algo do tipo. É uma coisa que a gente entende porque, pô. Lugar escuro, você entra a rota da escura, você chega lá, a iluminação que

109		tem é pouca, então você entende as pessoas. Ficar
110		com receio, porque é um lugar que eu não conheço,
111		mas tem muito lugar do preconceito de pessoas.
112		Escutar muito, não saber como é, mas já ter suas
113		próprias conclusões, tirar suas conclusões de
114		que é um lugar perigoso, um lugar ruim.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Seguindo sua narrativa, outro ponto interessante de análise é como o lugar, ao ser percebido como um índice (Silverstein, 2003) perigo, influencia não apenas a conduta de quem mora ali, mas também a construção de vínculos sociais. É como uma "corona" que, em sua história, não se configura apenas como uma escala de "favor" ou "gentileza", mas como um agente de risco para aqueles que se relacionam com você ao visitar o lugar onde mora. Isso gera ganchos afetivos de medo que impactam a produção de sociabilidade, criando uma topofobia que permeia o espaço e as relações sociais associadas a ele e, então, a construção de afetos como o da "vergonha". Assim, como discute Paulo Freire (2001, p. 49), "há uma pedagogia indiscutível na materialidade do espaço", isto é, uma produção de letramento social que diz como você deve agir, falar, se portar, seja para José (vergonha de falar onde mora), seja para aqueles de fora (estou em perigo? "Ah, tem que ligar o pisca-alerta?") (l. 89-90).

6.3 Da casa própria à casa vendida

A partir deste tópico voltamos às histórias de Luiz. Aqui, ele produz uma narrativa sobre a venda da casa adquirida pelo programa e como foi esse processo, que apesar de não ocupar mais aquele lugar, acompanhou o processo e as dificuldades vivenciadas por sua mãe e irmã.

Excerto 10: a venda

145	*Lucas*	Hoje, é, e hoje a sua mãe não está mais lá, né?
146	*Luiz*	É hoje minha mãe não está mais lá, porque
147		inclusive nesse tempo, nesse tempo não, foi mais
148		ou menos. Já, No, No ano de 2020, não é... no
149		meio da final de 2019 para início de 2020, ali.
150		Minha irmã, muito nova, com 14 anos, né? Se
151		envolveu com um cara que era traficante e ela
152		não sabia, porque ele disse para ela que era
153		solteiro, né? Sendo que ele era casado e também
154		não disse para ela que era traficante, que era

155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 189 190 191 192		bandido e nem nada. E aí a mulher desse cara descobriu, né? Que minha irmã estava com ele. Foram até a casa da minha mãe, né? Aquela política que a gente já conhece do tráfico, né, de pegar e de levar pro morro, de querer matar, de querer raspar a cabeça e tudo mais. E aí minha mãe, minha mãe teve que tirar a minha irmã às pressas de lá e se mudar também. Então minha mãe teve que se mudar na base da força, deixou a casa dela, né? E aí? Saiu de lá, nunca mais pude voltar, no lugar porque as pessoas continuaram lá, né? e deram ordem mesmo Pra Ela sair, porque senão eles não iam deixar ela em paz, né? E aí você meio que se veio isolado também, porque a questão do tráfico ainda tá um pouco ali, latente, né? E aí minha mãe foi muito receio de acontecer alguma coisa tanto com ela quanto com a minha irmã, né? Eu já não estava mais morando lá nesse tempo, né? Eu vim saber depois da situação é. Minha mãe saiu. Casa, né? E começou alugando a casa e tal, né? Mas sofreu muito também com essa questão, né, porque ela, ela teve que sair de um de um imóvel próprio pra ir morar de aluguel. Aí Pra Ela já foi uma questão, né, porque o dinheiro que ela recebia, por exemplo, que ela recebe, né, do, do, do auxílio do governo que ela recebe, que por exemplo, pra pra despesa da casa, agora eu tenho que ir para o aluguel da casa que ela está morando. Né? Então foi. Mudança assim, muito difícil para ela. Senti. Foi uma mudança muito difícil ela ter que abrir mão do conforto dela. Por conta de uma delinquência da minha irmã também, né?
193 194	*Lucas*	[mas também do próprio estado, né, que não entrou ali junto, né?[18]]
195 196	*Luiz*	[Que não entrou] É exatamente. É a política do abandono, né? Basicamente.
197 198	*Lucas*	EE, como foi e como foi, assim, pra sua mãe? Como ela se sente tendo que ter abandonado?
199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210	*Luiz*	Eu acho que hoje eu vou estar um pouco mais tranquila, porque ela eu nem sei se isso podia ser feito, né? Mas ela vendeu a casa dela para outra pessoa. Não sei se ela já tinha terminado de pagar ou algo assim, né? Porque tinha um tempo que assim casa própria, né? Mas que tinha um financiamento ali, mas era uma taxa de, acho que 26 ou 30 reais todo mês que a pessoa ia pagando durante alguns anos, né? Até quitar o financiamento. Então ela vendeu a casa dela lá. Um valor preço banana, vendeu a casa dela, é... Acho que foi no final do ano passado, se não me

[18] Importante destacar que ao falar sobre o Estado, nesta pergunta, é importante pensar que ele atua diretamente nesses espaços, não sendo uma ausência ou abandono, mas a forma como age em lugares precarizados, ao não produzir políticas públicas que promovam outras formas de sociabilidade.

211		engano, né? Então assim é. Foi um acordo que a
212		gente fez que ela, ela me perguntou, Luiz, o que
213		que eu faço na casa vendo ou continuo alugando?
214		Eu falei para ela, vende, vende, por quê? Você
215		vai continuar alugando a sua casa? E cada vez
216		que ela IA lá, que às vezes, né, eventualmente
217		ela IA lá para ver como estava a estrutura, mas
218		IA sozinha e a casa estava sempre faltando um
219		pedaço. Tinham quebrado a torneira, tinham
220		quebrado a descarga, tinham quebrado a maçaneta
221		da porta. Então ela estava tendo muito mais
222		despesa, né? Alugando a casa dela, que as pessoas
223		que iam morar não tinham cuidado e criança
224		rabiscava a parente toda da casa, né? Então ela
225		estava tendo muito mais despesa do que o lucro.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Apesar da riqueza desta narrativa e das possibilidades de análise, em função do tempo de pesquisa vou ressaltar alguns pontos:

- O tipo de morador e as implicâncias na produção de relações afetivas: "Se envolveu com um cara que era traficante e ela não sabia" (l. 151-152);
- As práticas da violência, da ameaça, do castigo: "Aquela política que a gente já conhece do tráfico, né, de pegar e de levar pro morro, de querer matar, de querer raspar a cabeça e tudo mais. E aí minha mãe, minha mãe teve que tirar a minha irmã às pressas de lá e se mudar também" (L. 158-162);
- A alegria de ter o teto e o sofrimento do teto ser em um lugar ruim, provocando, assim, um percurso de casa-cedida-casa-própria-casa-alugada: "Minha mãe saiu. Casa, né? E começou alugando a casa e tal, né? Mas sofreu muito também com essa questão, né, porque ela, ela teve que sair de um de um imóvel próprio pra ir morar de aluguel" (l. 174-178);
- Venda da casa: "Então ela vendeu a casa dela lá. Um valor preço banana, vendeu a casa dela, é... Acho que foi no final do ano passado, se não me engano, né?" (l. 208-211).

Tais pontos foram ressaltados a fim de manter a estrutura da narrativa completa, mas ao mesmo tempo destacar os pontos de análise e interesse desta seção. Os pontos destacados produzem uma construção afetiva que se relaciona com a assumpção de Milton Santos (1979), isto é, são as pessoas que constroem e fazem os lugares. Assim, o que faz o conjunto habitacional São José ser indexicalizado como zona de perigo à mãe de Luiz não se trata do espaço dado como "físico", mas sim da presença da criminalidade, isto é, dos tipos de moradores, acionado pela escala (Carr e Lampert, 2016) discursiva "traficante". É importante, destacar que, assim, as normas sociais e as leis não indexicalizam, no discurso de Luiz, um nível "jurídico" ou "legislativo" do Estado, mas de leis e de suas aplicações pelos agentes locais, a partir das práticas sociais e as formas como o Estado age nesses locais.

Se levarmos em consideração tais questões, percebemos que as escalas afetivas do medo, da tristeza que dimensionam a topofobia do espaço construídos pela mãe de Luiz, se dimensionam em uma escala mais ampla. Tais sentidos se misturam, escrevendo no lugar, naquele espaço, heterotopias de uma "política do abandono" (l. 196). No entanto, é importante argumentar que não se trata propriamente de uma política de abandono, mas de uma ação do Estado nas margens, que, embora possa parecer negligente, é orientada por práticas de gestão e regulação específicas. O Estado, ao agir nessas áreas periféricas, não abandona, mas estabelece uma relação desigual entre o centro e a periferia, priorizando determinadas demandas enquanto mantém outras em segundo plano. Ao fazer isso, cria-se uma realidade na qual a marginalização é estruturada por meio de políticas públicas que, mesmo não sendo explicitamente excludentes, não são capazes de transformar de maneira substancial as condições de vida nessas regiões. Assim, o Estado, nas suas margens, reforça dinâmicas de poder que perpetuam desigualdades e mantém os corpos nessas áreas em condições de vulnerabilidade.

Dessa forma, se antes, como vimos no primeiro INcômodo de análise, a "casa própria" indexicalizava segurança de moradia, agora, neste trecho ela se transforma em índice de "insegurança", produzindo um arco narrativo da topofilia à topofobia de sua experiência com o programa Minha Casa, Minha Vida[19].

[19] No anexo I deixo mais um trecho da entrevista, que por motivos de tempo de pesquisa não foi possível produzir uma análise.

6.4 A casa comprada

Para terminar este capítulo, trago um trecho da entrevista com **Nilce** no qual vejo como um movimento interessante trazer a sua narrativa, visto que, ao contrário do exposto por Luiz, Nilce chega no Conjunto São José depois, comprando uma casa e não sendo beneficiária direta do programa.

Excerto 11: a casa vendida, a casa comprada

01	Lucas	E quando que você veio para cá, para as casinhas?
02 03	Nilma	ih, rapaz. Não sei, mas. Já tem uns 7 anos, 7 anos eu moro aqui, 7 anos.
04 05	Lucas	E você veio com assim que que inaugurou, né não? Veio do porquinho depois?
06 07	Nilma	Olha, tem 7 anos, isso aqui tem 10 anos que inaugurou.
08 09 10 11	Lucas	Nossa, já tem 10 anos já. Nossa nem lembrava que já tinha isso tudo. E como é que foi o processo? Onde, onde... você morava antes? Era casa própria, era alugada...
12 13	Nilce	Casa própria... lá na cancela
14 15	Lucas	[E aí você decidiu vir para cá, por quê?]
16 17 18	Nilce	Porque lá não tinha água. E eu não tinha dinheiro para furar poços, não é? Aí eu vendi lá e vim para cá.
19 20	Lucas	E como é que foi o processo para vim para cá?
21 22	Nilce	Como assim... como eu comprei isso daqui? outra pessoa, né? Claro.
23 24	Lucas	[Uhum]
25 26	Nilce	AI vim me embora, meu filho... Fazer o quê? Tive que vir me embora...
27 28 29 30	Lucas	E aí, você veio para cá? Aí. Foi tranquilo, vim para cá. Como é que é morar aqui? Como é que são as coisas acessibilidades você vir para cá? Você sair daqui para ir para os lugares, é.
31 32 33 34 35 36 37		Ai, é muito ruim? Sair daqui é muito ruim porque é longe, não tem ônibus. Não tem nada aqui. Que nem você mesmo deve saber e eu não eu não tenho nada que falar daqui não, rapaz, de morar não, porque ninguém me perturba, ninguém nunca veio aqui na minha capa fazer nada de errado. Então eu vivo aqui, eu e Deus na paz.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Nesse trecho, a narrativa de Nilce condensa sua trajetória de enterritorialização para o Conjunto São José. Dois movimentos discursivos tornam-

se perceptíveis: um expresso em "Ai, é muito ruim" (linha 31), que aponta para insatisfações, enquanto outro emerge em "Então eu vivo aqui, eu e Deus na paz" (linha 37), citação uma topofilia que parece operar sob uma escala discursiva de "conformidade". Um aspecto interessante a ser observado é a idade de Nilce, 63 anos, que pode influenciar e mobilizar tais afetos.

Outro ponto relevante é o acesso à água em sua antiga residência. Esse fator hierarquiza a percepção dos espaços, fazendo com que, apesar dos problemas de acessibilidade, o Conjunto São José ocupe uma posição mais elevada em comparação à sua casa anterior, devido à ausência desse problema específico no novo espaço. Assim, ao mesmo tempo em que a violência retira pessoas daquele espaço, a água mobiliza este fluxo de pessoas que chegam ao conjunto. Desse modo, são espaços-tempos afetivos do passado que ocupam o presente: estabelecendo o direito à água como um valor superior ao de localidade.

Seguindo a narrativa, em um momento eu pergunto sobre se já aconteceu algo, alguma história, situação:

Excerto 12: eu ia fazer o quê?

38 39	Lucas	Já falaram algo...Ou aconteceu alguma situação com você?
40 41 42	Nilce	Comigo só um pulinho que os garotos deram aqui dentro? Mas foi a polícia correndo atrás dos garotos.
43 44	Lucas	[o quê?]
45 46 47 48 49 50 51 52	Nilce	Os garotos pularam aqui dentro, entendeu? Mas não me fizeram nada. Só falou assim, "tia, a gente está se escondendo da polícia". Aí eu falei, "tudo bem" que eu ia fazer? os meninos, é... fiquei quietinha, né? Aí passaram aqui pra lá e foram embora. Só isso que eu passei aqui, garoto, mais nada. Então, eu moro aqui 7 anos já, graças a Deus, né?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como já tinha perguntado sobre a questão da violência antes, apesar de não ter feito essa pergunta em específico, sua resposta caminhou por esse ponto contanto a história de uma invasão de sua casa em uma operação policial. Apesar de ter sua casa invadida, algo que poderia indexicalizar movimentos afetivos de repulsa, medo, Nilce estabelece novamente uma escala discursiva de conformidade

com a situação “Aí eu falei, “tudo bem” que eu ia fazer?” (l. 47-48). Assim, ela produz uma escala de significados que minimiza os efeitos performativos de tal situação pela sua falta de regularidade durante os 7 anos de vivência naquele espaço: “Só isso que eu passei aqui, garoto, mais nada” (l. 50-51).

6.5 Encaminhamentos

Neste **INcômodo** percebemos como a produção discursiva de **Luiz**, **José** e **Nilce** indexicalizam modos e subjetividades que entrelaçam seus corpos aos seus modos de agir socialmente, implicando na construção não somente do conjunto São José, mas também dos seus lugares na sociedade. Assim, vimos implicações afetivas que apontam uma “**coragem**” ancorada em uma necessidade de poder ter lazer, trabalho e estudo, mas ao mesmo tempo produzem medo e insegurança. Em contrapartida, vemos Nilce que relata uma invasão em sua casa, destacando uma conformidade e impotência frente a determinada situação como modo de **sobrevivência**.

7 ESCALAS DA COLETIVIDADE E DA RESISTÊNCIA

Neste **INcômodo**, trago uma parte da entrevista realizada com José, focando os processos de coletividade e resistência dos moradores do conjunto habitacional aqui entrevistado. Ao analisar as entrevistas, imediatamente me chamou a atenção a produção de resistência nesse espaço. Como vimos, múltiplas questões apontam para a produção de vulnerabilidades que configuram discursivamente os corpos e os espaços que ali habitam – sociais, físicos e simbólicos.

Butler (2016), ao abordar a violência e a quebra de direitos em *Vulnerability in Resistance*, nos convida a compensar a vulnerabilidade e a resistência como partes de um imbricamento mútuo. Segundo sua perspectiva, é por meio dos processos de subalternização da vida que emergem os processos de resistência. Afinal, como estabelece Foucault (2009, p. 105), "onde há poder, há resistência". Nesse sentido, o argumento central de Butler é que não podemos descartar a agentividade, ou seja, a capacidade de ação dos indivíduos diante das dificuldades produzidas no tecido social. Fazer isso implicaria conceber a vida como um efeito de uma estrutura fixa, sem possibilidade de mudança – uma ideia que Deleuze e Guattari (1972/2010) contestaram ao destacarem que em toda "estrutura" existe "linhas de fuga" que permitem a transformação e a criação.

Quando olhamos para o Condomínio São José, por exemplo, entendemos que ele faz parte de uma dinâmica de produz vulnerabilidade, mas ao mesmo tempo não deixamos de ver também a produção de resistência, como no caso de José, que mesmo morando naquele espaço, mobiliza agências em vida cotidiana com o intuito de não ser aprisionado por aquele espaço, produzindo cultura, arte em uma cidade onde as possibilidades são pequenas. Nessa perspectiva, os moradores criam modos de **sobrevivência**.

É nesse caminho que Lopes *et al.* (2019, p. 20) traçam a sobrevivência como "um conjunto de táticas e estratégias que envolvem apenas em parte à noção corrente de resistência". Essa definição amplia a compreensão de como os sujeitos que vivem à margem das estruturas de poder e da ordem exigida constroem formas de viver e de manter sua existência, mesmo em contextos adversos. A sobrevivência, nesse sentido, não se limita a uma resistência direta e explícita, mas envolve um leque de práticas cotidianas que, muitas vezes, não são reconhecidas como resistência no sentido tradicional, mas são igualmente potentes. São táticas

de adaptação, negociação e reconfiguração das condições de vida, que possibilitam aos indivíduos, comunidades e grupos periféricos contornar as estruturas de opressão e garantir a continuidade de suas vidas e suas culturas. Assim, a sobrevivência se apresenta como uma forma de ação que é tanto estratégica quanto pragmática, composta por pequenos atos de resistência que não visam, necessariamente, uma mudança imediata nas estruturas de poder, mas busca, antes, a manutenção e a afirmação da vida nas margens da sociedade. Dessa forma, em alinhamento à Derrida, sobrevivência é entendida como a "suspensão da vida e da morte [...] [e como] um sursis — a suspensão condicional de uma pena." (Derrida [1979], 2004 *apud* Lopes *et al.* 2019, p. 20).

Nesse sentido, a partir das proposições de Butler (2016), podemos entender que todo espaço-tempo de vulnerabilidade também evoca um tempo-espaço de resistência. Assim, somos convocados a pensar sobre a multiplicidade tempo-espacial e as suas diferentes formas de produzir afetação, que não só constrói vítimas, mas seres potentes e donos de suas próprias histórias, isto é, agentes de transformação social. Neste modo, são diversas heterotopias-heterocronias que se misturam no fazer discursivo.

7.1 Manutenção e capital político

Nas primeiras linhas da narrativa de José (Excerto 13), observa-se o retomar de um cronotopo que valoriza positivamente determinado tempo-espaço, enquadrando-o sob a escala de "ótimo". Esse cronotopo, instaurado na narrativa, é atravessado por outras escalas que produzem novas ordens de valoração, indexicalizadas pelo uso do diminutivo: "comecinho" e "manutençãozinha". Tais usos criam uma escalaridade temporal que fragmenta a ideia de começo, reduzindo-a a um intervalo ainda menor do que o esperado por um interlocutor. Simultaneamente, minimizam as intervenções realizadas naquele espaço, apresentando-as como algo básico e limitado. Esses sentidos atravessam o cronotopo do "início" e o conectam ao cronotopo da "eleição".

Excerto 13: manutençãozinha

113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125	José	Cara, foi bem. A inauguração foi ótima. A gente falou, ai, minha mãe foi lá antes, teve a inauguração antes teve o evento. Então a gente morou lá, foi bem no comecinho, foi bem no começo mesmo, em 2014. E acho que no comecinho tinha até algumas manutençõezinha, mas depois de um tempo zero, nada mais. E aí em pontos específicos em. Em Momentos específicos. Tinha alguma coisa de capinar. Pintar calçada, mas grande parte das vezes era. Você vê vereador querendo voto, né? Talvez prefeitura, algumas vezes mais, bem poucas vezes. Muitas vezes. Época de eleição.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Essas construções discursivas apontam para práticas políticas que articulam os espaços públicos como plataformas de agenciamento político, com potencial para angariar votos e mobilizar a adesão de um eleitorado a um determinado candidato "Muitas vezes. Época de eleição" (l. 125). Em uma conversa informal com um parceiro de pesquisa e agente atuante naquele espaço, foi informado que o conjunto habitacional abriga entre 2.000 e 2.500 pessoas, das quais cerca de 1.000 a 1.500 são eleitores.

Considerando dados do TSE, Japeri possui 73 mil eleitores aptos a votar[20]. Nas últimas eleições municipais, o candidato mais votado angariou 1.541 votos, enquanto o menos votado obteve 541. Ainda assim, o espaço em questão é frequentemente relegado, apesar de possuir um capital político relevante, especialmente no contexto das disputas eleitorais locais. Isto é, ao mesmo passo que é hierarquizado na última camada social, sendo abandonada; em época de eleição há um movimento de enterritorialidade que reescala o conjunto em um outro nível, em uma outra ordem de indexicalidade (Blommaert, 2010).

7.2 O cuidado com o lugar ou necessidade?

Ao pesquisar batalhas de rap femininas (Santiago, 2022), percebeu o poder da coletividade em espaços que, apesar de promoverem vulnerabilidades, também subvertem as noções neoliberais de individualidade. Essas práticas desestabilizam,

[20] Ver dados completos em: https://www.tre-rj.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado-tre-rj/arquivos-estatisticas-do-eleitorado/2021/eleitorado-por-zona-eleitoral-09-12-2021. Acesso em 22/11/2024.

sobretudo nas periferias, a ideia de uma "gestão de si" narcísica, típica do neoliberalismo, ao redirecionar o foco para as demandas coletivas, que, paradoxalmente, também fortalecem as individualidades. Assim, retomando Paulo Freire, explico que,

> a libertação só é possível em união. Assim, é importante estabelecermos políticas de aliança como forma de operacionalizarmos uma luta generalizada sobre as diversas formas de opressão. Dessa forma, assim como Butler (2018) observou nas políticas de assembleias públicas, as lutas coletivas acionam efeitos performativos sob uma pseudo racionalidade do neoliberalismo que vem promovendo precarização de vidas e lógicas morais individualizadas de bases meritocráticas (Santiago, 2022, p. 38).

Se no tópico 2.3, do **INcômodo 2**, *O que é política pública? Entre o governo, a governamentalidade e a ideia de cuidado*, abordo a construção do poder estatal como um poder pastoral que imprime a ideia de cuidado, percebemos, a partir do excerto 13, um movimento popular que ressignifica essa dinâmica. Esse movimento reescalona o morador de um papel passivo, aquele que "recebe", para um papel ativo, aquele que "cuida". Em contrapartida, o Estado é deslocado do seu lugar de agente do cuidado para o de agente do "abandono", embora como já alertamos, não se trata exatamente de um abandono, mas da forma como ele se faz presente nas margens.

Nesse contexto, observamos a construção de uma coletividade que mobiliza tempos-espaços de resistência em meio à vulnerabilidade gerada pela política de vulnerabilização desses corpos.

Excerto 14: o extraordinário *versus* o cotidiano

126	José	Então começou aqui a própria população que faz
127		as manutenções, que eram extremamente
128		necessárias, então tinha um morador que limpava
129		bueiro porque constantemente bueiros da
130		ambiente. Do ambiente primeiro. Ficavam
131		entupidos e não tinha nada para fazer essa
132		manutenção. De vez em quando, um momento
133		específicozinho lá um carro da Cedae ou algo
134		do tipo, mas bem raro, então, vinha um morador
135		com um vergalhão. Ele, sozinho, pedia dinheiro
136		para os moradores para poder fazer essa essa
137		limpeza de bueiros. Era horrível porque eles
138		transbordavam e ficava algo nojento, então
139		tinha que ir lá o morador fazer. Então é isso.
140		E os moradores capinavam calçados, porque

141		sempre acontece de quando tem uma obra e não
142		tem manutenção, de crescer muito Mato. Então
143		os moradores, geralmente em frente as suas
144		casas, capinavam até hoje. Assim capinam então.
145		Então sempre foi disto dos moradores terem que
146		fazer sua manutenção no lugar, porque não tinha
147		uma manutenção recorrente. É regularmente ali
148		naquele ambiente, não tinha nenhum apoio. Então
149		hoje em dia a situação está bem complicada
150		porque tem mata para todo lado. Quer dizer,
151		recentemente não, porque foi uma equipe lá que
152		eu não entendi bem qual era e fez uma limpeza
153		geral no lugar todo e está bem capinadinho, mas
154		até um tempinho atrás, antes das obras da
155		própria pavimentação ali na avenida São José.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Nesse sentido, a temporalidade relacionada ao "cuidado" com o espaço é dinamizada sob duas dimensões: a do ordinário e a do extraordinário. Essas dimensões atribuem diferentes temporalidades que se sobrepõem nas disputas espaço-temporais. O morador atua como um agente ordinário, responsável pela manutenção cotidiana do conjunto, enquanto o Estado aparece como um agente extraordinário, cuja presença gera estranhamento. Paradoxalmente, o Estado, que deveria estar constantemente presente, ao intervir nesse espaço, é percebido como um elemento alheio, algo evidente no trecho: "não entendi bem qual era" (l. 152).

Um aspecto importante a ser destacado é que essa produção não se limita a um afeto de pertencimento ao espaço, mas envolve também uma necessidade prática e urgente. José ilustra bem essa questão ao relatar sobre a limpeza dos bueiros: "*então, vinha um morador com um vergalhão.* Ele, sozinho, pedia dinheiro aos moradores para poder fazer essa limpeza de bueiros. Era horrível porque eles transbordavam e algo nojento, então tinha que ir lá o morador fazer" (l. 134-139).

O uso do termo "tinha" evidencia a imposição dessa ação, deixando claro que não se tratava de uma escolha, mas de uma escala da necessidade. O saneamento básico, afinal, é uma questão de saúde pública. Ignorar esse problema ou depender exclusivamente da atuação do Estado poderia expor os moradores a riscos significativos, aprofundando seu estado de vulnerabilidade. Como bem explicam Teixeira *et al.* (2018, p. 851): "conviver diariamente com o esgoto a céu

aberto significa estar vulnerável a mais variados tipos de infecção constantemente, especialmente nas faixas etárias imunofragilizadas".

7.3 O espaço enquanto lugar de sociabilidade

Uma das escalas invocadas neste trabalho de forma mais ampla sobre a cidade onde reside é de "cidade dormitório", como já foi exemplificado no **INcômodo** 5. Apesar do termo, gostaria, enquanto pesquisador, de trazer outra escala aqui, a da **"cidade acordada",** afinal apesar de um fluxo de pessoas que diariamente saem de suas casas para ocupar postos de trabalho e estudo na capital, elas também vivenciam aquele espaço. Assim, espaços como de sociabilidade, são imprescindíveis, pois é necessário ter direito à cidade e ao lazer. Rolnik (2000), por exemplo, destaca a necessidade de humanização dos espaços públicos, acionando uma posição mais caleidoscópica da arquitetura vigente, que dispensa as cores, as praças e os lugares de convívio, isto é, os espaços humanizantes e próprios da coletividade. Tendo isto como objeto de reflexão, analiso os dados a seguir:

Excerto 15: os próprios moradores faziam lá e faziam os bancos

156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177	José	Não tinha muito disso, então era Mato em todas as calçadas, Mato absurdo, o Mato cobrindo as calçadas tem lugar que as pessoas nem passam mais. Tinha um lugar há pouco tempo, pessoas nem passavam mais porque não tinha mais calçada, entendeu? Tinha um lugar que alagava ali, acho que não dava pra passar quando chovia, porque alagava a calçada, o Mato cobriu a calçada toda, então a manutenção de praças, por exemplo, tinha o próprio morador que ia lá e faziam bancos, criavam bancos de cimento como móveis e colocavam no lugar dos bancos, que quebravam, porque ah, a criança IA brincar, alguém passava. IA passar ali. Prender alguma coisa ali, passava, sei lá, e quebrava aí sempre quebrava. Quase nada é original. Chegou ali chega muito também tinha uns uns mais de gangorra, tinha alguns brinquedos que sumiram, não existe mais, né? Muitas vezes acho que os próprios moradores tiravam para poder passar. Então hoje em dia não existe quase nenhuma. E foi isso.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

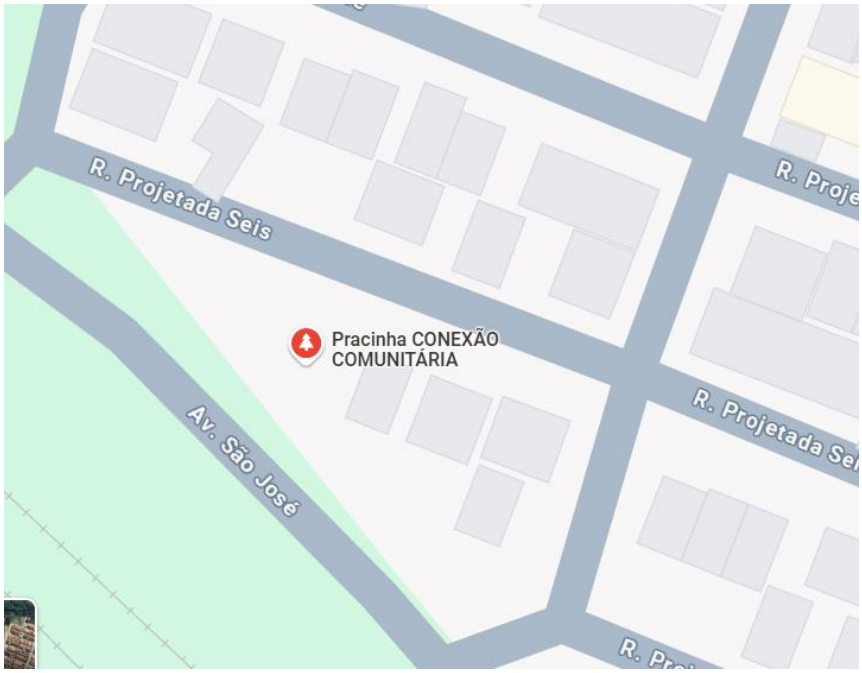
Ao analisarmos o excerto 15, é possível dividi-lo em duas partes: a primeira voltada para questões relacionadas à rua e ao mato, e a segunda mais focada no lazer. Algumas questões são levantadas, como a construção de materiais, por exemplo, bancos, que, nesse caso, não pertencem a uma dimensão "privada", mas sim a uma escala coletiva. Na narrativa, observa-se um agrupamento de cronotopos que sugere certas conjecturas sobre heterotopias – "outros espaços-tempos" – que podem ter contribuído para o fato desses bens terem sido quebrados ou desaparecidos.

7.4 Uma nota etnográfica: a construção de uma praça e o direito de sonhar

Ao revisitar a entrevista de José, especialmente o trecho incluído no último tópico e o que apresento aqui, decidi pesquisar sobre a praça do Conjunto São José e descobrir que ela se chama "Pracinha Conexão Comunitária". Essa praça é fruto do projeto social "Conexão Comunitária", criada por Quiel Nasci[21], morador desse espaço. Assim, embora a praça possa parecer vinculada a um agente do poder público, trata-se, na verdade, de uma iniciativa da sociedade civil.

[21] As fotos e os dados sobre Quiel Nasci são públicos e, portanto, não se enquadram nas restrições condicionais pelo conselho de ética em pesquisa. Ainda assim, para se tratar de uma questão ética, entrei em contato com Quiel para informá-lo sobre a pesquisa, explicar o uso dos dados e solicitar sua autorização, que foi devidamente concedida.

Figura 24 – Pracinha comunitária

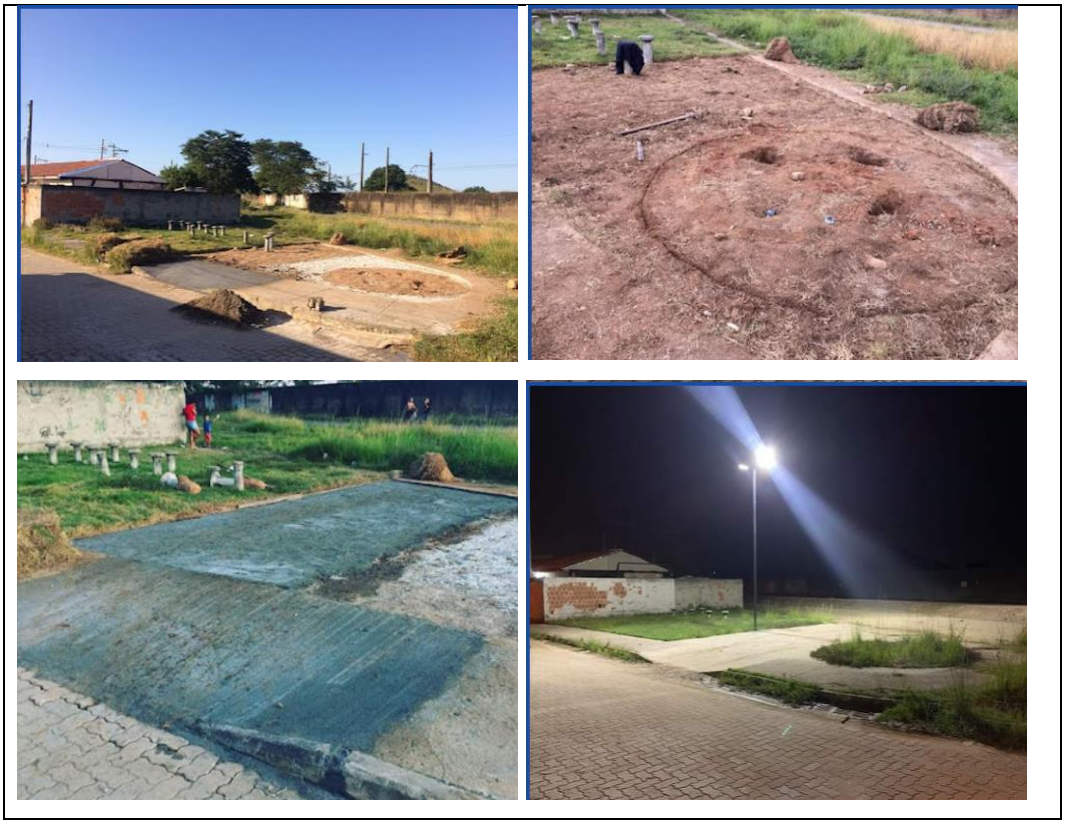


Fonte: Google *Maps*.

Em suas redes sociais, ao falar sobre a praça que construiu, Quiel destaca na legenda: "a pracinha mais próxima está a 6 km de distância[22]". Essa afirmação ressalta a distância espaço-temporal dos espaços de lazer disponíveis para o Conjunto São José antes da construção da Pracinha Conexão Comunitária. Dessa forma, o espaço projetado originalmente pelo programa habitacional não contemplava a criação de um ambiente verdadeiramente "humanizado", como apontado por Rolnik (2000). O MCMV não considerou a importância de um espaço para o *fazer social*, priorizando apenas a entrega de um teto – uma dinâmica que visava exclusivamente suprir o chamado *déficit* habitacional (Morado, 2016). No entanto, os moradores ao adentrar esses espaços subvertem essa lógica ao instaurar tempos-espaços de resistência, promovendo o convívio comunitário e ressignificando o território com dinâmicas que colocam a criatividade em jogo ao criarem praças e lugares de convívio sobre suas próprias ordens.

[22] Ver publicação completa de Quiel em: https://www.instagram.com/reel/DCVFtMARaXP/?igsh=YWR5M3ZmZ3ZvYTY2. Acesso em: 22 nov. 2024.

Quadro 4 – Imagens da construção da praça



Fonte: Google *Maps.*

Retornando aos dados narrativos, observamos, por exemplo, José mencionando a criação de espaços que evocam o simbolismo do Natal – dados que celebram o nascimento de Cristo. Ele destaca, nesse contexto, um trabalho realizado por Quiel, embora não o cite diretamente:

Excerto 15: árvore de Natal

186 187 188 189 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213	José	E mas, mas no geral mesmo, por exemplo, tem praça que foi o próprio morador que meio que reformou, né, deixou o gramadinho, colocou um tem um poste de luz numa praça, por exemplo, assim que você entra ali na nos condomínios, que foi o morador que colocou. Não sei de onde ele tirou um poste de luz, mas foi o próprio morador que colocou um poste de luz ali gigante, árvore de Natal, inclusive, não tem nenhuma decoração aí da prefeitura, tem uma árvore, tinha pelo menos pouco tempo atrás. Uma árvorezinha assim de Natal que eles colocavam, então a gente foram os moradores que iam tentando deixar o melhor possível ali, num ambiente mais agradável. Mas nunca tive um apoio fixo da prefeitura ou de órgãos públicos. Não teve nunca.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Um movimento aqui, interessante é a produção narrativa de outras heterotopias possíveis quando José cita o projeto da árvore de natal de Quiel. Em uma pesquisa rápida encontrei o artigo *O menino e a árvore no lixão, o cartão natalino do Brasil dilacerado pela fome*, escrito por Joana Oliveira e publicado em 2021, no site *El País*. Seu texto conta a história de um menino que acha em uma sacola no lixão uma árvore de Natal e se vê tomado por uma alegria. Em seu artigo, ela observa: "no Brasil da miséria, a dignidade do menino preto e pobre que, sem sequer ter consciência disso, reivindica seu direito de sonhar com o Natal" (Oliveira, 2021, s/p).

Assim como, o menino destacado no artigo, Quiel constrói o direito de sonhar com o Natal para os moradores do conjunto São José. Nas palavras de José: "os moradores que iam tentando deixar o melhor possível ali, num ambiente mais agradável" (l. 209-211), colocando no espaço simbólico, a possibilidade de sonho com outros espaços, isto é, outras heterotopias que tornem o lugar mais possível e digno de se viver.

Quadro 5 – Árvore de Natal da praça Conexão Comunitária

Fonte: Dados públicos, disponíveis no portifólio do Quiel, no WhatsApp.

7.5 Encaminhamentos

Neste INcômodo vimos a transformação do ambiente como forma de resistência, criatividade e sobrevivência que superam os cronotopos de vulnerabilidade instaurados pela falta de políticas públicas neste espaço. Vimos a escala da necessidade e do direito a sonhar com elementos simbólicos disponíveis na sociedade, como o Natal.

Além disso, observo que o cuidado com o espaço público é reescalonado, nas dinâmicas sociais, para agentes como os próprios moradores. É nesse processo que eles constroem suas necessidades ao transformarem o espaço, instaurando o

conjunto habitacional não apenas como um local de moradia, mas também como um espaço de sociabilidade. Parafraseando a música dos Titãs (Comida, 1987), os moradores demonstram que:

> *A gente não quer só casa*
> *A gente quer casa, diversão e arte*
> *A gente não quer só casa*
> *A gente quer saída para qualquer parte*
> *A gente não quer só casa*
> *A gente quer bebida, diversão, balé*
> *A gente não quer só casa*
> *A gente quer a vida como a vida quer*
>
> (Adaptação da Música da banda Titãs intitulada – Comida)

8 Espaços-tempos da esperança de um bairro

Neste último **INcômodo** analítico da pesquisa, apresento dados relacionados à percepção de pessoas que residem no bairro Chacrinha, mas não necessariamente no conjunto São José. Isso porque os significados construídos em suas narrativas podem atravessar outras ordens de indexicalidade. Considerando que o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) gera impactos não apenas sobre seus beneficiários diretos, acredito que essa perspectiva é essencial para compreendermos os debates discursivos em torno do programa.

Nesse sentido, busquei entrelaçar, neste **INcômodo**, não apenas os dados das entrevistas com Marcelo e Denise, mas também informações extraídas de notícias sobre outros empreendimentos do MCMV. Tal abordagem busca, como Bohn sugere, "procurar o universal na expressão e nos sentidos de palavras localizadas na cultura local" (2005, p. 11).

8.1 A esperança de um bairro

Neste tópico, inicio a análise de trechos das entrevistas realizadas com Marcelo e Denise, abordando como o PMCMV, além de atender às necessidades dos moradores, emerge como uma produção de afetos de esperança. Trata-se de afetos positivos – uma possibilidade de construção de topofilia em relação ao lugar.

Começo trazendo a entrevista de Marcelo, no excerto 16:

Excerto 16: "50 a 50"

01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13	Lucas	Está certo, então, Marcelo, é bom, é como, como como você sabe, né? A pesquisa vai falar sobre o programa minha casa, minha vida, que tem na Chacrinha e você viu um pouco de perto a construção desse ambiente. Você também como morador em Japeri, você deve escutar muitas coisas sobre o torno. Eu gostaria que você me falasse um pouco da lembrança que você tem quando anunciaram e quando começou a construção. O que é que você imaginou? O que é que você pensou? O é e como que foi ver esse processo aí? Como isso alterou o bairro? Se não alterou se o que? Que você achou?
14 15 16	Marcelo	Sim, é no início, para isto, teve a notícia que que o projeto deve ser feito. Eu achei assim bem benéfico para algumas famílias que não tem

17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28		muito condições é de obter casas assim, porque o custo assim de financiamento de uma casa normal é muito, é muito caro, né? Assim, em outro canto que não seja nesse, nesse projeto, minha casa, minha vida. Ah, eu imaginei que queria ser bom. Queria trazer um pouco mais de movimentação por. Morar aqui próximo por um pouco mais de movimentação, né, para movimentar um pouco mais a cidade. Para dar um pouco mais de estrutura. É. Aqui pela área, né o. É, é vinda de ônibus, linha de ônibus, coisa e tal o que aconteceu, mas depois tiraram.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Marcelo inicia sua narrativa destacando escalonamentos que configuram o Minha Casa Minha Vida de forma positiva, com ênfase nas subescalas da "movimentação" e da "estrutura" como elementos fundamentais para a valorização não apenas do bairro, mas também da cidade. É importante ressaltar que a escala da movimentação ganha esse destaque porque, antes da construção do conjunto, a Avenida São José – via que hoje dá acesso ao local – não levava a nada além de um campo de futebol com poucas atividades.

Essa produção discursiva implica em possibilidades e ordens de indexicalidade que atravessam uma região, muitas vezes indexicalizada como "abandonada" nos termos êmicos dos participantes de pesquisa. Nesse sentido, a elaboração de programas sociais desenvolvidos na área passa a produzir narrativas que apontam para uma reformulação desse espaço, atribuindo-lhe significados positivos.

Na entrevista com Denise, uma perspectiva parecida também foi projetada, como pode ser visto a seguir:

Excerto 17: "eu até fiquei muito feliz"

01 02	Lucas	Como que você pensou quando falaram que o projeto IA vir para cá como suas coisas?
03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13	Denise	Como eu moro aqui, vizinho, né? Um pouco distante, uhum, mas pra mim, quando eu soube que IA fazer as casinhas ali, eu fiquei até feliz, né? Igual você fala, muita gente precisa, necessita de uma moradia e não tem, né? Como às vezes ter acesso. Mas quando anunciaram minha casa, minha vida foi, não só para mim, como para muita gente uma surpresa e para a gente seria muito bem-vindo. Como, né? É quando aconteceu de inaugurar e chegar as pessoas novas. É até distante um pouco pessoas ao redor para vir

14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30		morar ali. E ficou um pouco difícil por esse motivo. É que reclamam por falta de Acessibilidade até o centro. Aquilo foi um lugar muito distante. E a promessa da prefeitura na época era ter ônibus para ter acesso até... até a estação de trem, não é? Foi prometido até uma estação próxima ali para eles, para os moradores. Veio bastante gente, né? Na época, muita gente desistiu por esse motivo de. Que é muito distante da estação, né? Sobre violência, até que não, graças a Deus as pessoas são bem agradáveis, todo o mundo nunca teve esse problema, quanto a isso eu não tenho de reclamar, né? Foi uma vizinhança até boa, melhorou e no aspecto de. Daí a gente vê um progressozinho na cidade que era meia morta, né?
31	Lucas	Sim.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Na entrevista, Denise traz escalas que promovem a produção de uma heterotopia sobre o lugar, ou seja, a imaginação de um bairro transformado a partir da implantação do Minha Casa Minha Vida na região. Embora reconheça as dificuldades e mencione escalas como a da "acessibilidade" – um aspecto frequentemente apontado pelos moradores em suas narrativas –, Denise construiu uma indexicalidade que lembra o anúncio do programa como uma produção de afetos positivos para o lugar. Essa perspectiva descreveu a transição de uma "cidade que era meia morta" (l. 29-30) para uma cidade viva.

Em sua narrativa, o progresso está conectado à ideia de "acessibilidade", especialmente no que diz respeito ao transporte público, como a implementação de uma linha de ônibus e melhorias no serviço ferroviário. Esses elementos não apenas prometem facilitar a vida dos moradores do Conjunto São José, mas também beneficiam os moradores localizados ao longo da Avenida São José. Assim, Denise aponta para uma dimensão que não é apenas individual — ter uma casa —, mas também coletiva, com impactos significativos na qualidade de vida da comunidade como um todo.

Embora as opiniões de Marcelo e Denise possam parecer uníssonas, é importante ressaltar que elas estão inseridas em um contexto micropolítico específico, não representando uma prerrogativa geral sobre o MCMV. Um exemplo disso pode ser observado na reportagem de Maira Rubim (2020) para *O Globo*, ao

relatar um protesto de moradores do bairro Recreio contra um condomínio residencial do programa de moradia do Governo Federal.

Figura 25 – Moradores do recreio fazem protesto

Fonte: Rubin, 2020.

Vejamos, por exemplo, as considerações dos moradores daquele bairro contra o MCMV:

> O projeto está sendo realizado pela construtora Tenda, que pôs corretores no local, próximo à estação Dom Bosco do BRT e ao Recreio Shopping. Um apartamento de dois quartos está sendo vendido por R$ 220 mil. No entorno, o preço dos imóveis fica em cerca de R$ 800 mil.
> Arquiteta e moradora do Pontal Oceânico, Claúdia Peixoto se queixa de falta de informações.
> — O Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens tem várias restrições, como uma vaga de carro para cada unidade, e o Minha Casa Minha Vida não terá isso (serão 56 vagas no total). Aqui não há estrutura para novos moradores: não tem escola pública, posto de saúde, ponto de ônibus — diz (Rubim, 2020, s/p).

Ao analisarmos essa reportagem, destaco dois fatores importantes. A primeira é a disputa entre diferentes ordens de indexicalidade (Blommaert, 2010) apresentadas no trecho em questão, especialmente considerando que o preço do imóvel é apontado como significativamente inferior ao esperado para empreendimentos naquele território. Enquanto o Conjunto São José, por exemplo, não ocuparia um lugar de destaque em um nível mais alto no processo de estratificação urbana, o projeto planejado para o Recreio já se inseriria em um território associado às camadas “de elite” da cidade.

Outro ponto a ser destacado é a expressão na frase “não tem escola pública, posto de saúde, ponto de ônibus” (s/p), o que evidencia a ausência de equipamentos públicos nesse espaço. Diferentemente de Denise e Marcelo, que enxergam a instalação do MCMV no bairro Chacrinha como uma oportunidade de transformação desse paradigma, trazendo o “progresso”, aqui não há essa visão – e muito menos interesse. Essa postura indexa a ausência de necessidade, por parte daquela população, de serviços públicos como escolas, hospitais e postos de saúde, vistos que, provavelmente, utilizam prioritariamente serviços privados.

8.2 O 50 a 50 da esperança e da violência

Embora destaque a implementação do MCMV como um espaço de esperança, Marcelo também apresenta outro ponto de vista, abordando aspectos negativos com base em sua experiência de convivência após a instalação do projeto no bairro:

Excerto 18: “50 a 50”

29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46	Marcelo	E hoje eu acho que está sendo meio a meio, 50 a 50. Fifty/Fifty é por um lado é muito bom e por um lado por outro está.... Um mais de total. Acho benéfico assim para a sociedade. Acho benéfico. Eu acho que que o lado ruim é mais pelo. Do lado... do, do, do tráfico que chegou. Chegou aqui, às vezes está, às vezes não está. Está lá naquele canto lá. E, querendo ou não, a gente mora aqui na, a passagem, né? É uma rua só, então. A rua passa por aqui pela frente, dá umas casinhas e volta, passa em frente. Aqui é minha casa. Então esse foi o lado ruim, esse foi o 50% lado ruim. Mas em em em relação aos moradores, é a maioria são gente de bem, são pessoas boas, entendeu? Mas. Às vezes calha de de ter esse, esse. Esse lado ruim assim, que é o tráfico, que. Sempre foi um lugar muito tranquilo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Ao produzir um agrupamento cronotópico que conecta passado e presente, Marcelo apresenta uma dimensão conflituosa entre os afetos mobilizados e as percepções sobre a instalação do bairro. Os afetos negativos emergem com o acionamento da questão da violência: “Eu acho que o lado ruim é mais

pelo... do lado... do, do, do tráfico que chegou" (l. 33-35). Embora a chegada do MCMV tenha trazido mudanças positivas ao espaço, como a "movimentação" mencionada anteriormente por Marcelo, também resultou na presença do tráfico. Isso afeta não apenas os moradores do conjunto, mas também aqueles que vivem em seus arredores.

Ao considerarmos a narrativa de Denise, percebemos uma diferença significativa em relação a de Marcelo. Enquanto ele enfatiza a questão da violência como algo que altera a dinâmica do bairro, Denise escamoteia esse aspecto em sua narrativa ao afirmar: "Sobre violência, até que não, graças a Deus as pessoas são bem agradáveis, todo mundo nunca teve esse problema, quanto a isso eu não tenho do que reclamação, né?" (l. 23-27).

Marcelo, embora faça um movimento discursivo semelhante ao destacar as qualidades dos moradores, persiste a presença do tráfico como um fator relevante: "em relação aos moradores, a maioria são gente de bem, são pessoas boas, entenderam? Mas às vezes calha de ter esse lado ruim, que é o tráfico, que... sempre foi um lugar muito tranquilo" (Excerto 18, l. 42-26). No que diz respeito à violência, este não é um problema exclusivo do Conjunto São José, mas de diversas outras instalações do PMCMV, em razão dos vários problemas destacados nesta tese, como o afastamento do poder público e as características específicas.

Figura 26 – Invasões do crime no PMCMV no Rio

Fonte: *Print* do site Extra (Soares, 2021).

Essas produções discursivas apontam diferentes perspectivas sobre o conjunto habitacional, funcionando como heterotopias que se alternam entre enfatizar e minimizar a violência. Em alguns momentos, a violência é apagada do discurso, enquanto em outros ela é ressaltada como um elemento importante na dinâmica do lugar.

8.3 As indexicalidades dos moradores daquele espaço

Neste tópico, destaco, a partir da entrevista com Marcelo, algumas indexicalidades construídas sobre os moradores. Em um trecho da entrevista que não abordei aqui por questões de tempo e foco, ele incluiu seu olhar sobre as pessoas que vivem no Conjunto São José, citando como exemplo seu amigo, que hoje é microempresário e reside no conjunto. Com isso, faço a seguinte pergunta:

Excerto 19: “abaixo da linha da pobreza”

47 48 49 50 51	Lucas	Ah, você falou uma frase aí que eu achei legal. Falei, “Ah, tem isso, tem aquilo embora, mas ele mora nas casinhas”, você acha... Você acha que por essa frase? As pessoas acham que morar nas casinhas é índice de pobreza?
52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72	Marcelo	Sim, sim. Acho. Tem esse estereótipo da pessoa achar que quem mora nas casinhas. É, são pessoas pobres, não é? São pessoas pobres, tipo que estão ali bem por baixo, né? Bem por baixo da linha da pobreza mesmo. Da linha na linha da pobreza. Ali todo mundo, a maioria acha, acha isso, né? Acham isso. Quando é diferente, tem umas pessoas sim que como em qualquer lugar, como em aqui, no bairro principal, em que pessoas que vivem muito abaixo da linha de renda familiar, per capta e tem pessoas que têm bastante condições aqui no bairro. Tanto lá dentro também existe esse tipo de pessoa assim. Também tem dono de padaria, tem policiais que moram lá dentro, entendeu? Tem. Tem um conhecido que ele é que. É subtenente? Polícia mora lá dentro, tem um outro também é também mora lá dentro. Tem, tem os colegas que tem, tem boa renda familiar, entendeu? É só o achar mesmo. Só achismo?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Um movimento discursivo feito por Marcelo, em resposta ao meu questionamento, cria uma multiescalaridade da pobreza, não tratando como um

aspecto homogêneo, mas como algo distribuído em diferentes níveis, ao usar a expressão “abaixo da linha da pobreza”. Esse movimento destaca que, embora o ambiente da cidade e do bairro seja composto por pessoas em situação de pobreza, o Conjunto São José é visto de forma estratificada, sendo considerado “ainda mais abaixo” pelos olhares de outros. Além disso, os dados também apontam para uma criminalização da pobreza em que esse *status*, muitas das vezes, indexicaliza, para alguns, estado de perigo.

Para desestruturar tais circulações discursivas, Marcelo conecta a classe social à profissão dos moradores, destacando aqueles que, em sua visão, escapam dos estereótipos, como “policiais” e “donos de padaria”. Com isso, ele indexa um maior poder aquisitivo a essas profissões em comparação com outras, ao mesmo tempo em que pluraliza as construções subjetivas que se formam sobre aquele espaço.

8.4 O direito a sonhar e imaginar a infância

Por fim, no tocante aos dados de Marcelo e Denise, destaco um trecho da entrevista com Denise que se conecta também com a fala de Quiel, do Conexão Comunidade: a falta de lazer, algo que está distante não só do Conjunto São José, mas de todo o bairro:

Excerto 20: Eu penso muito nas crianças

32 33 34 35 36 37	Denise	Eu penso muito nas crianças, entendeu? Essas crianças aqui ficam muito largada. As crianças aqui ficam fazendo só, né? O dia inteiro. Inútil, porque não tem o que fazer. Mas tirando isso, é um projeto bom, mas tem que ser mais bem estruturado, na minha opinião.
38 39 40 41 42	Lucas	Aí pensando até que é tão próximo, não é? Isso também poderia servir também as outras pessoas que moram aqui no redor. Por exemplo, a gente que mora próximo aqui, talvez se naquele espaço tivesse alguma questão.
43 44 45 46 47 48 49 50 51	Denise	Com certeza, com certeza. Isso você sabe do nosso bairro, né? Nosso bairro é que Chacrinha, né? Que nós somos aqui. Chacrinha de Japeri. Nosso bairro aqui é muito carente, né? De de forte, principalmente de área de lazer, sim, né? Isso para mim é o que mais me magoa, porque é criança, né? Passa uma fase. É que necessita de ser uma criança, né? E se esbanjar de brincar de,de fazer esporte mesmo, né? Se não tem?

52		Entendeu? "Ah, não tem o que fazer", sendo que
53		área tem, né? Incrível, inclusive aqui podia
54		ser ter uma Quadra de vôlei, né? Podia ter é
55		programas sociais para as crianças aprenderem a
56		profissão. Não poderia ter ali e o campo vai
57		jogar bola, mas não é aproveitar. Eu queria
58		saber o porquê disso, por que é que fazem um
59		conjunto habitacional? Né? Penso visando
60		moradia, mas não Visa o bem-estar, né? E o lazer
61		das pessoas, é isso que falta, né? E meu, do
62		meu ponto de vista é isso aí fica uma coisa,
63		tipo o quê faltando largado, né? Fica uma, fica
64		um abandono, na verdade um abandono, né? Sempre
65		que esse conjunto da minha casa, minha vida, eu
66		acho para mim que está quase no abandono, porque
67		não tem nada.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Ao ler esse trecho da narrativa de Denise, procurei referências complementares à minha análise sobre os significados indexados nesses dados. Encontrei um artigo intitulado *As crianças não são apenas o futuro: elas também são o presente*, publicado no site do Laboratório de Educação[23]. Apesar de não explorar esse texto em profundidade, percebi que trechos como "Eu penso muito nas crianças, entendi? Essas crianças aqui ficam muito largadas" (l. 32-33) desestabilizam simbolismos que restringem a escala "criança" à ideia de futuro, propondo, em vez disso, o direito à infância no presente.

Denise destaca que, embora o programa ofereça "moradia", não necessariamente promove o "bem-estar". Nesse contexto, ela escala o "lazer" como uma necessidade cuja ausência é interpretada como "abandono", evidenciando um lugar simbólico e social associado àqueles que têm o direito à moradia, mas não à vida plena e a forma de governamentalidade do próprio estado nesses lugares.

Ao considerarmos o trecho "Nosso bairro aqui é muito carente" (l. 46), percebemos que as características não se tratam de um abandono, mas de uma forma de ação estatal que, ao concentrar recursos e políticas em outros territórios, acaba deixando o Conjunto São José e seu bairro em uma dimensão marginalizada. Esse distanciamento não se limita apenas aos moradores do conjunto, mas também abrange ao próprio bairro Chacrinha, refletindo a falta de integração entre o conjunto e seu entorno. Assim, o que se observa não é uma

[23]Ver completo em: https://labedu.org.br/as-criancas-nao-sao-apenas-o-futuro-elas-tambem-sao-o-presente/#:~:text=Frequentemente%20percebemos%20as%20crian%C3%A7as%20como,tomar%20grandes%20decis%C3%B5es%20no%20amanh%C3%A3. Acesso em: 24 nov. 2024.

ausência poder público, mas uma presença, que perpetua a marginalização dificultando o acesso a recursos e serviços essenciais e aprofundando a separação entre outros.

Essas dimensões discursivas invocam tempos e espaços que questionam as configurações atuais, propondo possibilidades heterotópicas capazes de romper com as dinâmicas de desigualdade.

8.5 Encaminhamentos: De volta ao morador – a nova esperança do bairro

Neste tópico, encerro este INcômodo de análise com um trecho da entrevista de José, no qual compartilha uma narrativa que envolve um amigo dos tempos de Ensino Médio e a experiência de observar o conjunto São José durante o trem. O conjunto está localizado em frente a uma linha férrea, o principal meio de transporte em Japeri para deslocamentos de entrada e saída para municípios vizinhos e para a capital.

O trem, com suas amplas janelas, oferece uma visão panorâmica do conjunto, transformando-o em um ponto de observação para quem utiliza esse transporte. A partir dessa perspectiva, José narra histórias de pessoas que, ao longo de sua trajetória, olham para o lugar onde ele mora – em seus aspectos simbólicos, físicos e sociais.

Excerto 16: “passam de trem e sempre falam mal”

214	José	Inclusive, pessoas passam de trem e sempre
215		falam mal. Quase sempre que você vai passar de
216		trem, dá num trem com alguém ou alguém, olha
217		para pela janela e vê os condomínios, sempre
218		fala mal, fala “nossa”. Inclusive eu estava com
219		um amigo meu um tempo atrás e no próprio IFRJ,
220		né? A gente estava voltando de um lugar. A
221		gente estava passando ali, indo para o IF. Ele
222		falou, “nossa, o lugar foi abandonado e tal”,
223		tipo, porque a situação é complicada, você vir
224		de longe, você... Pessoas muitas pessoas pensam
225		que lá é extremamente perigoso, sendo que não
226		entendeu? Claro, como todo bairro, tem alguns
227		momentos específicos que tem alguma coisa, mas
228		as pessoas pensam que é extremamente perigoso.
229		Com a entrada de carro ontem, tem que pescar,
230		acender, pisca-alerta. Tem que fazer isso
231		porque olha como se fosse algo que tem muita
232		pobreza. Tem, deve ter droga, deve ter boca,
234		deve ter isso. O que é sucateado? A verdade é
235		que é um lugar sucateado, sim, sempre foi. E

236 237 238 239 240 241		aí eu acho que é o é esse asfalto na vida São José. É ter uma Esperança, né? Eu acho que para a maioria das pessoas, porque a gente pensa que vai ter mais uma movimentação maior ali. Então, como tem uma movimentação maior, vai ter mais cuidado do próprio governo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Decidi trazer essa narrativa de José, apesar de este capítulo de análise buscar privilegiar as percepções de quem mora fora do bairro, como ponto de partida para destacar como José, assim como Marcelo e Denise, construíram discursos que resgataram afetos de esperança a partir de projetos e transformações no espaço urbano, de maneira semelhante ao que os moradores do bairro Chacrinha também imaginam. "É ter uma esperança, né? Eu acho que para a maioria das pessoas, porque a gente pensa que vai ter mais uma entrega maior ali. Então, como tem uma movimentação maior, vai ter mais cuidado do próprio governo" (l. 237-241).

Essas mudanças podem provocar novas inscrições de significados, capazes de desestruturar as percepções daqueles que observam o espaço "de fora", como os amigos de José ao olhar pela janela do trem. As transformações no espaço geram afetos que projetam futuros e criam novas heterotopias sobre o lugar habitado. Isso permite o reescalonamento simbólico do espaço, de "lugar abandonado" para um local que recebe o "cuidado do próprio governo" (l. 241). Assim, é possível reconfigurar as indexicalidades que atravessam corpos, discursos e subjetividades daqueles que ali residem.

9 “NO TERRENO DO MEU SONHO”[24]: UMA CASA SEM NOME PRÓPRIO (Inconclusões)

SUSPENSÃO NA LÓGICA MODERNA DE TEMPO

O ovo ou a galinha: um prólogo da inconclusão

O título que dá nome a essas inconclusões é tirado de uma fala do espetáculo “Constituição: o ovo ou a galinha”. O provocativo espetáculo trata de uma galinha comprada por um microempreendedor de galinhas de uma galinha só. A galinha, sem nome próprio, é a esperança de mudança de vida desse “fazendeiro”. No entanto, o que era para ser uma solução torna-se um problema, pois a galinha não queria botar ovo em seu terreno, mas apenas no terreno do vizinho. É por meio dessa trama, que a noção de propriedade privada entra em questão. Afinal, o ovo é do vizinho por estar em seu terreno? É do “dono” da galinha? Da galinha? Ou é apenas um ovo? Sem dono/a? É com essas questões que eu gostaria de provocar o início ou meio, ou final, ou na verdade – se é que ela existe – um *continuum* pensamento em devir. Em um certo trecho da peça, algumas atrizes dizem: “Latifúndios. Latus = largo, amplo, Fundos = propriedade. A propriedade privada é um comprimido engolido tão cedo a seco na vida, que para eles soa até ficção dizer: Existem povos que não entendem a terra como algo de ser passível de ser vendido ou alugado” (Ripoll, 2024, p. 19), uma lógica social ampla e de difícil resolução que coloca muitas pessoas sem teto e muitos tetos sem pessoas.

Iniciar essas inconclusões com essa reflexão veio de algo que tem me intrigado no processo da escrita desta tese. Eu poderia ter trazido isto depois, mas preferi trazer agora: como podemos lidar com a questão da moradia fugindo de uma lógica neoliberal, capitalista que atravessa o que chamamos de propriedade privada? Talvez o que mais me chamou atenção nesta discussão é o fato de não bastar ter a posse, como bem vimos nas narrativas de José e Luiz[25], se o “ovo”, a esperança, não é colocada naquele espaço. Eis “um ovo de pensamento”, como dito no espetáculo. Talvez o início desta tese esteja no final. E às vezes o “final”: “ter uma casa” não significa sustentar o projeto de dignidade. As narrativas construídas aqui têm muita semelhança com a galinha. Afinal, quem “ganha” a casa própria,

[24] Expressão utilizada no espetáculo “Constituição: ovo ou a galinha”.
[25] Caso tenha seguido a minha sugestão, em breve irão conhecê-los.

mesmo sendo chamada de “própria”, observa que ela é um “substantivo comum”: casa. Igual a todas as outras[26], mesmo que cada um faça do seu lugar um espaço diferente. Mas, no fim, ela está em um lugar que você não escolhe. Onde você não decide quantos quartos, banheiros, salas ou cozinha. Casa – substantivo comum. Talvez você more neste prólogo ou este prólogo more em você, mas ele não tem linhas, cercas, muros, definições. Não começou hoje, nem no passado e nem no futuro. É habitado por múltiplas vozes que, talvez, eu nem conheça. Talvez você tenha seguido a minha sugestão ou nem tenha visto. Mas espero que, por onde tiver começado, tenha ficado este “ovo de pergunta”. Sugiro, agora, o retorno para o que chamam de início, que nesta tese chamei de “Crônicas de Bairro, Crônicas Globais”.

RETONO A LÓGICA MODERNA DE TEMPO

9.1 O retorno às perguntas de pesquisa: recapitulando

Neste momento, busco retomar os laços e os alicerces desenhados ao longo dos **INcômodos** desta tese, percorrendo essa trajetória retornando às perguntas de pesquisa, agora com a intenção de “respondê-las”. Meu objetivo não é oferecer respostas definitivas, mas produzir compreensões que se movimentam, moldadas por meandros, pelas provocações que essas questões me trouxeram ao entrar em contato com as narrativas que habitam esta casa, esta tese. Sendo elas: (1) *Que narrativas estão sendo construídas sobre esse espaço tão próximo a mim? (2) O que essas pessoas têm a dizer sobre esse espaço? O que as pessoas ao redor desse espaço contam?*

Ao analisar as narrativas produzidas por **Luiz**, **José** e **Nilce**, percebemos um movimento discursivo que atravessa diversas dimensões afetivas na construção do lugar social, simbólico e “físico” do programa. Essas narrativas entrelaçaram seus corpos e subjetividades às possibilidades discursivas associadas ao Conjunto São José. Nesse sentido, os beneficiários projetaram cronotopos (Bakhtin, 1988) que, inicialmente, instauraram alegria, conforto e segurança habitacional em sua primeira interação com o espaço habitado. Contudo, com o passar do tempo, emerge uma nova heterotopia (Foucault, 1994) desse espaço, marcada pela falta de

[26] Me refiro a estrutura neoliberal de construção das casas que veremos ao longo da tese.

acessibilidade, precariedade, vergonha e violência, ressignificando o “sonho da casa própria” como uma “desilusão”.

Essas histórias evocam tanto topofilias quanto topofobias (Tuan, 1980), sentimentos que coexistem nas narrativas. Enquanto os moradores expressam amorosidade e apego ao espaço habitado, também enfrentam medo, vergonha e outros afetos hierarquizados de qualidade, revelando a complexidade das relações afetivas e simbólicas.

Ao analisarmos a narrativa de Luiz, percebemos que esse específico não se limita a políticas públicas como o **Minha Casa, Minha Vida**, mas também se manifesta em outras iniciativas que promovem o acesso sem necessariamente garantir o bem-estar ou a qualidade de vida nos espaços. O mesmo arco narrativo apresentado no MCMV (felicidade – desilusão) também se reflete em outras esferas, como a universidade. São as pessoas que lutam para serem atendidas, enquanto muitos programas às vezes falham em adentrar as enterritorialidades, especialmente em zonas periféricas, e em sustentar a proximidade e o atendimento às necessidades.

Os participantes desta pesquisa, que colaboraram para contar essa história, demonstram como, nesse engendramento discursivo, promovem códigos de conduta para habitar o conjunto. Em José, vemos uma combinação de “coragem” e “vergonha” que indexicaliza (Silverstein, 2003) não apenas o espaço físico onde habita, mas também seu lugar simbólico, referindo-o constantemente à sua posição na sociedade.

Afinal, ao discutirmos política pública e espaço, estamos falando sobre os corpos e subjetividades que as ocupam. Nesse contexto, José relata sua necessidade de lazer, trabalho e estudo, mas também os desafios que permitiram o entrar e o sair dessa heterotopia chamada Conjunto São José. Como estratégia para escapar das subalternizações e hierarquizações que seu corpo enfrenta no estrato das relações sociais, seu lugar de moradia torna-se algo a ser ocultado, um elemento camuflado em suas relações, frequentemente escondido ou escamoteado.

Outros códigos de conduta também emergem naquele espaço, como na narrativa de Nilce, que se renuncia diante da entrada de traficantes em sua casa enquanto fugiam da polícia, reconhecendo a impossibilidade de agir em face de tal situação, construindo paralelamente outras ordens de indexicalidade (Blommaert, 2010).

Esse contexto faz com que a mãe de Luiz tome uma decisão radical: abandonar a casa que antes representava a realização de um sonho, mas que passou a simbolizar a ameaça à sua própria vida. Assim, ela opta por retornar ao aluguel, em busca de um ambiente menos hostil e mais seguro, evidenciando o fracasso do sonho habitacional em garantir a segurança e o bem-estar prometido.

Se o programa considera uma casa, mas não uma habitação em sua plenitude, as histórias dos moradores demonstram sua capacidade de resistência e criatividade (Butler, 2016) para transformar esses lugares. Eles instauraram cronotopos de resistência em meio a cronotopos de vulnerabilidade, recriando os espaços e atribuindo novos significados coletivos a eles.

O direito de sonhar e imaginar o futuro coletivamente é dinamizado por ações como a criação de praças e a celebração de dias simbólicos, como o Natal. Nessas iniciativas, os moradores tornam-se os principais agentes do cuidado e da transformação do espaço, construindo outras formas de governamentabilidade. Assim, eles próprios assumem o protagonismo na realização de suas necessidades, reafirmando sua autonomia diante das adversidades.

Por fim, as histórias de Marcelo e Denise, moradores do bairro que está localizado o Conjunto São José, mostram como suas vivências se entrelaçam com as narrativas dos beneficiários do MCMV. Embora não residam diretamente no conjunto, eles também enfrentam a precariedade do bairro e veem nos programas sociais e nas reformas urbanísticas uma oportunidade para que o poder público direcione mais atenção à região.

Seus discursos, no entanto, contrastaram com as reações de moradores do bairro Recreio, na capital, que protestaram contra a instalação de um conjunto habitacional do programa, alegando a ausência de infraestrutura no bairro para acomodação dos novos moradores. Essa oposição demonstra como corpos e espaços se entrelaçam, evidenciando que o MCMV e os assuntos abarcados por ele são percebidos como incompatíveis com os códigos sociais e a posição simbólica da geografia urbana do Recreio.

Assim, diferentes ordens de indexicalidade sobre o próprio programa são acionadas, indexicalizando uma pluralidade de significados atribuídos. Para alguns, o programa representa um índice de progresso, trazendo a promessa de melhorias urbanas, inclusão social e dignidade habitacional. Para outros, contudo, ele se torna um símbolo de decadência, associado a preconceitos, estigmas de classe e à

percepção de que o território será desvalorizado ou sobrecarregado. Essas interpretações divergentes ilustram como as políticas públicas não funcionam em um pacote, mas são constantemente reconfiguradas pelas narrativas, afetos e disputas simbólicas de quem vive, observa e é impactado por elas.

9.2 A rematização narrativa de Luiz e José: de índice a ícone nesta pesquisa

Neste tópico, apresento a ideia de rematização (Gal e Irvine, 2019), que, embora não tenha sido explorada ao longo da tese como ferramenta de análise, emergiu para mim ao concluir esta escrita. Ao ler e reler as narrativas de Luiz e José, com seus respectivos processos de entrada, saída, retorno, venda e aluguel relacionados à moradia, percebemos que essas trajetórias se transformaram em ícones desta pesquisa, representando as dinâmicas de desigualdade e os lugares sociais ocupados por essas pessoas.

O termo **rematização** refere-se à transformação de algo que, inicialmente, é apenas uma indicação ou referência contextual (um índice) transformado em central e simbólico (um ícone) no discurso (Gal e Irvine, 2019). Nesse processo, um elemento passa de algo que aponta ou remete a outro objeto para ser, ele mesmo, um objeto de significado mais amplo ou até de idealização.

No caso desta pesquisa, identifica-se uma "rematização narrativa", em que as trajetórias de Luiz e José foram reorganizadas ou ressignificadas ao longo do estudo, assumindo um papel emblemático (ícone) para os temas e interpretações aqui desenvolvidas. As histórias de Luiz e José, que vieram como referências contextuais (índices), gradualmente adquiriram centralidade, condensando os debates sobre desigualdade, habitação e o lugar simbólico de corpos e subjetividades no espaço urbano.

Essa rematização evidencia como narrativas individuais podem ser interpretadas como metáforas amplas das dinâmicas sociais e espaciais. As experiências de **Luiz** e **José** não são apenas singulares, mas se tornam representativas de processos mais amplos de exclusão e resistência, encapsulando os desafios e as complexidades que atravessam o Programa Minha Casa, Minha Vida e os territórios periféricos. As suas histórias ilustram como as lutas individuais pela moradia e pela dignidade são, simultaneamente, reflexões de dinâmicas sociais mais amplas e da construção de significados coletivos sobre o espaço habitado.

9.3 Ganhos políticos-éticos-sociais e caminhos

Em *Os Condenados da Terra*, do filósofo Frantz Fanon ([1968]2010), o autor mostra como a ideologia colonial construiu um entrelaçamento entre classe social, servidão e raça, interferindo diretamente na organização e na dinâmica dos espaços urbanos. Essa interação sustenta a segregação como uma lógica estrutural, moldando tanto as relações sociais quanto a forma como o território é produzido e ocupado. Em suas palavras ele expressa:

> A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a medida, a reserva, é um lugar mal afamado, povoados de homens mal afamados. Aí se nasce não se importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta de pão, faminta de carne, de sapatos, de carvão e de luz (Fanon, [1968] 2010, p. 28-29).

Mas, se a terra condena, ela não representa uma sentença definitiva. Há meios e caminhos para superar o caos social instaurado, que, antes de tudo, está profundamente enraizado em uma dinâmica colonial ainda persistente. É uma lógica da casa-grande e senzala, adaptada à dinâmica extrativista brasileira: um cenário em que se oferece o lugar para morar, mas não para habitar plenamente, não para viver com dignidade.

Incorporar as vozes dos sujeitos neste jogo narrativo que envolve políticas sociais de moradia é, antes de tudo, um ato de resistência e esperança. É tecer, com eles, uma perspectiva que vai além da simples meta de zerar o *déficit* habitacional, para focar a construção de dignidade, sociabilidade e pertencimento no mundo. Como enfatizam Morado, Iglessias e Weimann (2019), é fundamental desencriptar a cidade, rompendo com lógicas que homogeneízam políticas públicas e planejam projetos urbanos a padrões genéricos, alheios às particularidades de cada território e de suas leis. Assim, mudar os jogos de linguagem do planejamento urbano e trazer as narrativas ao centro da formulação de políticas públicas significa dar protagonismo às experiências cotidianas, confirmando como elas produzem subjetividades, lugares simbólicos e sociais. Essas narrativas não apenas ilustram o

impacto das políticas, mas também têm o potencial de reconfigurar as portas que abrem ou fecham o mundo para os sujeitos habitantes desses espaços.

Essa pesquisa, portanto, assume um compromisso ético-político-social que ultrapassa os limites da análise teórica, apontando caminhos por meio da experiência daqueles impactados por este programa. Para além, dialoga diretamente com as práticas e debates sobre moradia no Brasil, mesmo partindo de uma experiência localizada. Ao mesmo tempo, revelam dinâmicas amplas de poder e subjetivação, moldadas por ideologias neoliberais profundamente incrustadas na sociedade e que ganham cada vez mais força.

Assim, a pesquisa oferece uma análise crítica e um convite para compensar o papel das políticas públicas como instrumentos de emancipação, justiça social e criação de cidades verdadeiramente habitáveis para todos e todas.

9.4 *Medellin* como laboratório social político possível para o MCMV

A violência em Medellín, durante as décadas de 1980 e 1990, alcançou níveis extremos, tornando-se um emblema global dos impactos destrutivos do narcotráfico, das desigualdades sociais e das formas em que o Estado atua em áreas vulneráveis (Mazo e Ballesteros, 2016). Sob a influência de cartéis de drogas como o de Pablo Escobar, a cidade registrou uma das maiores taxas de homicídios do mundo. Comunidades inteiras viviam reféns de conflitos armados e disputas territoriais, e a violência extrapolava o narcotráfico, evidenciando as condições de vida precárias da população marginalizada e aprofundando a segregação social e espacial. No entanto, Medellín transformou esse cenário por meio de intervenções urbanas que privilegiaram a inclusão social, com iniciativas como bibliotecas-parque, transporte integrado e espaços culturais em áreas periféricas (Pacto Alegre, 2023).

Apesar de enfrentar desafios semelhantes no que tange à habitação e inclusão social, Medellín oferece exemplos de inovação que podem enriquecer o MCMV, sobretudo ao integrar espaço habitacional, infraestrutura urbana e redes de convivência –também mostrado como essencial para os moradores do Conjunto São José e seu entorno.

Em Medellín, projetos como as escadas rolantes na Comuna 13, o sistema de teleférico e as bibliotecas-parque conectam comunidades marginalizadas ao

restante da cidade, promovendo mobilidade, dignidade e pertencimento. Esses demonstram que uma abordagem habitacional mais ampla pode transformar a relação entre moradia e cidade, criando oportunidades para inclusão social e desenvolvimento humano.

A partir dessa inspiração, o MCMV poderia ampliar sua visão e implementar estratégias que transformassem os conjuntos habitacionais em comunidades vibrantes e integradas. Destaco a seguir, quatro pontos de aprendizagem de Medellín que podem ser adaptados ao contexto brasileiro:

Quadro 6 – quadro de possíveis políticas para o MCMV

Infraestrutura de Mobilidade:	Implantar sistemas de transporte público que conectem os conjuntos habitacionais a áreas centrais e periféricas, facilitando o acesso ao trabalho, educação e serviços essenciais.
Espaços Públicos	Priorizar áreas comunitárias que promovam encontros e lazer, como praças, centros culturais e bibliotecas, criando ambientes estimulantes à sociabilidade.
Planejamento Participativo	Incluir os moradores na concepção, execução e gestão dos espaços, garantindo que as soluções atendam às necessidades reais e específicas de cada comunidade.
Desenvolvimento Sustentável:	Incorporar práticas ecológicas, como reaproveitamento de água da chuva e energia solar, adaptando as soluções às características geográficas e culturais locais. Experiências de Medellín e cidades brasileiras como Maricá já apontam caminhos nesse sentido.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas políticas de Medellin.

Se inspirado por Medellín, o Minha Casa Minha Vida poderia superar sua proposta inicial de redução do *déficit* habitacional, tornando-se uma ferramenta de promoção do direito à cidade, essa transformação significaria criar territórios de cidadania onde habitar não seja apenas ter um teto, mas também ter acesso à dignidade, igualdade e conexão em espaços urbanos verdadeiramente inclusivos.

9.5 Os acasos políticos: um passeio no Shopping Rio Sul e processos artísticos no teatro

Figura 27 – Protesto de um movimento popular no Rio Sul

Fonte: Arquivo pessoal.

A foto acima foi tirada em 16 de novembro de 2024. Nesse dia, eu tinha acabado de fazer uma apresentação no curso de teatro que frequento, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. Após a apresentação, eu e meus colegas decidimos ir até o *Shopping* Rio Sul, localizado no mesmo bairro, para comer algo. Sentamo-nos na praça de alimentação e logo percebemos um movimento inusitado. Primeiro, surgiu um coro de "parabéns" para um aniversário, mobilizando toda a praça de alimentação. Pouco depois, as mesmas pessoas que cantavam se levantaram, empunharam faixas e começaram a gritar palavras de ordem que, a princípio, não conseguimos entender.

Em uma leitura rápida da situação, pensamos que se tratava de um protesto relacionado à PEC que discute a exclusão da escala 6x1. Diversas seguranças do *shopping* chegaram, e lembro de comentar: "Se tem um lugar para falar sobre escala de trabalho, é o *shopping"*. Uma das seguranças assentiu, concordando. Enquanto os gritos sobre o presidente Lula ecoavam, manifestações também se levantaram de

outras pessoas presentes na praça, demonstrando perturbações e gritando o nome do ex-presidente, agora indiciado por tentativa de golpe de Estado.

Em meio à confusão, uma amiga conseguiu ler, de forma invertida, uma faixa que dizia: “Minha Casa, Minha Vida - SOS”. Pouco depois, os gritos confusos se tornaram claros: **“QUEREMOS MORADIA! QUEREMOS MORADIA!”**. Estar naquele lugar, naquele momento, me trouxe de volta à centralidade do tema desta tese, à urgência de uma reivindicação que ainda ocupa espaço no debate público e na sociedade. Moradia é um direito básico e essencial.

Ver esse protesto reacendeu em mim o ânimo para concluir esta escrita. Uma escrita que, até então, estava me gerando preocupações e inseguranças, pelo medo de não conseguir entregar. Aquelas vozes, clamando por um direito tão fundamental me lembraram da importância deste trabalho e de como ele também faz parte dessa luta.

Voltando pra Japeri, no dia seguinte, fui ao Grupo Código, ONG Artístico-cultural, sem fins lucrativos de que faço parte. Nela estamos questionando o ditado popular “esse lugar não vai pra frente porque tem uma cabeça de porco aqui enterrada”, que indexicaliza um grande cortiço que existiu em 1980, no Rio de Janeiro e que, de certa forma, também se relaciona com o explícito nessa tese, de novo: o direito à moradia.

A construção desse espetáculo, embora não tenha influenciado diretamente a escolha do tema desta pesquisa – pois surgiu em minha vida posteriormente –, mostra como essas questões, aparentemente desconexas, convergem. Seja fruto do acaso ou da urgência de uma sociedade em crise, evidencia-se como a restrição crescente de acesso a recursos, especialmente para aqueles que vivem à margem e como isso interfere em diferentes esferas do cotidiano. Essas histórias e narrativas, tanto da tese quanto do espetáculo, revelam uma sintonia em torno de demandas fundamentais que seguem latentes e não resolvidas.

Quando afirmei, lá no início, que esta tese era “Minha Casa, Minha Vida”, não imaginei os acasos e travessias consideráveis que encontraria ao longo do caminho, tecendo cada linha em parceria com Luiz, José, Nilce, Denise e Marcelo. Esta tese se tornou uma morada, um espaço de acolhimento para uma heterotopia – um outro espaço-tempo possível de ser habitado. Um lugar onde o possível-invisível da pesquisa ganha forma, onde a escrita fabrica novas realidades. Talvez seja essa a “Casa” a que Vinicius de Moraes se referia, afinal, esta tese também é:

Era uma casa
Muito engraçada
Não tinha teto
Não tinha nada

Ninguém podia
Entrar nela, não
Porque na casa
Não tinha chão

Ninguém podia
Dormir na rede
Porque na casa
Não tinha parede

Ninguém podia
Fazer pipi
Porque penico
Não tinha ali

Mas era feita
Com muito esmero
Na Rua dos Bobos
Número zero

Assim como essa casa tão singular, esta tese é um espaço construído com esforço, criatividade e um tanto de humor, um lugar que desafia convenções para existir.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, T. Onde vive quem mais demora para chegar ao trabalho no Brasil. **Exame**. 16 fev. 2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/onde-vive-quem-mais-demora-para-chegar-ao-trabalho-no-brasil/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

AGÊNCIA GOV. **Governo Federal destina 11.500 novas moradias do MCMV para famílias gaúchas**. Rio Grande do Sul. 2024. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/governo-federal-11-500-novas-moradias-mcmv-familias-gauchas. Acesso em: 19 out.

ALMEIDA, I. **Desigualdade e Políticas Públicas de Habitação no Brasil. Dissertação** (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, UFBA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8907/1/Isaura%2520Almeida.pdf>.

AMAC. Casas do PAC no bairro Chacrinha Japeri RJ. **AMAC**. Japeri, RJ. 2012. Disponível em: <https://amacchacrinha.blogspot.com/2012/10/casas-do-pac-no-bairro-chacrinha-japeri.html>. Acesso em:

AUSTIN. J. L. **How to Do Things with Words**. Oxford: Clarendon Press, 1975.

ATKINSON, J. M; HERITAGE, J. Structures of social action. **Studies in conversation analysis.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

BAIXADA Fácil. **Começa este mês a construção de 436 casas populares em Japeri**. 2 maio 2012. Baixada Fluminense, RJ. Disponível em: <http://baixadafacil.com.br/municipios/comeca-este-mes-a-construcao-de-436-casas-populares-em-japeri-1870.html>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética.** São Paulo: Hucitec, 1988.

BALBIM, R. Os tons de cinza do Casa Verde e Amarela. In. **Diplomatique.** 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-tons-de-cinza-do-casa-verde-e-amarela/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

_____; KRAUSE, C. Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, *[S. l.]*, v. 16, n. 1, p. 189, 2014. DOI: 10.22296/2317-1529.2014v16n1p189. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4905. Acesso em: 8 jan. 2025.

BARATTO, R. **Programa Minha Casa Minha Vida pode ficar sem recursos e parar a partir de junho.** ArchDaily. 27 ABR. 2019. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/915825/programa-minha-casa-minha-vida-pode-ficar-sem-recursos-e-parar-a-partir-de-junho. Acesso em: 19 out. 2024.

BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópio**, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**, v. 31, p. 97-126, 2015.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Poetics and performance as critical perspectives on language and social life. Annual Review of Anthropology, v. 19, p. 59-88, 1990.

BERGAMO, Mônica. Saúde e educação são os temas políticos que mais interessam brasileiros no Twitter, diz pesquisa. **Folha**. 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/06/saude-e-educacao-sao-os-temas-politicos-que-mais-interessam-brasileiros-no-twitter-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BERNARDES, Anita Guazzelli; TABORDA, Jeferson Camargo. EscritaCom: Heterotopias. **Rev. Polis Psique,** Porto Alegre, v. 6, n. spe, p. 113-123, jan. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BIAR, L; ORTON, N; BASTOS, L. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de "pós-verdade". **Linguagem em (Dis)curso –LemD,** Tubarão, SC, v. 21, n. 2, p. 231-251, maio/ago. 2021.

BLOMMAERT, J. Contexto é/como crítica. In. (Org.): SIGNORINI, I. **Situar a linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 91-115.

_____. **Grassroots Literacy:** Writing, Identity and Voice in Central Africa. London: Routledge, 2008.

_____. **The Sociolinguistics of Globalization.** Cambridge: University Press, 2010.

_____; JIE, D**. Ethnographic Fieldwork: An Introduction**. Bristol: Multilingual Matters, 2011.

_____. **Ethnography, superdiversity and linguistic landscapes:** chronicles of complexity. Bristol, UK.: Multilingual Matters, 2013.

_____. Chronotopes, Scales, and Complexity in the Study of Language in Society. **Annual Review of Anthropology,** v. 44, p. 105–116, 2015.

_____.; DE FINA, A. Chronotopic identities: On the timespace organization of who we are. **Tilburg Papers in Culture Studies**, paper 153, 2016.

BLOMMAERT, J., & HUANG, A. (2015). Historical bodies and historical space**. Journal of Applied Linguistics and Professional Practice,** 6(3), 267-282. <https://doi.org/10.1558/japl.v6i3.267>

BOHN, H. I. As exigências da pós-modernidade sobre a pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. In: Freire, M. M. Vieira-Abrahão, M. H. & Barcellos, A. M. (orgs.) **Linguística Aplicada e Contemporaneidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 11-23, 2005.

BONFANTE, G. (H)Erética: sobre ereções e ética. Linguagem em **(Dis)curso – LemD,** Tubarão, SC, v. 21, n. 2, p. 211-230, maio/ago. 2021.

BORBA, R. Gendered politics of enmity: language ideologies and social polarisation in Brazil. **Gender and Language,** 13 (4) 423-448, 2019. Disponível em: <https://journal.equinoxpub.com/GL/article/view/14579>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 26, de 14 de fevereiro de 2000**. Altera a redação do art. 6o da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 15 fev. 2000.

_____. **Estatuto da Cidade.** Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm . Acesso em: 06 jun. 2023.

BRIGGS, C. **Learning How to Ask:** A Sociologuistic Appraisal of the Role of the Interview in Social Science. New York: Cambridge University Press, 1986.

BUTLER, J. **Excitable speech.** A politics of the performative. New York, Routledge, 1997.

_____. Rethinking Vulnerability and Resistance. In. BUTLER; GAMBETTI; SABSAY (Eds.) **Vulnerability in Resistance**. Durham and London: Duke University Press. 2016, p. 12–27.

CAMPOS, T; SANTOS, L.. **A Política Externa Bolsonarista E a Aproximação Com Os Estados Unidos:** O Neopentecostalismo Como Catalisador de Ideias. *Monções*, vol. 11, no. 22, 15 Dec. 2022, pp. 83–117, <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v11i22.14716>. Acesso em: 11 de fev. 2024.

CARDOSO, V; RENÓ, S. Iluminação e segurança pública: uma investigação sobre a relação entre design e criminalidade urbana pela perspectiva feminina. **Estudos em Design -** Revista (online). Rio de Janeiro: v.27 | n. 3 [2019], p. 130 – 146. Disponível em: <https://estudosemdesign.emnuvens.com.br/design/article/view/777>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CARR, E., & LEMPERT, M. **Introduction: Pragmatics of Scale.** In: E. S. Carr & M. Lempert (Eds.), Scale: Discourse and Dimensions of Social Life (pp. 1-18). University of California Press, 2016.

CARRARO, Pedro. Desafio das políticas de moradia passa por combate ao neoliberalismo, avalia especialista. **Brasil de Fato**, Curitiba, PR. 26 set. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/23/desafio-das-politicas-de-moradia-passa-por-combate-ao-neoliberalismo-avalia-urbanista>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CLIFFORD, J. "Sobre autoridade etnográfica". In. **A experiência etnográfica:** antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, p. 17-62.

_____. MARCUS, G. A escrita da cultura: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/edUFRJ, 2016

COMIDA. Composição: Arnaldo Antunes; Marcelo Fromer; Sérgio Britto. São Paulo: WEA, 1987.

CORTINA, A. **Aporofobia:** a aversão ao pobre, um desafio para a democracia. Tradução de Daniel Febre. São Paulo: Contracorrente, 2020.

COURA, L; STEPHAN, Í. O paradigma da casa própria e o direito à moradia. **RUA, Campinas**, SP, v. 29, n. 1, p. 133–143, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8673065>. Acesso em: 26 nov. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. (2016) **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016. Acesso: https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/

DAS, V. ; POOLE, D. (Eds.). (2004). **Anthropology in the Margins of the State** (pp. 3-33). Santa Fe: SAR Press. Traducción: María Daels y Julia Piñeiro.

DE FINA, A.; TSENG, A. Narrative in the study of migrants. *In.* CANAGARAJAH, S. (Org.) **The Routledge Handbook of Migration and Language.** London, UK: Routledge, 2017, pp. 381-396.

_____.; GEORGAKOPOULOU, A. Rethinking narrative: tellers, tales and identities in contemporary worlds. In: De Fina, A.; Georgakopoulou, A**. The Cambridge Handbook of Discourse Analysis.** Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. (1972) **O anti-Édipo**. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Mil Platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____ (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DEUSDARÁ, B., ROCHA, D., & ARANTES, P. C. C. Cartografar variedades de língua: código de linguagem e posicionamento. **Caligrama**: Revista De Estudos Românicos, 21(2), 49–67. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/2238-3824.21.2.49-67>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DIAS, G. Canção do Exílio. In: **Primeiros Cantos**. 1843.

DOEL, M. **Poststructuralist Geographies:** the diabolical art of spatial science. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

DERRIDA, J. [1989]. Living On. In: BLOOM, H. et al. Deconstruction and criticism. London & New York: Continuum, 2004.

FABRÍCIO, B. Nosso ser-assim é uma atividade in. MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org.). **Estudos queer em linguística aplicada INdisciplinar**: gênero, sexualidade, raça e classe. São Paulo: Parábola Editorial, 2022. p. 11-14.

_____. A scalar approach to the circulation of virulent affects on the web, **Social Semiotics,** 2020.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. [1968] Trad. de José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, M. A. C. O discurso de meritocracia aplicado às políticas públicas de igualdade racial. **Diálogo,** n. 48, p. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/7039>. Acesso em: 22 out. 2024.

FOUCAULT, Michael [1969]**. A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Microfisica del potere–interventi politici**. Tradução de Alessandro Fontana e Pasquale Pasquino. Torino: Einaudi, 1977.

_____. **O que é a crítica?** Crítica e Aufklärung (G. Borges, Trad.). 1978, Recuperado de http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf » http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf

_____. **Dits et écrits, tome IV**: 1980-1988. Direção de D. Defert e F.Ewald, com a colaboração de J. Lagrange. Paris: Gallimard, 1994.

_____. (1999). **Em defesa da sociedade** . (M. Galvão, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1997)

_____. **Microfísica do poder.** 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **História da Sexualidade I:** A Vontade de Saber. 19ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias.** São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____. **Subjetividade e verdade:** curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

FREIRE, P. (1996). **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 18. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

GAL, S., & IRVINE, J. (2019) **Signs of difference: Language and Ideology in Social Life.** Cambridge: Cambridge University Press.

GATTI, Simone; EVERS, Henrique. **Novo Minha Casa, Minha Vida abre oportunidade de qualificação de territórios precários com governança compartilhada.** ArchDaily. 29 mar. 2023. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/998585/novo-minha-casa-minha-vida-abre-oportunidade-de-qualificacao-de-territorios-precarios-com-governanca-compartilhada?ad_source=search&ad_medium=projects_tab&ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 19 out. 2024.

GLAPKA, E. Critical Affect Studies: On Applying Discourse Analysis in Research on Affect, Body and Power. **Discourse & Society**, 2019, p. 600–621.

GEE, J. **An Introduction to discourse analysis:** theory and method. London: Routledge, 1999.

GUATTARI, E ROLNIK, S. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUEDES, S; DA SILVA, E**. O segundo sequestro do verde e amarelo:** futebol, política e símbolos nacionais. Cuadernos de Aletheia Nro. 3 Aletheia, marzo 2019. ISSN 1853-3701, nº. 3, p. 73-89. <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9691/pr.9691.pdf>.

HAESBAERT, R; BRUCE, R. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 21 set. 2002.

HALL, K; DAVIS, J. Ethnography and the shifting semiotics of gender and sexuality. In. ANGOURI, Jo; BAXTER, Judith (eds.), **The Routledge handbook of language**, **gender, and sexuality**, p. 93-107. Londres: Routledge, 2021.

HAN, BYUNG-CHUL. **A crise da narração.** Vozes, 2023.

HANKS, W. **Language and Communicative Practices**. Boulder: Westview Press, 1996.

HELLER, M. **Paths to Post-Nationalism:** A Critical Ethnography of Language and Identity by Monica Heller New York: Oxford University Press, 2011.

INOUE, M. What does language remember? Indexical inversion and the naturalized history of Japanese women. **Journal of Linguistic Anthropology 14**(1): 39-56. 2004.

LAVAL, C. Foucault, Bourdieu et la question néolibérale. Paris: La Découverte, 2018.

LEMKE, J.L. **Textual Politics:** Discourse and Social Dynamics. London: Taylor and Francis, 1995.

LASCOUMES, P; LE GALES, P. Introduction: understanding public policy through its instruments. **Governance,** v. 20, n. 1, p. 1-21, 2007.

LEMOINE, B.; RAVELLI, Q. The Politics of financialization: an interview with Greta Kripnner. **Revue de la régulation,** 2017. Disponível em: https://journals.openedition.org/regulation/. Acesso em: 28 nov. 2018.

LIMA, B; MIRANDA, L. O programa "Minha Casa, Minha Vida" em Campina Grande: zerou o déficit, mas não resolveu o problema habitacional? **OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES NAS ELEIÇÕES**. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2024/05/02/o-programa-minha-casa-minha-vida-em-campina-grande-zerou-o-deficit-mas-nao-resolveu-o-problema-habitacional>. Acesso em: 26 nov. 2024.

LISPECTOR, Clarice. **Aprendendo a viver**. Rocco. 2004. 224p.

LOPES, A. C.; FACINA, A.; SILVA, D. N. (Org.). **Nó em pingo d'água:** sobrevivência, cultura e linguagem. Rio de Janeiro/Florianópolis: Mórula/Insular, 2019.

MARCUSSO, R. A. **Estigma social do lugar**: estudo de caso sobre o morar na cidade de Carapicuíba. 2015. 238 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São 125 Paulo, 2015. Disponível em: < https://tede.pucsp.br/handle/handle/3607>. Acesso em: 22 ago. 2021.

MATTOS, H. C. X. DA S.; FERNANDES, M. C. DA S. G. Desafios simbólicos da universidade: a perspectiva de estudantes sobre a permanência. **Educar em Revista**, v. 38, p. e85943, 2022.

MAZO, L. M. S.; BALLESTEROS, L. A. H. . O espaço público nas intervenções urbanas em assentamentos populares de Medellín - Colômbia: transformações no cotidiano da população. In: **IV ENANPARQ:** Estado da arte. Porto Alegre (Brasil): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOITA LOPES, L. P. da. (2020). Por uma ideologia linguística responsiva Ã s teorizações Queer. **Cadernos De Linguagem E Sociedade,** 21(2), 370–387. https://doi.org/10.26512/les.v21i2.3570

_____.Os Espaçotempos Da Narrativa Como Construto Teórico-Metodológico Na Investigação Em Linguística Aplicada. **Caderno de Letras**, n. 40, p. 11-33, 8 set. 2021.

_____. (Org.). **Estudos queer em linguística aplicada INdisciplinar:** gênero, sexualidade, raça e classe. São Paulo: Parábola Editorial, 2022.

_____. Sobre ideologia linguística, epistemologia, e descolonialidade (Prefácio). In. ROHLING, N (Org**.). Ideologias linguísticas e (des)colonialidade da linguagem**. Campinas: Pontes, 2024, P. 8-14.

MORADO, D. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. Cadernos Metrópole, 18(35), 145–164, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2016-3507>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MORADO, D *et. Al.* Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In. AMORE, SHIMBO e RUFINO (Org.) **Minha Casa..... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados Brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 195-228. Disponível em: <https://praxis.arq.ufmg.br/textos/mcmv-capa.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024

MORADO, D.; IGLESSIAS, W. S.; VALADARES WEIMANN, P. E. Ler os territórios para DESENCRIPTAR a cidade. **Revista Políticas Públicas & Cidade**s, 8(1), 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v7102>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MOORE, Marcos. Alugar ou comprar um imóvel?. **Portal do Investimento**. XP Investimentos. Rio de Janeiro, RJ. 2019. Disponível em: <https://portaldoinvestimento.com.br/artigos/cabeca-de-milionario/alugar-ou-comprar-um-imovel>. Acesso em: 26 nov. 2024.

OLIVEIRA, D. **A Queda De Dilma Rousseff:** Jornal Nacional e o Golpe De 2016. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

OLIVEIRA, Joana. O menino e a árvore no lixão, o cartão natalino do Brasil dilacerado pela fome. **El País**, São Paulo, 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2021-12-03/o-menino-e-a-arvore-no-lixao-o-cartao-natalino-do-brasil-dilacerado-pela-fome.html. Acesso: 22 nov. 2024.

OLIVEIRA, Lívia. Percepção ambiental. Geografia e Pesquisa, v. 6, n. 2, p. 56-72, 2012.

PACTO ALEGRE. **O que podemos aprender com Medellín: de cidade mais perigosa do mundo à mais inovadora**. Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://pactoalegre.poa.br/o-que-podemos-aprender-com-medellin/. Acesso em: 25 nov. 2024.

PARAGUASSU, Lisandra. **Nossa bandeira só será vermelha se for preciso sangue para mantê-la verde e amarela, diz Bolsonaro**. Extra, 2019. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/brasil/nossa-bandeira-so-sera-vermelha-se-for-preciso-sangue-para-mante-la-verde-amarela-diz-bolsonaro-23339621.html. Acesso em: 05 out. 2024.

PIMENTEL, Carolina. Entenda a relação de racismo ambiental e enchentes no Rio de Janeiro. **Agência Brasil**. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-01/entenda-relacao-de-racismo-ambiental-e-enchentes-no-rio-de-janeiro#:~:text=A%20falta%20de%20saneamento%20b%C3%A1sico,das%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20de%20racismo%20ambiental. Acesso em: 17 de julho de 2024.

PINTO, J. P.; DO AMARAL, D. CORPOS EM TRÂNSITO E TRAJETÓRIAS TEXTUAIS. **Revista da Anpoll**, *[S. l.]*, v. 1, n. 40, p. 151–164, 2016. DOI: 10.18309/anp.v1i40.1024. Disponível em: https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1024. Acesso em: 8 jan. 2025.

_____. É Só Mimimi? Disputas Metapragmáticas Em Espaços Públicos Online. Interdisciplinar **- Revista de Estudos em Língua e Literatura**, São Cristóvão-SE, v. 31, n. 1, p. 221–236, 2019. DOI: 10.47250/intrell.v31i1.11847. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/11847. Acesso em: 26 nov. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA. **Residencial Parque do Lago, do programa Minha Casa, Minha Vida, irá beneficiar mais 40 famílias em Araguaína.** Araguaína: TO. 2023. Disponível em: https://araguaina.to.gov.br/residencial-parque-do-lago-do-programa-minha-casa-minha-vida-ira-beneficiar-mais-40-familias-em-araguaina. Acesso em: 19 out. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL. Saiba como a desburocratização de processos fomenta o empreendedorismo em Jaraguá do Sul. **G1.** 8 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-jaragua-do-sul/viver-jaragua/noticia/2021/09/08/entenda- como-a-iluminacao-publica-pode-aumentar-a-seguranca-e-economizar-gastos-municipais.ghtml>. Acesso em: 26 nov. 2024.

REGUEIRA, C. 'Esquecidos': com déficit de 500 mil casas, RJ tem moradores há décadas sem banho de chuveiro ou paredes em casa. **G1**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/28/esquecidos-com-deficit-habitacional-perto-de-meio-milhao-de-casas-rj-tem-moradores-ha-decadas-vivendo-sem-banho-de-chuveiro-ou-paredes.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2023.

RIBEIRO, Djamila. Logun Edé nos ensina que podemos ser múltiplas coisas ao mesmo tempo. **Folha de S. Paulo**. 1. ago. 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2024/08/logun-ede-nos-ensina-que-podemos-ser-multiplas-coisas-ao-mesmo-tempo.shtml. Acesso em: 25 nov. 2024.

RIPOLL, C. **Constituição: a galinha ou o ovo**, 2024. Dramaturgia original.

ROCHA, D., & DEUSDARÁ, B. (2022). Implicações do conceito foucaultiano de heterotopia nos estudos discursivos. **Revista Da Anpoll**, *53*(2), 68–84. https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i2.1749

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: **SESC SP**. (Org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. **As armadilhas do pacote habitacional**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 2009. Disponível em:

<http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/armadilhas_do_pacote_cc.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ROLNIK, R.; PEREIRA, A. L. dos S.; MOREIRA, F. A.; ROYER, L. O.; IACOVINI, R. F. G.; NISIDA, V. C.; LOPES, A. P. de O.; ROSSI, L. G. A. O programa Minha Casa Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole,** *[S. l.]*, v. 17, n. 33, p. 127–154, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/18863>. Acesso em: 3 jul. 2023.

ROTHBERG, M. **Multidirectional Memory:** Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization. Stanford University Press, 2009.

ROWLETT, B.; KING, B. Merging mobilities: querying knowledges, actions, and chronotopes in discourses of transcultural relationships from a north/south queer contact zone. **Critical Discourse Studies**, 2022. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/358591718_Merging_mobilities_querying_knowledges_actions_and_chronotopes_in_discourses_of_transcultural_relationships_from_a_NorthSouth_queer_contact_zone#fullTextFileContent>.Acesso em: 4 jul. 2023.

RUBIM, Maíra. Moradores fazem carreata contra a construção de residencial do Minha Casa Minha Vida no Recreio. **O Globo**. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/bairros/moradores-fazem-carreata-contra-construcao-de-residencial-do-minha-casa-minha-vida-no-recreio-1-24512403. Acesso em 24 nov. 2024.

SANTANA Jr, H. M. de. (2024). As Pombogiras e o Comitê de Ética em Pesquisa: Acertos, acordos e encontros na encruzilhada. Campos - **Revista De Antropologia**, 25(1). https://doi.org/10.5380/cra.v25i1.90375

SANTIAGO, L. F. de O. “Isso aqui não é português”: axis da diferenciação nas ideologias linguístico-semióticas da política antigênero. **ReVEL**, v. 21, n. 41, 2023. <www.revel.inf.br>.

_____. **Rimando com a outridade**: (meta)pragmáticas nas/sobre Batalhas de Rap femininas no YouTube / Lucas Felipe de Oliveira Santiago; orientadora: Maria das Graças Dias Pereira; coorientadora: Renata Martins Amaral. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras, 2022.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS. Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; AFONSO, R. de F.; RIBEIRO, S.; ROSSI, R. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Direito à Moradia – a experiência dos Sem Teto em Salvador. **Organizações & Sociedade**, *[S. l.]*, v. 21, n. 71, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12234>. Acesso em: 3 jul. 2023.

SANTOS, W. S. Níveis de interpretação na entrevista de pesquisa interpretativa com narrativas. *In:* BASTOS, L.C.; SANTOS, W. S. (Org). **A entrevista na pesquisa qualitativa**. Rio de Janero: Quartet, 2013. p. 21-35.

SACKS, H; SCHEGLOFF, E; JEFFERSON, G. A Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for Conversation. **Language**,v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.

SILVA, G; LOPES, C. Topofilia E Topofobia: Um Estudo Da Percepção Ambiental De Alunos Do Ensino Médio Em Paiçandu - PR**. Cadernos PDE**. s/p. 2014. Disponível em: <https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/view.php?ref=43858&search=&offset=2016&order_by=field8&sort=DESC&archive=0>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SILVERSTEIN, Michael (1979). Language Structure and Linguistic Ideology. In Clyne, Paul R., William F. Hanks, and Carol L. Hofbauer (eds.), **The Elements: A Parasession on Linguistic Units and Levels**. Chicago: Chicago Linguistic Society.

SILVERSTEIN, Michael. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. **Language e Communication**, v. 23, p. 193-229, 2003. Disponível em: < https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0271530903000132>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SOARES, Rafael. Invasões do crime organizado no 'Minha casa, minha vida' se alastram por 24 cidades do Rio. **Extra**. 2021. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/invasoes-do-crime-organizado-no-minha-casa-minha-vida-se-alastram-por-24-cidades-do-rio-24944296.html. Acesso em: 24 nov. 2024.

SOUTO, Isabela. **A Política Habitacional No Brasil:** O Caso Do Programa Minha Casa Minha Vida. Universidade Federal De Minas Gerais Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas Curso De Gestão Pública. 2018. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/gestaopublica/wp-content/uploads/2018/10/ISABELA-AUGUSTO-SOUTO.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

STRATHERN, M. **Partial Connections.** AltaMira Press, 2004.

TAVAREZ, J. Três Em Cada 10 Brasileiros Priorizam Aluguel Por Medo de Ficar Na Rua, Diz Pesquisa. **Economia**, 2021, Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/11/4963847-tres-em-cada-10-brasileiros-priorizam-aluguel-por-medo-de-ficar-na-rua-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 22 jul. 2024.

TEIXEIRA, M.; BENTO, I.; CARVALHO, L.; CARVALHO, M. Impactos socioambientais provenientes do esgotamento sanitário a céu aberto. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (**2018): 5(11): 849-858. ISSN 2359-1412. Disponível em:

<https://revista.ecogestaobrasil.net/v5n11/v05n11a04.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VELHO, Gilberto. Rio de Janeiro: cultura, política e conflito. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VENN, C. **Occidentalism:** Modernity and subjectivity. London: Sage, 2000.

VIDARTE, P. **Ética marica.** Madrid: Egales, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas canibais.** São Paulo: Cosac Naify. [2009] 2015.

WARREN, C. **Onticide Afropessimism,** New York: Queer Theory, & Ethics, 2014.

WILDERSON, F. B. Red, **White, & Black:** Cinema and the Structure of U.S. Antagonisms. Durham & London: Duke university Press, 2010.

WYNTER, S. No Humans involved: an open letter to my colleagues. In**: Forum N.H.I.**, v. 1, n. 1, Fall. Stanford Institute, 1994.

ANEXO I

Narrativa de Luiz sobre a Venda da casa

São materiais muito específicos

221 222	Lucas	É, e lá não é. É muito difícil trocar as coisas, né? Porque são materiais muito específicos.
223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243	Luiz	São materiais muito específicas, exatamente. EE assim, o valor do aluguel, né? Que ela tinha feito acordo já era muito baixo também. Acho que era 300 ou 300, acho que era 250 ou 300, alguma coisa assim. Né, um valor? Relativamente baixo, né, então? E mesmo assim, as pessoas não tinham cuidado com a casa. Então o cuidado que a minha mãe tinha, né? Por ser uma casa própria, as pessoas que foram morar lá depois não tiveram. Então eu falei com ela, olha, é melhor você vender, né? E ver o que você vai fazer com esse dinheiro que você pegar porque que você ir perdendo sua casa aos poucos, porque você vai ver que você está perdendo aos Poucos. Não é? E vai chegar um momento que você vai chegar lá, a casa vai estar sem porta, sem janela. E ela também não podia deixar a casa vazia, né? Porque já tinham dito para ela que se ela deixasse vazia, eles iam invadir lá e iam tomar conta da casa. Então, para não, para não perder por maus cuidados não é de de inquilino. E também para não perder para domínio de de de tráfico, ela achou melhor, né, vender.

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa (Provisório): Narrativização da memória em construção de um condomínio popular de Japeri

Pesquisador responsável: Lucas Felipe de Oliveira Santiago

Contato telefônico: XXXXXXXXXXXXX **E-mail:** XXXXXXXXXXXXX

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Dias Pereira (PUC-Rio)

Contato telefônico: XXXXXXXXXX **E-mail:** XXXXXXXXXXXXXX

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL)

Olá, querido(a) participante,

Você está sendo convidado a participar da pesquisa ainda com título provisório "Narrativização da memória em construção de um condomínio popular de Japeri" desenvolvida por mim, Lucas Felipe de Oliveira Santiago, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) sob orientação da professora Dra. Maria das Graças Dias Pereira.

O objetivo desta pesquisa é investigar a produção de memórias sobre o conjunto habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida situado no Bairro Chacrinha, município de Japeri, Estado do Rio de Janeiro. Procuro observar como aqueles que são atingidos pelo programa constroem significados sobre esse lugar.

Ao aceitar participar desta pesquisa, realizaremos entrevistas em formato livre, isto é, sem perguntas pré-definidas sobre sua relação com o condomínio São José. A entrevista será guiada em um formato de conversa, assim, você pode se sentir à vontade para conduzir perguntas e expor questões que achar relevantes. As

entrevistas serão realizadas em formato presencial na praça São Sebastião, no bairro onde se localiza o condomínio São José, com a duração de aproximadamente 1h.

A entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento e você tem total liberdade para não responder qualquer pergunta que não se sinta à vontade. Isso não gerará nenhuma penalidade ou ônus a você. As perguntas serão sobre sua a vinda ao condomínio, sua relação com o espaço, as dificuldades enfrentadas e como isso se relaciona com o sonho com a casa própria, caso for morador do condomínio. Se for morador dos arredores do projeto Minha Casa Minha Vida, as perguntas irão se relacionar com as mudanças percebidas no bairro e como você significa o projeto. Como forma de contextualizar melhor as entrevistas, além da gravação, também irei fazer anotações em um caderno de campo que servirão como dados. O período de início e fim das entrevistas será de novembro de 2023 a março de 2024.

Como forma de garantir aspectos éticos que resguardem ambas as partes, eu e você, esta pesquisa foi submetida à Câmara de Ética em pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq-PUC-Rio) conforme estipulado nas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Como forma de garantir os valores e os princípios estipulados nestas resoluções, declaro que garantirei o sigilo, confidencialidade e a privacidade dos dados gerados. Dessa forma, utilizarei nomes fictícios na transcrição da entrevista. Este aspecto ficará sob minha responsabilidade. Assim, garanto a você que todos os nomes citados na entrevista serão anonimizados. Além disso, é necessário que saiba que sua participação nesta pesquisa pode ser retirada por você a qualquer momento sem nenhum ônus.

É importante, ao aceitar a participação nesta pesquisa, que você saiba os riscos e benefícios que ela pode gerar. No que diz respeito aos riscos, algumas perguntas podem gerar desconforto a você. Nesse sentido, é imprescindível que você tenha total consciência de que elas não precisam ser respondidas e que você tem total liberdade para mudar de tópico e não responder e até mesmo encerrar a entrevista. A sua participação é totalmente voluntária e gratuita e sua participação não gerará nenhum ônus financeiro a você. Quanto aos benefícios da pesquisa, são eles:

- Gerar de entendimentos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida levando em consideração aqueles que são atingidos pelo programa;

- Propiciar políticas públicas que levem em consideração as perspectivas dos moradores que são atingidos pelo programa;
- Construir entendimentos locais e práticos sobre a desigualdade no que tange o acesso à moradia e aos seus atravessamentos;
- Produzir reflexões sobre possíveis preconceitos construídos sobre moradores do condomínio e o impacto em suas vidas.
- Geração de um arcabouço teórico-metodológico-epistemológico nos estudos da linguagem no que tange à produção discursiva do que entendemos como espaço, tempo, afeto e memória e como questões políticas e sociais são atravessadas pela linguagem.

Todos os dados gerados por meio da entrevista ficarão sob minha responsabilidade por um período de 5 anos. As entrevistas ficarão salvas em um pen-drive e em meu computador pessoal. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato comigo por meio do telefone ou por WhatsApp. O meu número é XXXXXXXXXXX. A ligação poderá ser feita da maneira que você, participante, se sinta mais confortável, isto é, por áudio ou vídeo. Caso solicite as entrevistas, elas serão disponibilizadas de maneira transcrita e impressa sem nenhum custo a você, bem como os resultados da pesquisa.

Bem como com minha orientadora Maria das Graças Dias Pereira através de seu e-mail gracap@puc-rio.br ou de seu telefone XXXXXXXXXXX ou, ainda, com a Câmara de Ética da Universidade, a qual poderá responder as dúvidas éticas relativas à pesquisa, por telefone, através do número XXXXXXXXXX (mais informações sobre a Câmara estão ao final deste documento).

Este documento será emitido em duas vias: uma ficará com você e a outra, com o pesquisador e será entregue à você de forma presencial, não gerando qualquer custo com impressão. Declaro, ainda, que você poderá pedir solicitação de esclarecimentos a mim, Lucas Felipe de Oliveira Santiago bem como a minha orientadora Maria das Graças Dias Pereira através de seu e-mail XXXXXXXXXXXX ou de seu telefone XXXXXXXXXXXX e/ou à Câmara de Ética da PUC-Rio que fica localizada na Rua Marquês de São Vicente, 225, 2° andar do Edifício Kennedy – Gávea, Rio de Janeiro, RJ - 22453-900 com o número de Telefone XXXXXXXXX, mediante contatos disponibilizados neste documento.

Pedimos que você assine este documento manualmente, com nome completo, e informe a sua autorização de gravação da entrevista, indicada a seguir.

Eu, _____, concordo em participar da pesquisa acima descrita. Fui informado pelo pesquisador sobre a pesquisa, sobre seus benefícios e sobre seus riscos. Fui informado de que poderei retirar o meu consentimento quanto à minha participação a qualquer momento, sem que haja qualquer tipo de prejuízo para mim.

( ) Autorizo a gravação da entrevista ( ) Não autorizo a gravação da entrevista

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Nome do Participante Assinatura do Participante

Nome do Pesquisador Assinatura do Pesquisador

Título do projeto (Provisório): Narrativização da memória em construção de um condomínio popular de Japeri.

Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Rua Marquês de São Vicente, 225, 2° andar do Edifício Kennedy – Gávea, Rio de Janeiro, RJ - 22453-900. Tel. (21) 3527-1618. A Câmara é a instância na Universidade que tem a atribuição de analisar do ponto de vista ético os projetos de pesquisa de seus professores, pesquisadores e discentes, quando solicitada.